

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**ARQUITETURA DAS IGREJAS E O CULTO CATÓLICO CONTEMPORÂNEO:
PRESERVAÇÃO E ADAPTABILIDADE**

Rogério Henrique Frazão Lima

2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
PROARQ - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura



**ARQUITETURA DAS IGREJAS E O CULTO CATÓLICO CONTEMPORÂNEO:
PRESERVAÇÃO E ADAPTABILIDADE**

Rogério Henrique Frazão Lima

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, área de concentração em Gestão e Preservação do Espaço Preservado.

Orientador: D. SC Gustavo Rocha-Peixoto

Rio de Janeiro, 2011

L732a

Lima, Rogério Henrique Frazão.
Arquitetura das Igrejas e o Culto Católico
Contemporâneo: preservação e adaptabilidade / Rogério Henrique
Frazão Lima - Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2011.

xiii, 96f.:il.; 29,7 cm.

Orientador: D. SC Gustavo Rocha-Peixoto

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ PROARQ/ Programa
de Pós-graduação em Arquitetura, 2011.

Referências Bibliográficas: f. 86 -89

1. Patrimônio 2. Adaptação. 3. Preservação 4. Arquitetura Religiosa. 5. Uso I. Rocha-Peixoto, Gustavo. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. III. Título.

CDU: 726:27-523.42



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
PROARQ - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura



ARQUITETURA DAS IGREJAS E O CULTO CATÓLICO CONTEMPORÂNEO: PRESERVAÇÃO E ADAPTABILIDADE

Rogério Henrique Frazão Lima

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, área de concentração em Gestão e Preservação do Espaço Preservado.

Aprovada por:

Presidente, Prof. Gustavo Rocha-Peixoto, D. SC

Profª. Rosina Trevisan M. Ribeiro, D. SC

Profª. Cláudia Nóbrega, D. SC

Profª. Dora Alcântara, D. SC

Rio de Janeiro
Maio, 2011

Ao meu pai Reginaldo de Jesus Pinheiro
(*in memoriam*), mestre na vida.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de pesquisa, bem como um projeto de arquitetura, passa por várias etapas até chegar a um resultado satisfatório. Durante suas etapas, são necessárias várias colaborações, de diversas pessoas, não só no que diz respeito ao conteúdo, mas também ao apoio, este que faz-se mister, pois nos momentos de dificuldades e fraquezas, sentimo-nos incapazes de concluir e chegar ao resultado esperado. Contudo, percebe-se que nestes momentos, divinamente, aparecem pessoas para nos dar suporte e nos fazem ver que é possível chegar ao êxito! Aqui gostaria que expressar toda minha gratidão a várias mãos que me seguraram e me encaminharam para chegar onde sempre almejei desde o início deste trabalho científico.

Primeiramente, a Deus - principal fonte de inspiração, força, amor e devoção. A Ele meu perpétuo agradecimento por ter me dado a oportunidade de conhecê-lo um pouco mais por meio da liturgia e da produção arquitetônica religiosa.

Ao Prof. Gustavo Rocha-Peixoto por toda orientação, apoio e confiança.

À Prof. Rosina Trevisan M. Ribeiro pelas sugestões e revisões que aperfeiçoaram este trabalho.

Ao Fr. Rogério Beltrami, OFM Cap que com grande solicitude forneceu-me sua rica biblioteca que pautaram boa parte da minha pesquisa.

À Ir. Laíde Sonda que com suas valiosas experiências em projetos de igrejas engrandeceram o texto escrito.

Ao D. Mauro Fragoso, OSB e Pe. Paolo Boumis por seus acervos de grande valia.

À Stella Brito pela revisão quanto aos dados das igrejas locais.

À Mary Almada pela revisão textual.

Ao Moacy Almada pela ajuda nas reflexões sobre liturgia.

Às minhas mães e irmãos pelas orações e incentivos.

À minha esposa, Mônica Lima, pelo apoio, dedicação, companheirismo e compreensão. Por estar ao meu lado nos momentos de tristeza e felicidade.

RESUMO

ARQUITETURA DAS IGREJAS E O CULTO CATÓLICO CONTEMPORÂNEO: PRESERVAÇÃO E ADAPTABILIDADE

Rogério Henrique Frazão Lima
Prof. Prof. Gustavo Rocha-Peixoto, D. SC

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura.

O estudo da arquitetura religiosa corresponde à boa parte do que conhecemos como história da Arquitetura e das Artes. Através destas edificações podemos vislumbrar os caminhos seguidos por nossos predecessores na construção das diversas expressões arquitetônicas e, assim também, entender a sociedade, os pensamentos e costumes que as originaram.

Neste quadro encontra-se, em especial destaque, os templos cristãos. Estes foram ao longo destes dois milênios o rosto da Igreja que moldou boa parte a sociedade ocidental. Como todo espaço construído deve, em forma geral, atender às necessidades das atividades internas para o qual ele fora criado, da mesma forma o templo cristão nasce com um propósito, com um programa a ser atendido e este vai sofrendo alterações ao longo dos anos.

Esta pesquisa pretende expor brevemente a evolução do espaço litúrgico como consequência da evolução dos significados e das prescrições litúrgicas desde o Concílio de Trento (1543-1563) até o Concílio Vaticano II (1962 - 1965) e discutir sobre os impactos da aplicação destas mudanças no patrimônio arquitetônico religioso.

Para tanto analisaremos os documentos destes dois concílios e as soluções arquitetônicas oriundas dos mesmos para então avaliar as possibilidades de adaptação das igrejas tridentinas às novas normas litúrgicas. Isto, a partir da análise de exemplos de adaptações realizadas em igrejas em várias partes mundo e, em especial, em três igrejas situadas no estado do Maranhão.

PALAVRAS – CHAVE: 1. Patrimônio. 2. Adaptação. 3. Preservação 4. Arquitetura Religiosa. 5. Uso

Rio de Janeiro
Maio, 2011

ABSTRACT**CHURCHES' ARCHITECTURE AND THE CONTEMPORARY CATHOLIC
WORSHIP: PRESERVATION AND ADAPTABILITY**

Rogério Henrique Frazão Lima
Prof. Prof. Gustavo Rocha-Peixoto, D. SC

Abstract of the master's thesis submitted to the Program of Post Graduation in Architecture of Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, as a part of necessary requirements in order to obtain the title of Master in Science in Architecture.

The study of religious architecture corresponds to a large part of what we know as history of Architecture and Arts. Through these buildings, we can see the paths followed by our predecessors in the construction of several architectural expressions and, thus also, to understand the society, the thoughts and customs that originated them. In this picture is in particular emphasis the Christian churches. These were over these two millenniums the Church's face that has shaped much of Western society. Like every built space should, in general, meet the needs of indoor activities for which it was created in the same way the Christian church is born with a purpose, with a program to be achieved and this changed over the years.

This research aims to present briefly the evolution of the liturgical space as a result of the developments in liturgical meanings and prescriptions from the Council of Trent (1543-1563) until the Second Vatican Council (1962 - 1965) and discuss the impacts of implementing these changes in religious architectural heritage.

We will analyze the documents of these two councils and the architectural solutions that derived from the same to then assess the possibilities of adapting the tridentine churches to the new liturgical norms. This will be made from the analysis of examples of adjustments made in churches in various parts of the world and especially in three churches located in the state of Maranhão.

KEW – WORDS: 1. Heritage. 2. Adaptation. 3. Preservation 4. Religious Architecture. 5. Use.

Rio de Janeiro
Maio, 2011

LISTA DE FIGURA

| | |
|--|----|
| Figura 01: Plantas Baixas da Capela Pazzi (séc. XV)..... | 05 |
| Figura 02: Plantas Baixas de Igrejas Barrocas..... | 11 |
| Figura 03: Planta Baixa da Catedral de Amiens (séc. XIII), França..... | 12 |
| Figura 04: Planta Baixa da igreja abacial de St. Riquier (século VIII), França..... | 13 |
| Figura 05: Planta Baixa da igreja de Jesus (século XVI), Vignola, Roma-Itália..... | 13 |
| Figura 06: Planta Baixa da igreja de N. Sra. de Monsserart no Mosteiro de São Bento – RJ..... | 13 |
| Figura 07: Gráfico de fluxo na Capela-mor durante a celebração tridentina..... | 14 |
| Figura 08: Fluxograma de igrejas do século XVI, segundo as instruções tridentinas e de Carlo Borromeo..... | 18 |
| Figura 09: Fluxograma de igrejas do Brasil no século XVIII..... | 19 |
| Figura 10: Sala dos Cavaleiros – Castelo de Rothenfels (séc. XII), Alemanha..... | 21 |
| Figura 11: Foto interna da Sala dos Cavaleiros do Castelo de Rothenfels (séc. XII), Alemanha..... | 21 |
| Figura 12: Foto interna da Igreja de N. Sra. de Monsserart no Mosteiro de São Bento – RJ. | 23 |
| Figura 13: Foto interna da Igreja de N. Sra. de Monsserart no Mosteiro de São Bento – RJ..... | 23 |
| Figura 14: Esquema da organização dos espaços em uma Igreja..... | 26 |
| Figura 15: Esquema de fluxo no presbitério..... | 27 |
| Figura 16: Esquema de fluxo no presbitério – opção 02..... | 28 |
| Figura 17: Ambão do Santuário de São Pio em San Giovanni Rotondo – Itália..... | 30 |
| Figura 18: Presbitério da Catedral de Chapecó – SC..... | 31 |
| Figura 19: Capela das Pias Discípulas do Divino Mestre..... | 31 |
| Figura 20. Esquemas de disposição entre assembleia e presbitério. | 32 |
| Figura 21: Igreja de São Domingos do Sávio – Joinville..... | 33 |
| Figura 22: Igreja Cristo Esperança do Mundo. Viena – Áustria..... | 33 |
| Figura 23: Capela do Centro de Pastoral de Paulo Afonso – BA..... | 34 |
| Figura 24: Capela da Reconciliação da Catedral de Chapecó – SC..... | 35 |
| Figura 25: Capela do Seminário Interdiocesano – Viamão..... | 38 |
| Figura 26: Fluxograma de uma igreja após o Concílio Vaticano II..... | 40 |

| | |
|---|----|
| Figura 27: Gráfico do fluxo em um presbitério no rito atual..... | 48 |
| Figura 28: Planta Baixa da Catedral de Valença (séc. XIX) - RJ..... | 49 |
| Figura 29: Foto interna da Catedral de Valença (séc. XIX) - RJ..... | 49 |
| Figura 30: Esquema de soluções quanto à disposição do presbitério novo e da assembleia..... | 50 |
| Figura 31: Igreja de Sankt Anton (1908-1910), Passau - Alemanha..... | 50 |
| Figura 32: Igreja de São Martinho, Malters - Suíça. | 51 |
| Figura 33: Igreja de São Miguel (1924), Saarbrücker - Alemanha..... | 51 |
| Figura 34: Interior da igreja do Beato José de Anchieta no Pátio do Colégio – SP..... | 53 |
| Figura 35: Catedral de Reggio Emilia (1285-1333) – Itália..... | 54 |
| Figura 36: Planta Baixa da Igreja de São Martinho (1839) – Viena, Áustria..... | 54 |
| Figura 37: Interior da Catedral de Alba (séc. XVI) – Itália..... | 55 |
| Figura 38: Nova Capela da Reconciliação da Catedral de Valença - RJ..... | 58 |
| Figura 39: Mapa do núcleo fundacional de São Luís em 1640. | 61 |
| Figura 40: Mapa atual do centro histórico de São Luís..... | 62 |
| Figura 41: Fotos do interior da Igreja de São João Batista..... | 64 |
| Figura 42: Plantas Baixas da igreja. | 64 |
| Figura 43: Fotos internas da Igreja de São João Batista tiradas em direção à entrada..... | 65 |
| Figura 44: Novo altar da Igreja de São João Batista..... | 65 |
| Figura 45: Esquema da disposição entre assembleia e altar..... | 66 |
| Figura 46: Perspectiva da Igreja de São João Batista..... | 67 |
| Figura 47: Igreja da Purificação em Lugnacco - Itália..... | 67 |
| Figura 48: Igreja de Santa Inês em Turim - Itália..... | 68 |
| Figura 49: Mapa de interesse e visualização. | 68 |
| Figura 50: Interior da Igreja de São João Batista – São Luís, MA..... | 69 |
| Figura 51: Fluxograma da Igreja de São João Batista..... | 70 |
| Figura 52: Mapa de fluxo da Igreja de São João Batista | 71 |
| Figura 53: Altar lateral da Igreja de São João Batista..... | 71 |
| Figura 54: Fotos internas da Igreja de N. Sra. da Vitória em 1908 e em 2010..... | 74 |
| Figura 55: Plantas Baixas da igreja em 1908 e em 2010..... | 74 |
| Figura 56: Gráfico de pontos de interesses e visualização..... | 76 |
| Figura 57: Interior da Igreja de N. Sra. da Vitória..... | 77 |
| Figura 58: Batistério no átrio..... | 78 |

| | |
|--|----|
| Figura 59: Gráfico de fluxo na Igreja de N. Sra. da Vitória em 1908 e em 2010..... | 78 |
| Figura 60: Fluxograma da igreja em 1908 e em 2010..... | 79 |
| Figura 61: Interior da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim em 1950 e em 2007..... | 80 |
| Figura 62: Planta Baixa da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim em 1950 e em 2010..... | 81 |
| Figura 63: Interior da igreja em 2004 e em 2007..... | 82 |
| Figura 64: Batistério (à esquerda) e confessionários (à direita)..... | 83 |
| Figura 65: Fluxograma da Igreja de N. Sr. do Bonfim em 1950 e em 2010..... | 83 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 01: Quadro do programa de necessidades de igrejas do século XVI..... | 17 |
| Quadro 02: Quadro do programa de necessidades de igrejas do Brasil no século XVIII.. | 18 |
| Quadro 03: Quadro do Programa de Necessidades de uma igreja pós Concílio Vaticano II | 39 |
| Quadro 04: Quadro resumo dos elementos do presbitério segundo o Concílio Vaticano II e outros documentos pós-conciliares..... | 40 |
| Quadro 05: Quadro resumo comparativo entre os documentos da Igreja que tratam de de adaptação dos espaços celebrativos e as Cartas Patrimoniais..... | 45 |
| Quadro 06: Quadro comparativo entre o rito tridentino e o atual e as soluções arquitetônicas geradas por ambos..... | 46 |
| Quadro 07: Quadro resumo das intervenções e adaptações realizadas nas igrejas estudadas | 87 |

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

Concílio Vaticano II (CV II)

Concílio de Trento (CT)

Ordem de São Bento (OSB)

Sacrosanctum Concilium (SC)

Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM)

Instrução Geral do Missal Romano (IGMR)

Ordem das Leituras das Missas (OLM)

Conferência Episcopal Italiana (CEI)

Conferência Nacional dos bispos do Brasil (CNBB)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 01 |
| 1. O ESTADO DA ARTE | 04 |
| 1.1. A Arquitetura e a Liturgia às Vésperas do Concílio de Trento | 04 |
| 1.2. O Espaço Litúrgico após o Concílio de Trento | 06 |
| 2. O CONCÍLIO VATICANO II E A ARQUITETURA RELIGIOSA CONTEMPORÂNEA | 20 |
| 2.1. O Movimento Litúrgico | 20 |
| 2.2. O Novo Espaço Litúrgico | 25 |
| 3. INTERVENÇÕES ADAPTATIVAS EM IGREJAS HISTÓRICAS | 42 |
| 3.1. A Problemática | 46 |
| 3.1.1. A centralidade do altar e posicionamento do novo presbitério..... | 47 |
| 3.1.2. As três peças essenciais: altar, ambão e sédia..... | 52 |
| 3.1.3. Criação de novos espaços..... | 55 |
| 3.1.4. A questão das imagens..... | 56 |
| 3.1.5. A questão do tabernáculo..... | 56 |
| 3.1.6. A questão do batistério..... | 57 |
| 3.1.7. Os confessionários..... | 57 |
| 3.1.8. Aspectos sócio-ambientais..... | 58 |
| 3.2. Estudo de Caso | 59 |
| 3.2.1. Igreja de São João Batista..... | 61 |
| 3.2.2. Igreja de Nossa Senhora da Vitória (Catedral Metropolitana)..... | 73 |
| 3.2.3. Igreja de Nosso Senhor do Bonfim..... | 79 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 85 |
| REFERÊNCIAS | 86 |
| GLOSSÁRIO | 90 |

INTRODUÇÃO

A importância das igrejas cristãs para a história das artes e da arquitetura é notória e dispensa defesa. Entretanto, nestes últimos dois mil anos existiram diversas mudanças na forma de compreender, conceber e utilizar estes espaços celebrativos. Tais mudanças são frutos, além do desenvolvimento técnico, da própria evolução cultural e social da humanidade que, com o passar dos anos, foi tendo visões diferenciadas sobre o significado destes espaços e conseqüentemente de seu uso. A última grande mudança nesta forma de ver e conceber o espaço litúrgico foi oficializada pelo Concílio Vaticano II – CV II nos anos de 1962 a 1965, aproximadamente 400 anos após o Concílio de Trento - CT.

Este tema está ligado à produção de arquitetura religiosa no mundo, mas nota-se que ainda se trata de uma questão pouco discutida na academia e nos órgãos especializados em patrimônio artístico e histórico. Quase toda a produção bibliográfica sobre a arquitetura religiosa contemporânea, conhecimento fundamental para a discussão sobre as adequações das igrejas históricas estão restritos a editoras e livrarias católicas.

Felizmente, nos últimos anos, a ação de profissionais da arquitetura nesta questão vem aumentando. Na Europa e nos Estados Unidos, nota-se um número cada vez maior de escritórios especializados em projeto de igrejas. No Brasil, os pioneiros Cláudio Pastro, Laíde Sonda, Regina Celi, e outros poucos profissionais trabalham desde a década de 70 na construção e adaptação de espaços litúrgicos, bem como, na formação e conscientização de outros profissionais, sacerdotes e fiéis, quanto à importância de um espaço adequado ao rito. E assim, nesta última década, com a criação do curso de pós-graduação em Arte Sacra e Espaço Litúrgico na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo, e mais recentemente a pós-graduação em Arte Sacra na Faculdade de São Bento, no Rio de Janeiro, o número de profissionais brasileiros envolvidos com a questão aumentou exponencialmente.

A presente pesquisa não tem por objetivo apresentar uma exposição completa da história da arquitetura religiosa, seus estilos e detalhes arquitetônicos, nem mesmo uma discussão teológica ou de afirmação da fé católica. Quando utilizados os dados simbólicos e teológicos ditos pela Igreja que regem os templos e suas partes, são apenas para demonstrar que tais aspectos correspondem a uma das bases teóricas que direcionaram e ainda direcionam os projetos de igrejas católicas. Esta, pretende expor brevemente a evolução do espaço litúrgico como consequência da evolução dos significados e das prescrições litúrgicas ao

longo destes 400 anos e discutir sobre os impactos destas mudanças no patrimônio arquitetônico religioso.

O conhecimento dos princípios espaciais cristãos não somente é indispensável para guiar a construção de numerosas igrejas que se constroem por toda parte, mas deve igualmente dirigir as adaptações das igrejas existentes e inspirar a organização de todas as nossas celebrações. (GELINEAU, 1960)

Após anos de reflexões sobre a preservação do bem cultural, hoje é evidente a íntima relação entre uso e conservação. O uso adequado garante a preservação do bem histórico por diversos motivos, dentre eles o resgate do seu valor pela sociedade. Obviamente que as exigências e as práticas contemporâneas quanto ao uso de determinados ambientes são colocadas em confronto direto com a necessidade de manter a integridade física de um monumento. Para tanto, é necessário a compreensão do uso ao qual o bem histórico será submetido ou adequado, bem como a observação quanto aos limites destas intervenções para que seja garantida a preservação do mesmo, como nos falam as cartas patrimoniais, mais precisamente a Carta de Restauro Italiana.

As obras de adaptação deverão ser limitadas ao mínimo, conservando escrupulosamente as formas externas e evitando alterações sensíveis das características tipológicas, da organização estrutural e da sequência dos espaços internos. (CURY, 2004, p.157)

É certo que nos monumentos analisados neste trabalho o uso é mantido em seu contexto geral, isto é, as igrejas em questão continuam sendo locais para a celebração litúrgica. Entretanto, as mudanças nas formas desta celebração acarretam alterações quanto à utilização deste espaço e conseqüentemente a necessidade de adaptá-los.

Para tanto, o trabalho será desenvolvido em três capítulos. O primeiro visa entender quais eram as diretrizes do Concílio de Trento para a construção de igrejas, frente às necessidades do rito determinado por este concílio e as soluções espaciais oriundas do mesmo. Isto, a partir de documentos oficiais da Santa Sé, das instruções de Carlo Borromeo, das Constituições primeiras do arcebispado baiano e demais autores.

O segundo capítulo visa apresentar as diretrizes do Concílio Vaticano II no que tange o espaço celebrativo, suas origens no Movimento Litúrgico, os aspectos simbólicos de todas as partes que compõe uma igreja e as soluções arquitetônicas já desenvolvidas a partir destas determinações. Tais informações alicerçadas em documentos deste concílio, normas do rito contemporâneo e em obras de arquitetos, artistas e teólogos especialistas em espaço litúrgico.

O terceiro tem como objetivo confrontar as diretrizes acima citadas em casos de intervenções em igrejas históricas, tendo como referência documentos que tratam de adaptação e conservação e, assim, analisar os impactos e as soluções já realizadas em algumas igrejas. E para aprofundar a análise, o capítulo finaliza com um estudo de caso em três igrejas históricas situadas no estado do Maranhão.

1. O ESTADO DA ARTE

1.1 A Arquitetura e a liturgia às vésperas do Concílio de Trento

Os séculos XV e XVI herdaram uma liturgia extremamente plural, regionalizada e, em muitos casos, repletas de erros teológicos e abusos alegóricos. Estas diversas formas de celebrar, que surgiram ao longo da Idade Média, originaram, na arquitetura, várias soluções de espaços internos. As mais marcantes referem-se à localização e composição do presbitério, a participação dos fiéis e ênfase às devoções.

A decadência cultural nos séculos X - XI torna a liturgia latina ininteligível ao povo. Este não mais participava de um diálogo consciente com o celebrante como acontecia no início do cristianismo. O ambão, existente nas basílicas paleocristãs, desaparece do interior das igrejas. O altar é completamente afastado do povo e, gradativamente, as grades e balaústres, que eram usados para exaltar a sua importância, passam a ser muros intransponíveis aos fiéis. Em alguns casos, o altar-mor e o coro ficavam separados das naves por paredes e a visualização dos mesmos se dava apenas por uma porta central na parede oeste.

Desaparece também a cátedra, já que a liturgia transformou-se em um rito que deve ser oficiado por um sacerdote em nome de um povo passivo, e, portanto deve ser feita o mais rápido possível [...] Neste contexto, quando o bispo presidia ou devia cumprir alguns ritos particulares significativos, por exemplo, aqueles demandados pelas ordenações sacerdotais, fazia uso do faldistório, uma cadeira móvel que era colocada diante do altar [...] (GATTI, 2001, p.146).

Outro fator é o aumento do clericalismo da liturgia e a ênfase na divisão entre sagrado e profano o que, conseqüentemente, reforçou a segregação dos espaços internos das igrejas. Esta situação afastou completamente o povo do ato celebrativo e ocasionou o crescimento das devoções populares aos santos. Assim, para os fiéis, o rito deixou de ser sacramental e passou a ser puramente devocional. O reflexo na arquitetura foi o surgimento do deambulatório e das diversas capelas e altares dedicados aos santos (Figura 03).

Simultaneamente crescia a adoração ao Santíssimo Sacramento e reduzia a prática da comunhão nas missas. O tabernáculo, local que abriga a hóstia consagrada, foi gradativamente tendo posição de destaque no interior das igrejas. “Os fiéis, em vez de se unirem ao ato sacrificial, reclamam a visão da hóstia consagrada, em que se realiza o mistério da transubstanciação”, conforme nos relata Sartore (1992).

Para muitos liturgistas tais aspectos correspondem a erros, desvios ou mesmo deformações da liturgia original celebrada até aproximadamente os séculos VIII e IX. Entretanto, estas práticas permaneceram na cultura ocidental católica por vários séculos.

No século XV, após o término do Grande Cisma, os “papas humanistas” utilizaram a florescente Arquitetura Renascentista para reforçar as suas ligações originárias com o Império Romano e, conseqüentemente, a autenticidade de seu poder temporal. Um forte exemplo desta intenção é a Basílica de São Pedro que foi totalmente demolida para que em seu lugar fosse construído um “monumento clássico”.

Para os teóricos da cidade utópica do renascimento, o edifício religioso, devido a estas suas qualidades intrínsecas, deve ser situado como organizador primacial da cidade, posto em posições de domínio em relação à estrutura circundante, introduzindo neste modelo de organização urbana a hierarquização dos valores postulada pela autoridade religiosa (SARTORE 1992, p.82).

Durante este período praticamente todos os tratadistas que escreveram sobre arquitetura comentaram sobre a construção de igrejas. Eram reflexões sobre a forma, as proporções, as ordens arquitetônicas, isto é, todos os argumentos “típicos do modo de pensar do Alto Renascimento”, segundo Blunt (2001, p.171). Assim, devido a uma liturgia pluralizada, os arquitetos tiveram a liberdade de experimentar soluções de espaços arquitetônicos praticamente sem nenhuma censura e sem se preocupar com a adequação do espaço ao rito. Haja visto a Capela Pazzi de Brunelleschi, onde a relação de proporção e disposição entre a nave e capela-mor difere dos padrões basilicais. (Figura 01)

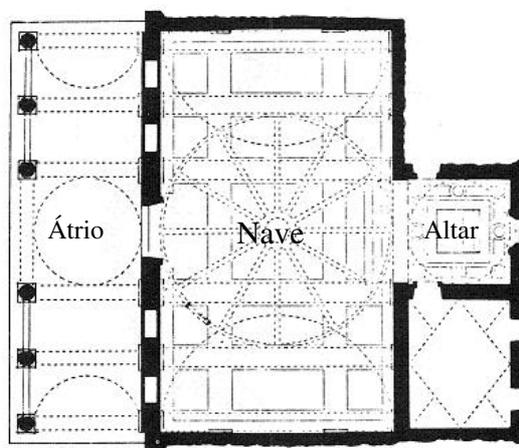


Figura 01: Planta Baixa da Capela Pazzi (séc. XV).

Nota-se que a nave é menor no sentido do eixo que liga o átrio ao altar.
Projeto de Filippo Brunelleschi. Fonte: Janson, 2007.

A liturgia, então, continuava sem grandes reformas, embora já fosse possível notar no século XV a inquietude de vários teólogos quanto aos seus abusos e deturpações. Um exemplo disto é o bispo Nicolau de Cusa que, no sínodo dos bispos em 1453-1455, clamava por uma correção dos missais segundo um exemplar único. Mais tarde, já durante o Concílio, o bispo de Feltre T. Campeggio exclamou o mesmo sobre os livros e acrescentou uma observação sobre a língua a ser usada.

[...] não desagruaria, contudo, que a versão vulgata fosse derrubada... o mesmo julgaria a respeito do Missal, que fosse comum a todas as Igrejas, rejeitadas as coisas supérfluas e principalmente muitas sequências, que contém muitas inépcias. Nem julgo que se deva considerar abuso que os livros sagrados sejam lidos na língua vulgar. (CT, 1546, I,503)

Estas e outras observações ganharam maior repercussão na Igreja com a Reforma Protestante e como resposta, o Papa Paulo III convocou-se o 19º. Concílio Ecumênico, que buscou não apenas fazer frente aos reformistas enfatizando a doutrina católica, mas principalmente organizando-a internamente. Tais mudanças tiveram um impacto direto em toda a arquitetura religiosa produzida após da segunda metade do século XVI.

1.2 O Espaço Litúrgico após o Concílio de Trento

O Concílio de Trento (1543-1563) é considerado um dos três mais importantes concílios da Igreja Católica por ter promovido uma reforma profunda na disciplina eclesiástica e na unificação da fé. Dentre as mudanças promovidas por este concílio, destaca-se a regulamentação das obrigações dos bispos e presbíteros, a explicação clara da doutrina católica, reafirmação dos sacramentos e dogmas e, principalmente, a padronização do culto católico, eliminando grande parte das variações regionais.

Entretanto, apesar da eminente necessidade de reformas em toda a liturgia, segundo Neunhaeuser (1990, p. 178) “O Concílio fez o que foi possível naquele tempo, fixando as linhas essenciais da reforma realizada depois pelo papa”. Lutz (2010, p. 55) é mais enfático ao afirmar que “para uma profunda reforma da liturgia faltavam os pressupostos: o conhecimento de origem de cada elemento da liturgia e da estrutura de suas formas”.

A tarefa de promover a mudança ficou a cargo do papa Pio V. A estratégia utilizada foi retomar a Missa de Gregório VII (século XI) limpando os acréscimos posteriores e preservando aspectos importantes da tradição litúrgica católica romana. Para isso, em 1568 foi publicado o *Breviarium Romano*, dois anos depois um novo *Missale Romano* e no século seguinte, outros documentos que orientaram ritos específicos.

A fim de que a padronização das celebrações fosse realmente posta em prática, Pio V declarou obrigatório o uso destes documentos e nada poderia ser mudado sem que fosse aprovado pela *Curia Romana*. Com isto, desapareceram todas as variações do rito romano que surgiram durante a Idade Média, excetuando apenas aquelas que tinham mais de 200 anos de existência, como por exemplo, o rito Ambrosiano até hoje presente em Milão. Outra providência foi deixar a cargo dos bispos locais a aprovação dos projetos de novas igrejas. Assim, a aplicabilidade prática dos cânones estaria assegurada também pela construção correta dos espaços.

Para traçar um panorama das necessidades de uso dos espaços internos das igrejas após a reforma tridentina, toma-se como base um documento escrito, ainda no século XVI, pelo cardeal e arcebispo de Milão, Carlo Borromeo. Esta escolha baseia-se no fato de Borromeo ter sido um personagem de grande importância dentro da Igreja quanto à aplicação dos ideais de Trento na construção de igrejas e seminários e ter sido responsável pela revisão dos documentos litúrgicos publicados pelo papa Pio V. Segundo Blunt (2001, p.168), São Carlo Borromeo “é o único autor a aplicar o decreto tridentino à arquitetura”.

O documento intitulado *Instructiones Fabricae Et Supellectilis Ecclesiasticae* foi feito inicialmente para a sua arquidiocese e objetivava oferecer um conjunto de diretrizes para orientar a construção de igrejas conforme os preceitos tridentinos. Contudo, este ganhou repercussão em todo o mundo ocidental, sendo reeditado várias vezes desde 1577 até 1952.

Borromeo compilou a Tradição da Igreja, com documentos de liturgistas medievais, como o de Willian Durandus, *Rationale divinatorum officiorum* (1280), e todo o repertório arquitetônico do Renascimento que já florescia na Itália desde um século antes.

As instruções de Borromeo também incorporaram as idéias que estavam contidas em tratados de arquitetura secular. Estes incluíram o de Vitruvius, *De Architectura* (c. 49 aC - 14 dC); o de Pietro Cateneo, *L'Architettura di Pietro Cateneo Senese* (1554) e Andrea Palladio, *I Quattro Libri dell'Architettura* (1570). (MATTHEW, 2010)

Ele apresenta o documento em trinta e três capítulos. Os trinta primeiros, com foco no projeto das igrejas, e incluem também informações sobre catedrais. Estes capítulos abordam: a implantação da igreja, o tamanho e as características do terreno, o desenho da fachada, das portas, das janelas, a organização do interior, o batistério, o campanário, a sacristia, o mobiliário e a decoração. Os três últimos capítulos tratam dos projetos de oratórios e igrejas em conventos e mosteiros.

Tais instruções passaram a estar contidas nos livros e documentos tridentinos associados ao rito católico. No Brasil, elas serviram como uma das referências para a elaboração das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, publicado em 1707. Este tratava de um código de conduta para o clero e fiéis de todo o Brasil. E a partir dele é possível traçar um programa de necessidades das igrejas brasileiras no século XVIII.

A partir de sua publicação (das *Constituições*), sucessivamente em Lisboa em 1719 e Coimbra em 1720 esse importantíssimo documento, que abrange um total de 1.318 títulos distribuídos em cinco livros, passou a orientar toda a vida religiosa da colônia brasileira, não tendo notícia da publicação de outras constituições similares até o final da época colonial. Nele estão codificadas normas básicas de procedimentos, não apenas com relação a aspectos gerais da doutrina, administração religiosa, funcionamento do culto e direito eclesiástico, mas abrangendo também setores específicos como construções de igrejas, guarda de ornamentos e alfaia e até mesmo organização dos arquivos paroquiais. (OLIVEIRA, 2003, p.166)

A grande influência do documento de Borromeo nestas Constituições brasileiras pode ser notada pela similaridade das recomendações no que tange a edificação e cuidados com as igrejas, conforme o exemplo a seguir. Lê-se em Borromeo:

É particularmente importante que a localização da igreja, onde quer que seja construída, seja no alto. Se a topografia é tal que não existe uma parte mais elevada, então a igreja deve ser construída sobre uma base, de modo que sejam levantados sobre a planície e o piso seja alcançado por meio de três ou cinco degraus. [...] Que ela se afaste de lugares úmidos, de todos os tipos de sujeira, estábulos, baias de ovinos, tabernas, forjas, lojas e mercados de todos os tipos. (BORROMEIO, 1577, Cap. I)

E lê-se praticamente as mesmas recomendações nas Constituições do arcebispado baiano.

Havendo-se de edificar de novo alguma Igreja Paroquial em nosso Arcebispado, se edifique em sítio alto e lugar decente, livre da umidade e desviado, quando for possível de lugares imundos e sórdidos e casas particulares e de outras paradas [...] (VIDE, 1707, Livro IV, Título XVII)

As similaridades continuam em várias outras partes, como no que diz respeito à orientação, ao tamanho das naves e dos ambientes.

[...] que se faça em tal proporção, que não somente seja capaz dos fregueses todos, mas ainda de mais gente de fora, quando ocorrerem as festas [...] as igrejas paroquiais terão capela-mor e cruzeiro, se procurará que a capela-mor se funda de maneira, que posto o Sacerdote no altar fique com o rosto no oriente e não podendo ser, fique para o meio dia, mas nunca para o Norte, nem para o ocidente. Terão pias batismais de pedra, [...] pias de água benta, um púlpito, confessionários, sinos e casa de sacristia [...] (VIDE 1707, Livro IV, Título XVII)

Borromeo orienta que o tamanho da igreja não deve ser determinado apenas pela quantidade de pessoas que moram naquelas proximidades, principalmente se forem paróquias ou catedrais, mas devem ser dimensionadas para acolher as pessoas que virão de locais distantes em épocas de festas. Neste sentido as instruções falam que deve ser utilizada a proporção de *unius cubiti et unciarum octo*, que corresponde a aproximadamente 4 m² por pessoa, tirando as áreas ocupadas pelas paredes e colunas.

Sobre os ambientes internos, Borromeo orienta que as igrejas devem ter uma, três ou cinco naves e que os acessos devem refletir este número de naves, exceto quando a igreja tiver somente uma. Neste caso, permanecem três acessos para facilitar o fluxo de pessoas e ajudar na separação entre homens e mulheres ao entrarem na igreja. Esta separação entre homens e mulheres segue um simbolismo teológico praticado desde as basílicas paleocristãs, onde as mulheres ficavam do lado do ambão destinado a leitura do evangelho, pois foi primeiro a uma mulher que Jesus apareceu após a sua ressurreição e, portanto, elas são relacionadas ao anúncio do Evangelho. Entretanto com o passar do tempo esta prática ganha outras conotações.

No Brasil a separação se estende à divisão de classes sociais como descreve Oliveira (2003) e para isso utiliza certos elementos, tais como grades ou desníveis, para reforçar a divisão. Esta prática, embora comum, era repudiada pelos documentos oficiais da igreja da época.

Em umas e outras o espaço da nave é demarcado por balaustrada contínua, [...] seguindo marcação geralmente já estabelecida no piso pela elevação de um degrau. Essas divisões tinham importante função nos tempos coloniais, pois determinavam a posição dos fiéis nas igrejas. A parte central era reservada às mulheres, que se assentam no chão em esteiras ou banquinhos trazidos de casa para esse fim. Atrás das balaustradas posicionavam-se os homens, de pé e na capela-mor e região do arco cruzeiro, os membros das irmandades proprietárias da igreja. Na entrada e sob o coro ficavam os negros escravos e pessoas de condição social inferior e nas tribunas superiores as classes dirigentes e os poderosos de terra de um modo geral. (OLIVEIRA, 2003, p.173)

Seguindo a simbologia apresentada por Durandus, Borromeo várias vezes faz referência aos números ímpares 3, 5 e 7 que correspondem teologicamente à Santíssima Trindade, ao Pentecoste e aos sete dons do Espírito Santo, respectivamente. Destarte, são indicadas as quantidades de degraus, para acesso à igreja e também ao altar, dentre outras referências.

Outro aspecto importante é a forma da planta da igreja. Sobre isto São Carlos Borromeo afirma:

A planta cruciforme remonta aos tempos apostólicos, como pode ser visto nas principais basílicas de Roma. Esta forma de construção deve ser a preferida. O edifício redondo foi usado nos templos pagãos, e muito pouco entre os povos cristãos. (BORROMEIO, 1577, cap. II)

E completa, recomendando a cruz latina em lugar da grega, contrariando a forma preferida do Renascimento. Blunt (2001) afirma que “Sem dúvida ele tinha em mente o novo tipo de planta em cruz latina que já havia sido desenvolvido por Vignola para Gesù e que se adequava idealmente ao desejo de efeitos espetaculares da Contra-Reforma.” (Figura 05)

Estas possibilidades quanto à forma das plantas também eram analisadas pelos arquitetos dos séculos XV e XVI. Uns observam o caráter simbólico da cruz, como, por exemplo, Palladio ao se referir à igreja de San Giorgio Maggiore. Ele reflete sobre a entrada aos pés da cruz, o altar no ponto mais alto dela e os altares menores do transepto, nos seus braços. Mesmo assim esta opção de planta estaria, segundo Palladio, após o círculo e o quadrado, formas perfeitas e regulares.

Outros relacionaram a planta em cruz latina às proporções do Corpo Humano Perfeito, pois refere-se ao Corpo de Cristo. Seja por questões simbólicas ou geométricas, o fato é que as igrejas de planta em cruz latina continuariam a ser as mais utilizadas por mais quatro séculos após Trento.

Neste ponto é importante salientar que a primazia da planta longitudinal não está ligada apenas à tradição construtiva de basílicas, mas a um componente determinante que é a própria Liturgia.

Como dito anteriormente, os reformadores resgataram a liturgia do século XI onde as movimentações, procissões e demais atos cerimoniais estavam intimamente ligados à forma longitudinal das igrejas. O próprio Borromeo ao escrever o cerimonial, *Pontificales secundum ritum et usum Sancte Romane Ecclesie*, em 1561, descreve os passos da cerimônia baseando-se em planta longitudinal e reforça a ideia com a ilustração de uma igreja de planta em cruz latina.

Também Alberti, apesar de preferir a planta centrada, como nos mostra Janson (2007), ratifica a íntima relação que o rito tem com esta forma:

Ele (Alberti) explica que a planta das igrejas deveriam ser circular, ou de forma derivada do círculo (quadrada, hexagonal, octogonal, etc), porque o círculo é a forma mais perfeita e a mais natural e por isso uma imagem direta da razão divina. Este argumento repousa, evidentemente, na crença de Alberti na validade divina das proporções matemáticas determinadas [...] se a planta centrada não conviesse às necessidades do ritual católico pouco importava a Alberti (JANSON, 2007, p.611).

Mesmo nas igrejas de plantas curvadas de Borromini e de seus sucessores percebe-se o forte vetor longitudinal formado entre o acesso principal e o altar-mor. Como é possível notar na Igreja de San Carlo alle Quattro Fontane, em Roma, onde o maior eixo da elipse que forma a planta, repousa sobre este vetor apontado acima.

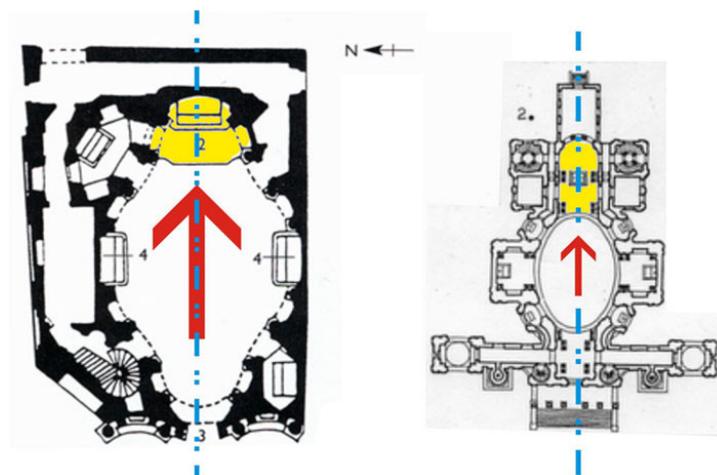


Figura 02: Plantas Baixas de Igrejas Barrocas.

Da esquerda para a direita: San Carlo alle Quattro Fontane e S. Carlo Borromeo.
Destaque ao eixo central da nave, a capela-mor (em amarelo) e em vermelho o vetor longitudinal.
Fonte: Janson, 2007.

No Brasil, as igrejas de plantas curvadas, de herança borromínica, constituíram-se excepcionais. Mas, tanto elas quanto as demais, “mantém o padrão tradicional da igreja retangular de nave única, separada da capela-mor por um arco cruzeiro monumental”, conforme nos descreve Oliveira (2003, p. 126).

Portanto, a opção por plantas longitudinais se perpetua até o século XX, porque se vincula à forma de utilização deste espaço, principalmente, devido à relação entre o rito e os atores deste, para os quais a igreja é construída.

Embora se tenha a clareza desta afirmação, também é notório que ocorreram alterações neste partido longitudinal, se as igrejas medievais forem comparadas com as

da contrarreforma. Um grande agente desta transformação foi o espaço destinado ao altar.

Como já afirmado, durante a Idade Média o altar foi gradativamente tornando-se distante das pessoas e em alguns casos até longe dos olhares dos fiéis (Figura 03). As reformas tridentinas expressas nas instruções de Borromeo, dizem que o altar deve ser colocado na cabeça da igreja, em um lugar de destaque e no mesmo eixo da nave principal. Este altar-mor deve ser acomodado nos fundos da capela-mor, em um lugar reservado, porém visto por todos. Deve estar em um nível mais alto que a nave, seguindo certas proporções apresentadas por Borromeo em *cubiti* e *unciarum*, unidades de medida da época em Milão.

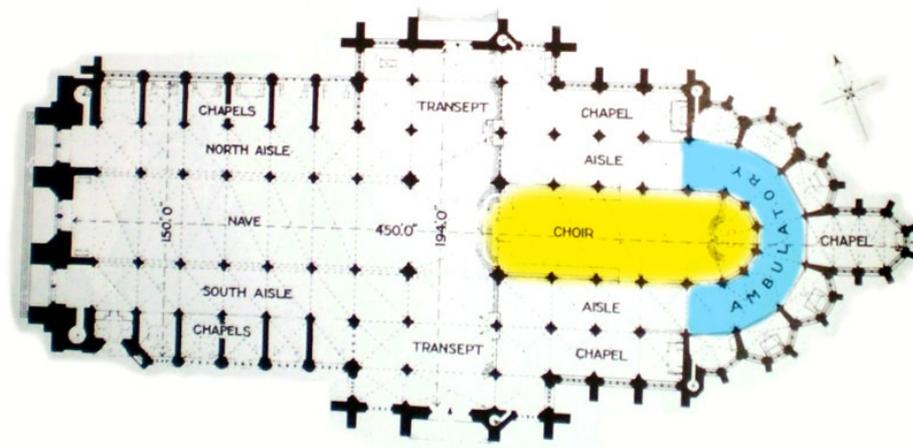


Figura 03: Planta Baixa da Catedral de Amiens (séc. XIII), França.
 Destaque em amarelo para o local do coro e altar-mor. Em azul o deambulatório.
 Fonte: Fletcher's, 1996.

As instruções, bem como as *Constituições* brasileiras, demarcam bem a separação entre esta área, destinada aos clérigos, e a nave, destinada aos fiéis. Ela deve ter tamanho suficiente para abrigar vários sacerdotes e ser separada da nave por grade de madeira ou de ferro, também chamada de Mesa da Comunhão.

Os que forem sacerdotes e houverem de comungar, irão de sobrepeliz e estola e assim estes como os demais clérigos comungarão no degrau mais alto do altar. Os leigos em lugar distinto junto às grades do cruzeiro e podendo ser as mulheres separadas dos homens, os quais chegarão à mesa [...] (VIDE 1707, Livro I, Título 28)

Ainda nas *Constituições* pode-se ver a enérgica proibição da permanência de leigos na capela-mor. Nestes casos os sacerdotes são orientados a excomungar o fiel, cobrar uma multa e só continuar a “dizer a missa” quando este se retirar da capela.

A preocupação com a privacidade da capela-mor é garantida pela proibição de acessos e circulações próximos ao altar. Este conjunto de diretrizes aponta para um

formato de capela que é fechada em três lados e aberta somente para a nave através do arco cruzeiro, sendo uma herança das absides das antigas basílicas, e não uma forma criada por Trento, como é notoriamente exemplificada na igreja abacial de St. Riquier (século VIII). Este partido de capela passa a ser empregado nas igrejas até o século XX.

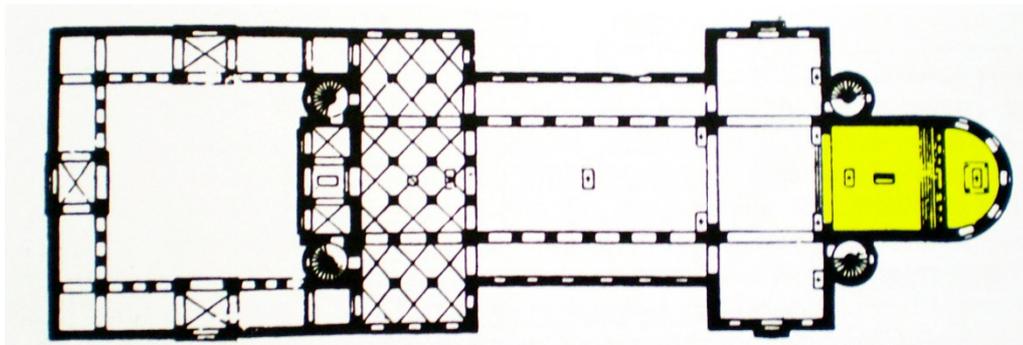


Figura 04: Planta Baixa da igreja abacial de St. Riquier (século VIII), França.
 Destaque para abside em amarelo que se assemelha as capelas-mor orientadas por Borromeo.
 Fonte: Janson, 2007.

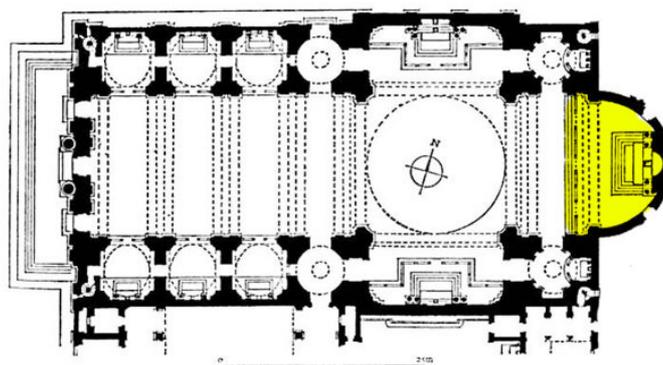


Figura 05: Planta Baixa da igreja de Jesus (século XVI), Vignola, Roma-Itália.
 Destaque para a capela-mor em amarelo. Fonte: Campelo, 2001.

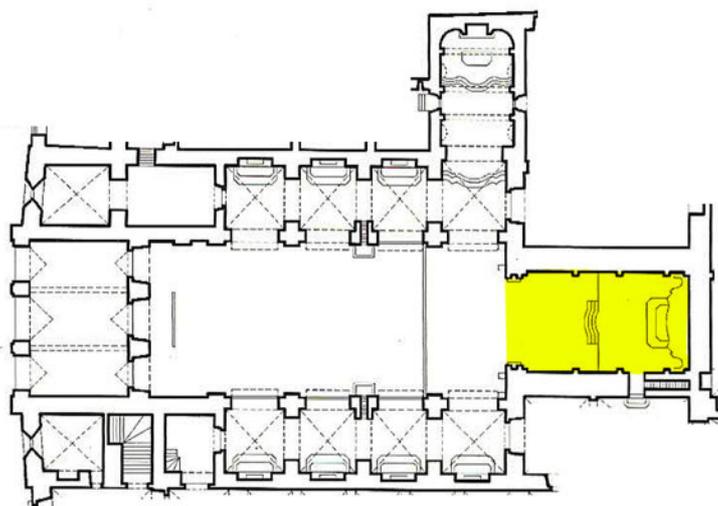


Figura 06: Planta Baixa da igreja de N. Sra. de Monserrat no Mosteiro de São Bento – RJ
 Destaque para a capela-mor em amarelo. Fonte: Alvim, 1997.

Percebe-se pelos textos das Constituições que o excesso de zelo por esta capela concede a ela um caráter de “Lugar Sagrado” a ponto da nomenclatura “Altar” ser atribuída, não somente à mesa abaixo do tabernáculo, mas sim, a todo o espaço da capela-mor.

Para compreender que esta forma de capela está de acordo com o rito católico tridentino é mister compreender como este espaço era utilizado durante as celebrações. Para tanto, se faz necessário a análise do gráfico a seguir.

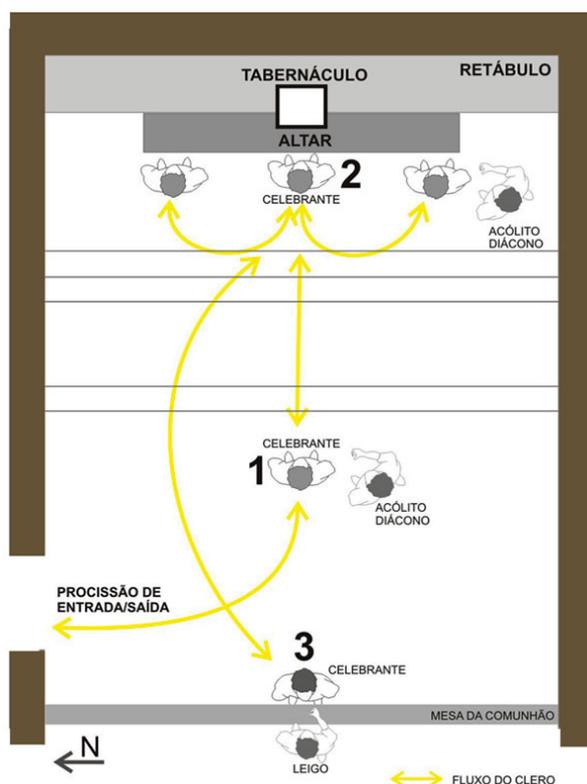


Figura 07: Gráfico de fluxo na Capela-mor durante a celebração tridentina.
Desenvolvido a partir do Missal de São Pio V revisado por João XXIII (1962).
Fonte: Rogério Lima, 2010.

A partir do gráfico acima podemos visualizar o fluxo das pessoas durante o rito em uma capela-mor. Este fluxo está simbolizado por setas amarelas e ao lado da figura humana estão as opções de personagem da ação litúrgica permitidos pelo rito.

A missa segundo o rito tridentino inicia com o celebrante e o diácono ou acólito no degrau mais baixo da Capela-mor (lugar 01) onde são feitas as orações iniciais. Em seguida o celebrante desloca-se para o altar (lugar 02), seguido pelo diácono ou acólito. Deste lugar são proferidas todas as demais partes da missa. Durante as leituras do Antigo Testamento ou das Epístolas, o celebrante desloca-se para o lado

direito do altar e durante o evangelho, para o lado esquerdo. Após a consagração realizada no centro do altar, o sacerdote desloca-se para a mesa da comunhão (lugar 03) onde distribui as hóstias aos fiéis e, após isto, retorna ao altar para os ritos finais. Durante todo o rito o sacerdote é acompanhado pelo diácono ou acólito que responde às orações, enquanto os fiéis permanecem passivos e distantes do ato celebrativo. Nota-se que o fluxo neste espaço é bastante limitado e a posição predominante do sacerdote é no lugar 02. Percebe-se também que não há momentos onde se faz necessário contornar o altar e que também não há nenhum obstáculo a visualização deste pelos fiéis.

Embora o altar retorne ao seu lugar de ponto focal no espaço litúrgico, ele é completamente ofuscado pelo tabernáculo e principalmente pelo retábulo que ganha grandes proporções durante o barroco.

É bom que alguma instrução deva ser dada aqui sobre o assunto do tabernáculo, pois um decreto provincial tornou obrigatória a colocação do mesmo no altar-mor. Nas mais importantes igrejas, sempre que possível, deve ser feito de prata ou bronze, deve ser dourado ou de mármore precioso [...] Além disso, o tabernáculo, definido no altar, terá uma base estável decorada, devidamente executado, com estátuas de anjos ou outro suporte decorado com ornamentos religiosos, será fixado firmemente no lugar sólido. Além disso, será equipado com uma chave. (BORROMEIO, 1577, cap. XV)

Para dar mais visualização ao altar-mor, a posição do coro foi também ajustada. Podendo ficar atrás do retábulo, como em alguns conventos, ou à frente, como nos mosteiros, ou acima do acesso principal da igreja, localização que tornou-se a mais usual no Brasil.

O coro, como é óbvio a partir de edifícios antigos, e os regulamentos de disciplina da igreja, deve ser separado da parte da igreja onde as pessoas permanecem e cercado por grades. [...] Ele deve, como o arquiteto entender, ser largo e comprido, se o espaço permitir, na forma de um semicírculo ou outra forma, de acordo com o plano da capela ou da igreja, correspondendo assim perfeitamente, inclusive no seu tamanho e ornamentação, à dignidade solene da igreja e o número do clero. (BORROMEIO, 1577, cap. XII)

Outro elemento destacado por Borromeo é o confessionário. O sacramento da confissão já existia antes do Concílio de Trento, mas em outro formato e não havia um móvel específico para isto. Trento não só disciplina a confissão nos moldes que conhecemos hoje, como introduz no espaço da igreja, este móvel descrito por Borromeo.

Primeiro de tudo o confessionário será feito inteiramente de painéis de madeira trabalhada. Estes serão colocados em ambos os lados, nas costas e vai cobrir a parte superior, enquanto ele será totalmente aberto na parte da

frente, e não deve ser fechada de forma alguma. Todavia, pode ter, sobretudo nas igrejas mais freqüentadas, uma porta de treliça ou um portão de madeira [...] Um pequeno braço de madeira será fixado na parte interna do painel entre o confessor e penitente, em que o confessor poderá descansar o braço. Será como uma barra transversal, de modo que possa ser abaixado e levantado, conforme desejado.[...] Uma pequena placa ligeiramente inclinada será definida na extremidade superior. Sobre isso, o penitente pode confiar suas mãos juntas durante a confissão de joelhos. (BORROMEIO, 1577, cap. XXIII)

Estes confessionários ficavam situados nas naves laterais das igrejas próximos ao acesso principal. Deveriam assegurar a intimidade do penitente e não podiam ser tomados para outros usos. Segundo as *Constituições*, os homens poderiam até se confessar na sacristia, entretanto, as mulheres somente nos confessionários à vista de todos.

As instruções de Borromeo disciplinaram também o uso de relíquias de santos, imagens e dos altares laterais. Após definir a planta em cruz latina como sendo o modelo preferencial, ele determina três lugares possíveis para as capelas e altares laterais. O primeiro nas paredes norte e sul do transepto, o segundo da parede leste do mesmo, mas guardando uma distância significativa do altar principal, e o terceiro lugar possível, ao longo das naves laterais ou da nave central quando esta fosse única.

Estas capelas deveriam estar equidistantes uma das outras e separadas de tal forma que, em casos de missas simultâneas, uma não atrapalhasse a outra. Deveriam ser construídas a partir de proporções pré-determinadas pelo documento e em um nicho semicircular. Outra determinação proibia a construção de altares na parede da fachada principal da igreja. Tudo isto, aliado aos conceitos renascentistas, promoveu o desaparecimento dos deambulatórios.

Outro ambiente importante de ser destacado é o batistério. Existente desde o início do cristianismo, o lugar próprio para o sacramento do batismo passou por muitas mudanças ao longo dos séculos em função de mudanças nas práticas do rito. No século XVI, em Milão, os batismos eram administrados segundo a antiga fórmula - por imersão, onde os fiéis eram batizados em uma espécie de piscina. Esta seguia o modelo existente no batistério da Basílica de São João de Latrão, em Roma. Embora o próprio Borromeo reconhecesse que o modelo por efusão já era o mais comum no resto da Itália, por questões práticas e pela predominância do batismo de crianças, ele descreve diretrizes para a construção de batistérios que visem às duas formas.

Em primeiro lugar sugere a construção de um batistério fora do corpo da igreja, segundo as edificações dos primeiros séculos. Em seu centro poderia ser

edificada, dependendo do rito predominante na localidade, uma piscina ou uma pia, preferencialmente em formato octogonal, que simbolicamente está relacionado ao 8º dia, o da ressurreição. Também propõe que, em lugares onde fosse impossível a construção de um batistério externo, fossem então construídas capelas dentro do corpo da igreja, situadas no lado do Evangelho, próximo à entrada principal e seguindo as mesmas prescrições dadas ao batistério anterior.

Uma terceira opção é sugerida para igrejas pequenas que, por falta de recursos ou espaço, não pudessem construir capelas para o batismo. Nestes casos, Borromeo propõe a colocação da Pia Batismal na nave lateral, no lado do Evangelho, ou mesmo na nave central, caso fosse de nave única. Deveria ser separada da circulação por grades ou balaústres e que ter espaço suficiente para o sacerdote, a criança e os padrinhos e não ser encostada na parede.

As Constituições de 1707 repetem as duas últimas opções de Borromeo, onde o batistério fica situado dentro da igreja. Contudo, estas citam apenas as Pias Batismais. A descrição do rito, existente neste documento, dá preferência ao batismo por imersão da criança na pia e que isto deveria ser feito até seu oitavo dia de nascida. Portanto, uma criança muito pequena. Mas em alguns casos, também determinados, era admitida a administração do batismo por efusão.

Os documentos também citam o púlpito, já presentes nas catedrais medievais. Quando o Concílio de Trento reafirmou o Latim como língua oficial do rito católico, apesar do clamor de alguns bispos, ele manteve a leitura das passagens bíblicas como tarefa apenas do sacerdote. No missal de Pio V nota-se que o celebrante dirige-se ao lado direito do altar para ler as epístolas e ao lado esquerdo para a leitura do Evangelho.

As explicações das leituras e demais sermões doutrinários eram feitos no púlpito situado na lateral da nave central, o mais próximo possível dos fiéis e em lugar alto, para que o celebrante fosse ouvido por todos.

Por fim, é importante citar a sacristia. Ambiente destinado à guarda dos objetos utilizados na celebração da missa, a sacristia pouco foi alterada ao longo dos anos. Borromeo prevê a construção de até duas: uma maior, situada próxima à capela-mor, mas com a porta abrindo para a nave ou a uma parte anterior da capela que permita o acesso dos fiéis e uma menor, situada próxima ao acesso principal que teria por finalidade servir de apoio para a troca de roupas dos celebrantes antes da procissão de entrada.

Posto isto, pode-se traçar o programa de necessidades das igrejas tridentinas, excluindo os aspectos externos, que não fazem parte deste trabalho. Após isto, pode-se criar um fluxograma e compará-los futuramente com o programa e o fluxograma oriundos do Concílio Vaticano II.

| <i>ÍTEM</i> | <i>DESCRIÇÃO</i> |
|----------------------------|--|
| Nave Principal | Formato preferencialmente longitudinal. Local destinado aos fiéis, com separação entre homens (à direita) e mulheres (à esquerda). Continha altares laterais com púlpito em nível mais alto. |
| Naves laterais (opcionais) | Espaço de circulação onde estavam os altares laterais, os confessionários ou mesmo pias batismais. |
| Capela-mor | Cercada por três paredes e aberta para nave. Espaço restrito ao clero, separado da nave por grades de madeira ou ferro e por desníveis. Abrigava o altar-mor (altar, tabernáculo e retábulo). Estava no eixo da nave central. |
| Sacristia | Situada próximo a capela-mor, mas com acesso a nave ou a um espaço anterior a capela-mor. Podia existir outra sacristia de apoio menor e próxima a entrada da igreja, onde o sacerdote se preparava para procissão de entrada. |
| Batistério (opcional) | Espaço para a celebração do batismo. Poderia conter pia ou piscina batismal e estar situado fora ou dentro da igreja na nave lateral e separada desta por grades. |
| Coro (opcional) | Poderia ser na capela-mor, à frente ou atrás do altar-mor. Sem acesso aos fiéis. |

Quadro 01: Quadro do programa de necessidades de igrejas do século XVI.

Restrito aos ambientes ligados ao rito e segundo as instruções tridentinas e de Carlo Borromeo.

Fonte: Rogério Lima, 2010.

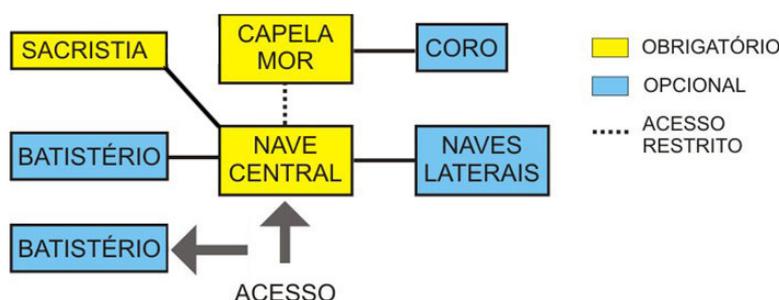


Figura 08: Fluxograma de igrejas do século XVI, segundo as instruções tridentinas e de Carlo Borromeo. Fonte: Rogério Lima, 2010.

| <i>AMBIENTE</i> | <i>DESCRIÇÃO</i> |
|-----------------|--|
| Nave Principal | Formato preferencialmente longitudinal. Local destinado aos fiéis, com separação entre homens (após as grades) e mulheres (no centro). Possuía altares laterais, púlpito em nível mais alto, confessionários e pia de água benta na entrada. |

| | |
|-----------------------|---|
| Capela-mor | Cercado por três paredes e aberto para nave. Espaço restrito ao clero, separado da nave por grades de madeira ou ferro e por desníveis. Abriga o altar-mor (altar, tabernáculo e retábulo). Estava no eixo da nave central. |
| Sacristia | Situada próximo a capela-mor, com acesso direto a nave ou a um espaço anterior ao primeiro degrau do altar-mor. |
| Batistério (opcional) | Espaço para a celebração do batismo contendo pia batismal. Ficava situado em uma capela ou na nave no lado do Evangelho e separado por grades. |
| Coro (opcional) | Situado acima da entrada principal. Encontra-se na capela-mor apenas em conventos e mosteiros. Sem acesso aos fiéis. |

Quadro 02: Quadro do programa de necessidades de igrejas do Brasil no século XVIII.

Restrito aos ambientes ligados ao rito e segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado Baiano.

Fonte: Rogério Lima, 2010.

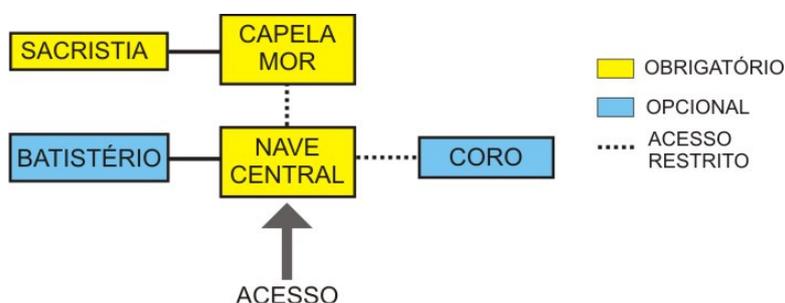


Figura 09: Fluxograma de igrejas do Brasil no século XVIII.

Segundo as Constituições primeiras do arcebispado baiano.

Fonte: Rogério Lima, 2010.

Conforme pode ser identificado nas figuras 08 e 09 há uma grande similaridade entre as igrejas propostas por Borromeo e pelas Constituições Primeiras do Arcebispado Baiano. Em alguns pontos há apenas uma simplificação da solução arquitetônica, como o que acontece com o batistério.

Comparando as determinações destes documentos com os espaços criados nas igrejas barrocas, pode-se comprovar que, em sua maior parte, as estruturas foram todas alicerçadas nas regras previamente definidas no Concílio e suas aplicações foram garantidas devido à obrigatoriedade da aprovação dos bispos locais.

Neste sentido, no que tange a liturgia, o Concílio reafirmou e consolidou as formas recebidas da Idade Média, organizando e padronizando seu uso. A arquitetura religiosa reformulou seus espaços e passou a criar ambientes cada vez mais faustosos e verdadeiramente triunfantes, onde a igreja é um espaço para a adoração ao Santíssimo Sacramento e lugar para as devoções individuais. Sobre este período, Blunt (2001)

destaca que “a própria igreja e os cultos realizados nela devem ser tão majestosos e impressionantes quanto possível [...]”.

2 O CONCÍLIO VATICANO II E A ARQUITETURA RELIGIOSA CONTEMPORÂNEA

2.1 O Movimento Litúrgico

No que tange a liturgia, não é possível falar do Concílio Vaticano II sem antes mencionar o Movimento Litúrgico e como este influenciou na construção de novas igrejas e interveio naquelas construídas na primeira metade do século passado.

A partir do século XIX, surge na Europa uma corrente de teólogos que questionavam aspectos da Liturgia consolidada no Concílio de Trento e desejavam um retorno ao verdadeiro espírito cristão da celebração baseada em sua linguagem simbólica. Estes pensamentos, nascidos de padres beneditinos, na primeira metade do século XIX, tiveram por muito tempo sua história ligada à Ordem de São Bento e à Congregação da França, mas na segunda metade do século XIX expandiram-se para além das fronteiras francesas.

A partir de 1909, estes pensamentos consolidaram-se em um movimento, denominado Movimento Litúrgico no *Congrès National des Oeuvres Catholiques* com o monge D. Lambert Beauduin. Este movimento sustentava-se em dois princípios básicos: a participação ativa dos fiéis na celebração e o retorno às fontes do cristianismo. Tais princípios nortearam experimentos no campo da Liturgia, da arte e da arquitetura, pois eram consideradas peças indissolúveis do mesmo elemento.

A renovação da arquitetura religiosa concentrou-se com mais força na Alemanha, onde em 1922, formou-se um grupo de estudiosos em conjunto com os teólogos beneditinos de Maria Laach para discutir sobre os princípios básicos no novo planejamento das igrejas. Tal grupo tinha como principal foco a investigação sobre arquitetura das igrejas domésticas (*domus ecclesia*), todo seu caráter simbólico e como adaptá-las à atualidade. O principal integrante deste grupo foi o arquiteto alemão Rudolf Schwarz. Entretanto, muitos outros adotaram os mesmos princípios em seus projetos, dentre eles destacam-se: Dominikus Böhm, Emil Steffan e Gottfried Böhm.

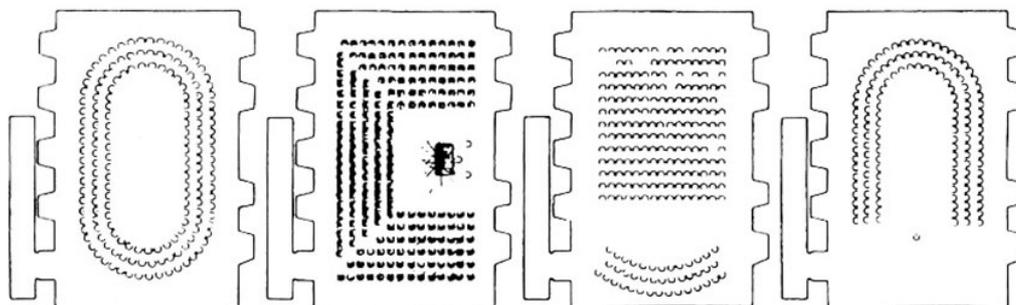


Figura 10: Sala dos Cavaleiros – Castelo de Rothenfels (séc. XII), Alemanha.
 Quatro possibilidades de utilização do espaço para a capela do Movimento Juvenil, apresentadas por Rudolf Schwarz ao diretor do local, Romano Guardini, em 1928.
 Fonte: Pastro, 1998.

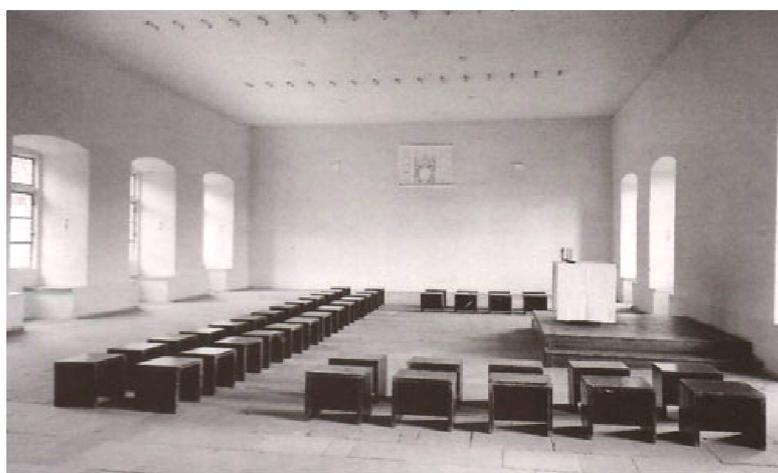


Figura 11: Foto interna da Sala dos Cavaleiros do Castelo de Rothenfels (séc. XII), Alemanha.
 Projetada por Rudolf Schwarz, a foto mostra o resultado final da capela para o Movimento Juvenil.
 Fonte: Pastro, 1998.

Nestas novas igrejas a grande novidade era a posição da assembléia em torno do altar e a simplicidade, marcada pela ausência de adornos. Não há elementos que desviam a atenção do fiel, nem mesmo barreiras que o dividam do presbitério. Ajudada pelas novas tecnologias de construção, a planta destas novas igrejas, tinham forma livre, não estando mais condicionada à estrutura basilical, mas sim à assembleia. Os arquitetos experimentaram plantas circulares, elípticas, em formato de peixe, quadradas, trapezoidais, octogonais, hexagonais, etc. Este rompimento com os modelos tradicionais e os conceitos de simplicidade, aproxima os teóricos do Movimento Litúrgico dos arquitetos do Movimento Moderno, tais como: Le Corbusier, Mies Van der Rohe, dentre outros, onde os conceitos da nova liturgia podem ser vistos em suas obras: Notre Dame, em Ronchamp e Capela do Instituto Tecnológico de Illinois, respectivamente.

Esta nova forma de ver a liturgia vai aos poucos ganhando repercussão mundial, principalmente após a promulgação da “*Mediator dei*” do papa Pio XII, em 1947, que tornou-se a *Magna Charta* da renovação que estava prestes a ser oficializada.

Movidas pela certeza da oficialização dos preceitos do Movimento Litúrgico, seguiram-se diversas construções e adaptações de igrejas em todo o mundo católico, embora ainda existissem várias correntes tradicionalistas. A Igreja de São Francisco, na Pampulha, embora não seja um exemplo direto do Movimento Litúrgico, passou vários anos para ser consagrada pelos bispos locais, uma vez que seu projeto trouxe muitas mudanças que não foram aceitas na época.

No Brasil, o movimento chega principalmente pelas mãos dos missionários reformadores dos mosteiros e conventos, que em sua maioria eram originários da Alemanha trazendo as concepções do Movimento e influenciando várias obras de reforma e construção. Um especial destaque deve ser dado ao monge beneditino alemão D. Martinho Michler considerado por Silva (1983) como o “grande apóstolo da liturgia no Brasil”.

Ainda na Alemanha participou do movimento de jovens orientado por Romano Guardini. Estudou filosofia na já comentada abadia de Maria Laach e ao chegar ao Brasil, em 1930, inicia seu trabalho em prol de uma formação litúrgica, onde também era praticada a adaptação de espaços à celebração, conforme mostra o relato abaixo:

O Centro de Liturgia, orientado por Dom Martinho, foi encarregado de arrumá-la (a capela instalada numa sala do velho casarão da Praça XV). Todos puseram mãos à obra para arranjar recursos e providenciar o necessário. Tudo foi pensado e idealizado, desde o formato do altar até as luminárias e a pintura das paredes. O altar, de jacarandá, proveniente de Quissamã (mais tarde diocese de Nova Friburgo), na fazenda das irmãs Queiroz Mattoso, permitia celebrar a Missa de frente ou de costas para a assistência. Solução prudente, desejada por D. Martinho e motivada por reticências ou reações incipientes contra a forma do altar que ele mesmo havia introduzido. Esse altar é histórico. Foi o primeiro altar voltado para o povo construído no Brasil. (ISNARD, 1999, p. 52)

Outra importante obra de D. Martinho Michler foi a reforma na Igreja do Mosteiro São Bento, no Rio de Janeiro, cujas adaptações foram inspiradas pelo Movimento Litúrgico.



Figura 12: Foto interna da Igreja de N. Sra. de Monserrat no Mosteiro de São Bento – RJ.
Foto tirada por Peter Fuss em 1935, antes da adaptação do espaço aos preceitos do Movimento Litúrgico.
Fonte: Acervo de D. Mauro Fragoso, OSB. 2010.

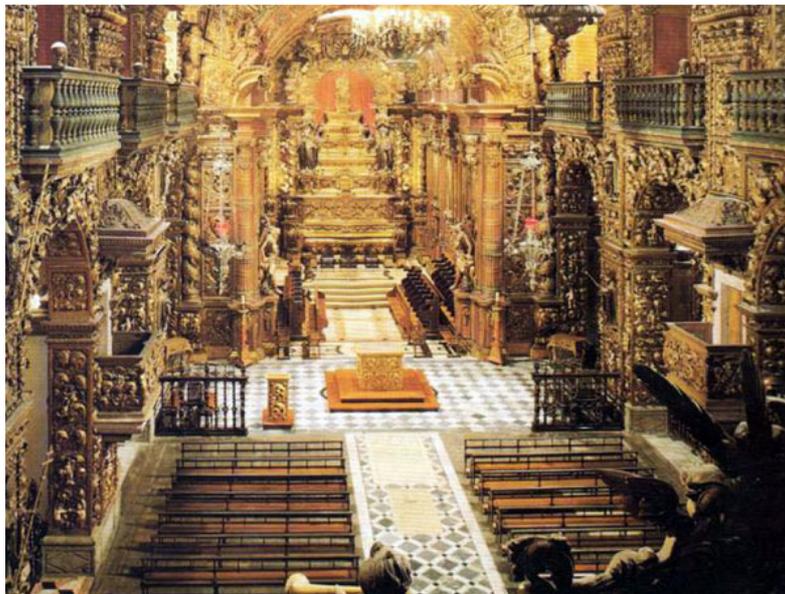


Figura 13: Foto interna da Igreja de N. Sra. de Monserrat no Mosteiro de São Bento – RJ.
Destaque para o altar e o ambão no transepto da igreja. Fonte: Rocha, 1990.

Percebe-se que um novo altar foi construído no transepto da igreja, aproximando-o da assembleia. O mesmo pode-se dizer do ambão situado ao lado esquerdo da foto. A alteração em nada afetou, praticamente, o espaço do ponto de vista da preservação do patrimônio e ao utilizar um acabamento com entalhes já existentes no espaço, as adaptações confundiram-se com a construção primeira, mas o formato quadrado e a pedra de granito em cima denunciam sua contemporaneidade.

Também sob pretexto de não serem da mesma época das demais talhas do corpo da igreja, foi retirada a que revestia [...] A talha assim retirada teve parte aproveitada no sacrário da capela do Colégio, agora na Casa de Emaús, e feitura do atual altar do centro do cruzeiro da igreja. (ROCHA 1990, p.127)

O Concílio Vaticano II – CV II (1962 – 1965) consolidou e oficializou as idéias do Movimento Litúrgico. Logo no início dos trabalhos foi promulgada a Constituição Conciliar sobre a Sagrada Liturgia, a *Sacrosanctum Concilium - SC*. Com ela as partes que compõem a igreja-edifício, seu uso e seus significados, ganharam novas diretrizes que definiram o atual Espaço Litúrgico Católico.

Esta constituição determinou, dentre outras coisas, procedimentos para a construção de novas igrejas e alteração de edifícios já existentes, destacou a importância da presença de profissionais das áreas de arquitetura e artes na composição das chamadas Comissões Diocesanas de Liturgia e Arte Sagrada (SC, no. 46) que passa a ser o setor da Diocese responsável pelo projeto, avaliação e orientação de construções e reformas de novas igrejas, bem como, por salvaguardar os seus bens históricos. Esta comissão foi reforçada pelo Código de Direito Canônico de 1983, onde lê-se no cânone nº 1216: “Na construção e restauração de igrejas, usando o conselho de peritos, observem-se os princípios e normas da liturgia e da arte sacra”.

Ao estabelecer uma nova aliança entre a Igreja e os artistas, a constituição conciliar elucida conceitos a ser seguidos por estes profissionais, quanto à elaboração de um projeto de igreja. Coube a cada país ou região amadurecer estes conceitos para que fossem respeitadas as peculiaridades regionais. Para o Brasil, o Conselho Episcopal Latino Americano – CELAM desenvolveu um Manual de Liturgia com três volumes, sendo que o segundo trata especificamente do espaço arquitetônico e aponta algumas premissas relatadas a seguir.

A primeira diz respeito à “nobre simplicidade”. Não se trata de, a exemplo do passado, “O melhor para Deus”, mas sim tudo aquilo que, feito com cuidado e autenticidade, pode servir à ação celebrativa. Neste aspecto, um requisito inerente é a “familiaridade”. Os adornos e demais aspectos decorativos que sejam estranhos aos fiéis distraem, em vez de estar a serviço da celebração. Conforme afirma CELAM (2005, p.340) “Qualquer coisa fora do lugar chamará demais a atenção por si mesma e causará confusão e distração da ação essencial.”

A segunda premissa é a da “qualidade e autenticidade”. O documento da Conferência Episcopal dos Estados Unidos da América, denominado “A Ambientação e

a Arte no Culto Católico” afirma que a qualidade de um material é constatada quando este é capaz de suportar a ação a que se destina e sua autenticidade é ser genuíno, descartando assim, qualquer material trivial, falso ou que pretendam imitar outros. Conforme Pasto (1993, p.253) “Vê-se, por aí, altares adaptados de madeira, compensado, fórmica imitando pedra ou madeira ou até altares de resina ou de vidro [...] são adaptações e modismos fora do contexto eclesial [...]”.

Neste mesmo sentido da autenticidade, o CELAM propõe que deve-se evitar cobrir o que falta ou mesmo falsear estilos arquitetônicos do passado. A adoção de estilos e as expressões contemporâneas que estejam interligadas à necessidade da igreja-edifício reforçam a fidelidade aos tempos presentes e a universalidade do culto.

A Igreja nunca considerou um estilo como próprio seu, mas aceitou os estilos de todas as épocas, segundo a índole e condição dos povos e as exigências dos vários ritos, criando deste modo, no decorrer dos séculos, um tesouro artístico que deve ser conservado cuidadosamente. Seja também cultivada livremente na Igreja a arte do nosso tempo, a arte de todos os povos e regiões, desde que sirva com a devida reverência e a devida honra às exigências dos edifícios e ritos sagrados. (SC, 1963, n.º. 123)

Oficializado pela Santa Sé, todas as dioceses tiveram que adaptar seus espaços às novas diretrizes. Em muitos casos, de uma forma somente superficial, isto é, limitando-se a inclusão do altar voltado para o povo, do ambão e da sédia, muito embora, as mudanças promovidas pelo Concílio sejam muito mais profundas, pois dizem respeito a um resgate da participação efetiva dos fiéis no rito, tal como ocorria no início do Cristianismo.

2.2 O novo espaço litúrgico

Pode-se dizer que o edifício cristão da atualidade é dividido em três grandes grupos de espaços: o presbitério ou santuário, a nave ou assembleia e os ambientes complementares, simbolicamente representados como círculos concêntricos, conforme mostra a figura 14.

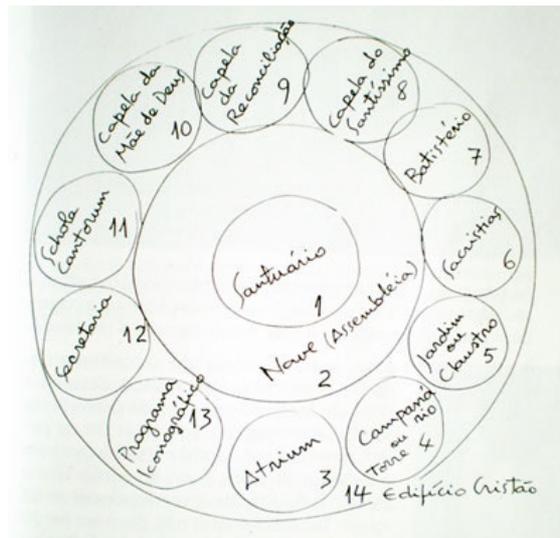


Figura 14: Esquema da organização dos espaços em uma Igreja. Fonte: Pastro, 1998.

Os ambientes complementares podem ou não existir na igreja, mas estão cada vez mais presentes no cotidiano dos fiéis e correspondem à Capela da Reconciliação, Capela Devocional, Capela da Mãe-de-Deus, Capela do Santíssimo, Sacristia, ao Batistério, e outros. Além destes, destacam-se também os serviços secundários, que não necessariamente estão ligados ao corpo do edifício, mas são peças importantes da nova participação dos fiéis e da responsabilidade social da Igreja, proposta pelo CV II. Estes ambientes são: pontos de encontro, salas de coordenação, evangelização, catequese, áreas para ações de caridade e apostolado, salão de festas, além de ambientes de apoio como cozinhas, depósitos e banheiros.

O presbitério é o ponto focal de todo o programa da igreja, composto das principais peças necessárias ao culto católico: o altar, o ambão e a sédia. A Instrução Geral do Missal Romano (IGMR) orienta que se distinga do restante da igreja por diferença de níveis ou de revestimentos. Deve ter espaço suficiente para que todas as atividades referentes ao ritual possam se desenvolver sem atropelos e ao mesmo tempo acomodar cadeiras para concelebrantes e acólitos, cruz processional, credências, faldistório e estante para comentarista. Portanto, além das peças principais, o presbitério deve promover o livre trânsito entre elas e estes outros objetos.

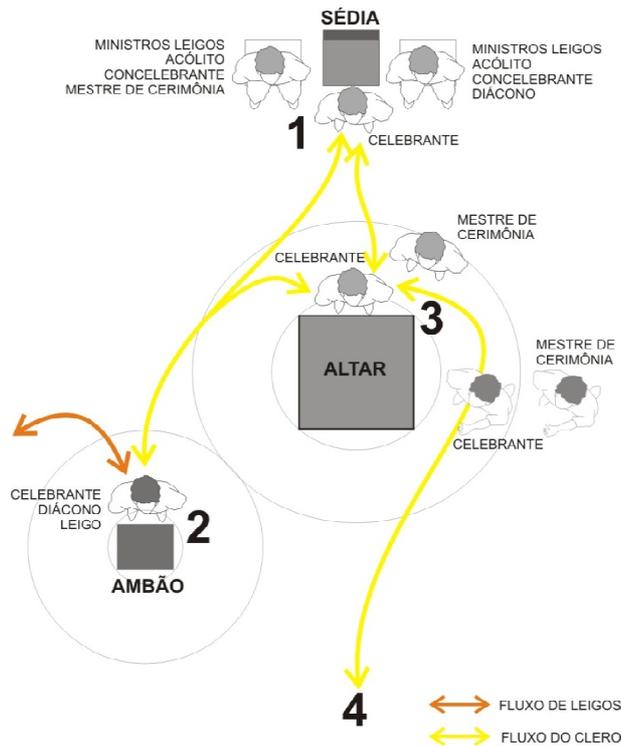


Figura 15: Esquema de fluxo no presbitério

Desenvolvido a partir do Missal Romano atual. Desenho: Rogério Lima, 2010.

A partir do esquema acima podemos visualizar o fluxo das pessoas durante o rito. Este fluxo está simbolizado por setas amarelas e marrons e ao lado da figura humana estão as opções de personagens da ação litúrgica permitidos pelo novo rito.

O rito inicia-se com a procissão de entrada quando o celebrante, sacerdote ou não, direciona-se para a sédia (local 1). Esta procissão é feita da porta de acesso até o presbitério ou mesmo da sacristia, contanto que a distância caracterize uma procissão. Da sédia são conduzidos os ritos iniciais da celebração. Na primeira fase após os ritos iniciais, os fiéis e o celebrante proclamam as leituras do ambão (local 2), tanto as epístolas como o evangelho. Este deslocamento da sédia para o ambão é também uma procissão, portanto, distâncias muito curtas podem comprometer esta característica. Depois das leituras segue-se a homília – antigo sermão – que também é feita do ambão e após a oração dos fiéis inicia-se a segunda fase intitulada Celebração Eucarística. Neste momento o celebrante direciona-se para o altar (local 3), saindo deste local apenas para distribuir a comunhão (local 4), que normalmente é feita em qualquer lugar da assembleia. Os ritos finais são feitos novamente da sédia e então é feita a procissão de saída.

Além da celebração diária da missa, o espaço deve prever as celebrações solenes. Tais como: O Domingo de Páscoa, quando o sacerdote precisa caminhar

entorno do altar para incensá-lo, também as ordenações quando o bispo fica sentado na frente do altar e o neo presbítero fica, a sua frente, deitado no chão.

É importante destacar que os passos demonstrados para o celebrante, sacerdote, podem também ser feitos por um leigo. Isto porque o CV II restaurou um rito denominado de Celebração da Palavra, onde um leigo da comunidade pode presidir a celebração, fazendo as leituras, preparando a mesa (altar) e distribuindo a comunhão. A única ação que lhe é privada é a da consagração. Este tipo de celebração tornou-se muito comum especialmente na América Latina.

Percebe-se com isto que este espaço, apesar de ainda ser chamado de Santuário por alguns liturgistas, é agora um local acessível a todos. Além de não ter mais a necessidade de protegê-lo com paredes e gradis, estas, pelo contrário atrapalhariam o bom andamento da celebração.

A distribuição mais comum entre as três peças do presbitério é a que foi utilizada no esquema da figura 15. Entretanto, a permeabilidade e o dinamismo que este espaço ganhou a partir do CV II, proporcionaram uma enorme diversidade de soluções. Dentre elas a que dispõe os três elementos no mesmo eixo, e acomoda a assembleia nas laterais. Na figura 16 pode-se ver que o fluxo entre elas, além de não ser comprometido, ainda promove maior proximidade com os fiéis.

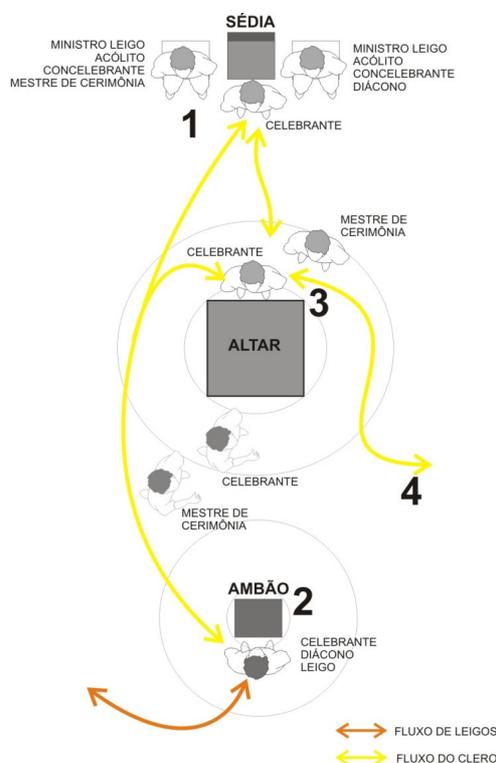


Figura 16: Esquema de fluxo no presbitério – opção 02.

Desenvolvido a partir do Missal Romano atual e com outra distribuição entre as três peças que compõe o presbitério. Desenho: Rogério Lima, 2010.

Nota-se no centro dos dois presbitérios apresentados acima, o altar. Este é considerado o principal elemento de todo o presbitério, ou melhor, de toda a igreja.

Até o primeiro milênio só existia um único altar nas basílicas cristãs. O CV II retoma a importância e a centralidade do altar único no edifício cristão, contrapondo ao excesso de altares existentes nas igrejas tridentinas. Além de único, deve ser afastado da parede e centralizado, não necessariamente de forma espacial, mas simbólica. Isto é, todas as atenções devem estar voltadas em primeiro lugar para este elemento. Esta alteração na relação entre assembleia e altar é a causa de uma série de mudanças espaciais ocorridas no espaço litúrgico.

A forma basilical de plantas longitudinais não mais atende completamente a este requisito, por conseguinte as novas igrejas adotam formas circulares, quadradas ou em forma de leque. Esta mudança além de favorecer a centralidade do altar proporciona uma maior aproximação dos fiéis a ele.

O altar seja construído afastado da parede, a fim de ser facilmente circundado e nele se possa celebrar de frente para o povo, o que convém fazer em toda parte onde for possível. O altar ocupe um lugar que seja de fato o centro para onde espontaneamente se volte à atenção de toda a assembléia dos fiéis. Normalmente seja fixo e dedicado. (CNBB, 1991, no. 299)

Segundo o Dicionário de Símbolos – Imagens e Sinais da Arte Cristã, a palavra “Altar” deriva dos verbos "*alere* - nutrir" e "*arere* - arder, queimar". Esta estrutura, na sua origem, aparece como o lugar do fogo e do banquete. Portanto, dentre os materiais possíveis, que podem ser feitos os altares, os documentos pós-conciliares orientam que preferencialmente sejam de pedra. Isto se baseia nas inúmeras passagens bíblicas que relacionam este material com o Cristo, como relata o Evangelista Mateus (21, 42) “A pedra rejeitada pelos construtores tornou-se agora a pedra angular”, e com os altares para a imolação da tradição judaica. Entretanto, é também admissível que seja feito de madeira em forma de mesa, referência ao banquete na Última Ceia. Segundo o IGMR deve-se evitar materiais frágeis e transparentes, tais como: acrílico e vidro. Além de todo tipo de grades, comungatórios ou desniveis exagerados que possam separá-lo da assembleia. Esta determinação elimina definitivamente a Mesa da Comunhão do espaço celebrativo.

Outro componente do presbitério é o Ambão, “o Altar da Palavra”. Este elemento foi resgatado pelo CV II e seu simbolismo está relacionado ao Jardim da

Ressurreição e ao próprio Cristo. A Ordem das Leituras da Missa (OLM, no.32) afirma que “na Missa lhes é preparada a dupla mesa da Palavra de Deus e do Corpo de Cristo”. Desta afirmação deriva a relação estética e de material, que deve haver entre o altar e o ambão. Ao mesmo tempo em que este também deve ser único no edifício.



Figura 17: Ambão do Santuário de São Pio em San Giovanni Rotondo – Itália.
Projeto de Renzo Piano inspirado na simbologia do Jardim da Ressurreição.
Fonte: Acervo do Apostolado Litúrgico, 2006.

Como o seu objetivo é a proclamação das leituras bíblicas, o ambão deve ser situado em um local visível a todos e próximo a assembleia, além de ter espaço para a acomodação dos livros durante as leituras, não correspondendo assim a uma mera estante.

Segundo a Conferência Episcopal Italiana – CEI, é permitido que o ambão seja colocado fora do espaço do presbitério, e ao seu lado tenha um candelabro para o Círio Pascal. Esta disposição faz referência às basílicas paleocristãs onde o ambão é o segundo pólo da celebração. Esta possibilidade permite ainda mais dinamismo ao espaço.

O terceiro elemento do presbitério é a sédia ou cadeira da presidência. Segundo o aspecto simbólico é a partir da sédia que o Cristo preside a celebração. Por isso, este terceiro elemento também deve guardar semelhanças estéticas com o ambão e o altar. A afinidade plástica destes três elementos reforça relação simbólica existente entre eles.

Ele deve ser destacado das demais cadeiras, sem, no entanto, se parecer com um trono. Quanto à sua localização, pode ser atrás ou ao lado do altar, desde que favoreça a visualização do celebrante por parte da assembleia, evitando sua colocação à frente do altar. Para tanto, pode-se elevá-lo a um degrau acima do restante do presbitério.



Figura 18: Presbitério da Catedral de Chapecó – SC.

Percebe-se a relação estética da sédia com o altar. Foto: Acervo do Apostolado Litúrgico, 2006.

A assembleia de fiéis é o segundo espaço que deve ser observado em todo o projeto de igrejas. Com o CV II, esta deixa de ser feita de espectadores passivos à ação litúrgica para transformarem-se em fiéis atuantes na celebração.

A sua disposição deve privilegiar a participação ativa de todos os fiéis reunidos ao redor do altar. Destarte, é importante que sejam projetadas boas circulações e bons acessos que possam, sem apertos, proporcionar o livre trânsito de todos a todos os lugares; quer nas procissões ou em outros deslocamentos especiais recomendados pelas rubricas. Outra orientação é evitar todo e qualquer tipo de reserva de lugares para grupos ou classes sociais.



Figura 19: Capela das Pias Discípulas do Divino Mestre

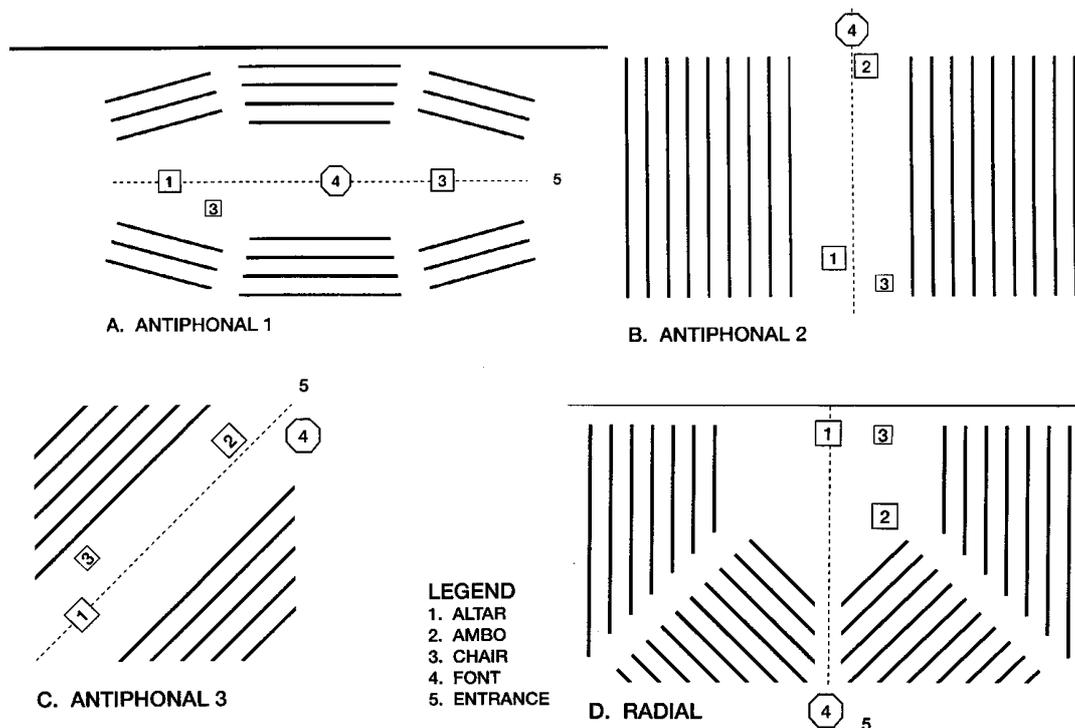
Foto: Acervo do Apostolado Litúrgico Arquitetura, 2006.

As dimensões devem ser tais, que possam acolher com conforto a comunidade. Entretanto, espaços demasiadamente grandes proporcionam o

distanciamento, conforme afirma Menezes (2006, p.94) “Estas tornam a participação ativa bastante difícil, criando por vezes problemas pastorais insolúveis”. A CEI sugere um número aceitável de aproximadamente 500 fiéis em cada edificação e havendo a necessidade de crescimento, o Documento de Aparecida lançado em 2009 durante a visita do Papa ao Brasil, aponta para uma solução, a criação de uma rede de comunidades.

Outro aspecto que está relacionado à assembleia diz respeito à orientação geográfica. Desde as primeiras basílicas construídas para abrigar o culto cristão, houve a preocupação de orientar a absíde para o oriente, para a direção do nascente. Assim, o sacerdote poderia, do altar, direcionar para o oriente suas orações juntamente com as orações da comunidade. Esta disposição reforçava o aspecto teológico da “Igreja Peregrina em um navio a caminho da Jerusalem Celeste”. Inclusive o termo “nave” tem ligações etmológicas com “navio”. A SC, ao ver a assembleia reunida como o “Corpo de Cristo”, reorienta as orações dos celebrantes para os fiéis presentes na celebração e não mais para o oeste.

Como já dito anteriormente, a mudança na relação entre a assembleia e o presbitério gera uma gama enorme de possibilidades de organização deste espaço. Algumas destas possibilidades estão demonstradas abaixo e na sequência exemplificamos a utilização de algumas delas com fotos de igrejas novas.



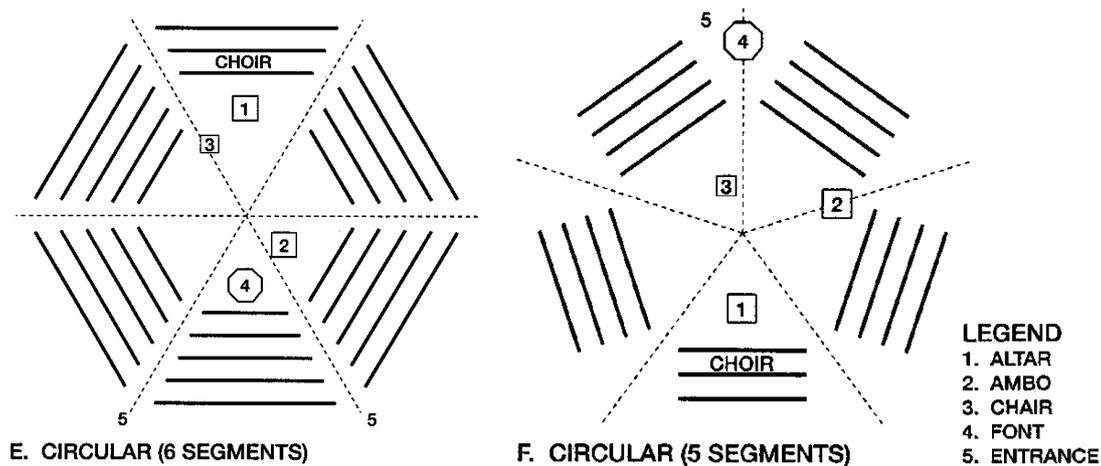


Figura 20. Esquemas de disposição entre assembleia e presbitério.

Fonte: The building commission of the diocese of London, 1990.



Figura 21: Igreja de São Domingos do Sávio – Joinville.

Aplicação do esquema “A”. Projeto: Apostolado Litúrgico Arquitetura, 1999.

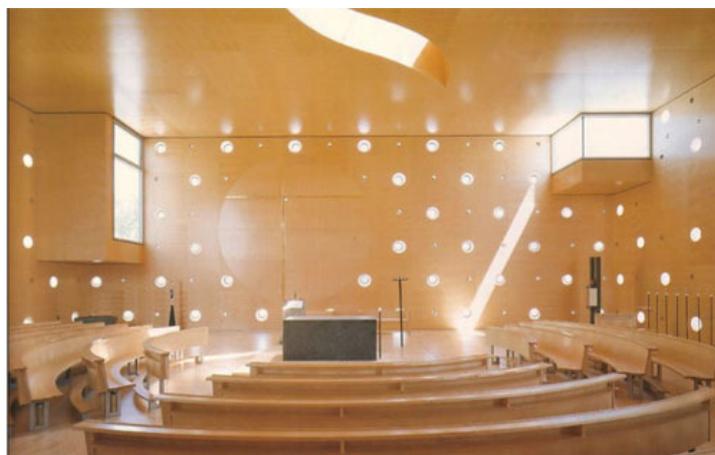


Figura 22: Igreja Cristo Esperança do Mundo. Viena – Áustria.

Aplicação do esquema “D”. Projeto de Heinz Tesar. Fonte: Pastro, 2010.



Figura 23: Capela do Centro de Pastoral de Paulo Afonso – BA.
Aplicação do esquema “E”. Projeto: Apostolado Litúrgico Arquitetura, 1999

Outro item integrante da assembleia é o coro ou grupo de músicos. Ao contrário dos ambientes elevados e até mesmo de difícil visualização onde se situavam os cantores, com a reforma litúrgica o coro ou grupo de músicos deve estar contido na assembleia, pois dela faz parte. Mesmo que fiquem em espaço um pouco destacado para a acomodação dos instrumentos e animação dos fiéis, ainda assim, este destaque não pode ser demasiado. Exceção dada aos mosteiros que guardam a tradição do canto gregoriano como parte integrante de suas celebrações. Deve-se evitar o uso de mezaninos para esta finalidade, mesmo em igrejas que já os possuam.

Além destes ambientes que são essenciais à igreja, tem-se também uma série de outros ambientes que embora opcionais, devem estar ligados ao corpo central da edificação, como é o caso do Batistério. Ambiente destinado às celebrações do batismo pode estar localizado no início da nave ou próximo ao presbitério, mas no nível da assembleia. Segundo as instruções pós-conciliares, o ambiente deve promover tanto o batismo por imersão como por efusão, para tanto deve conter uma fonte de água corrente, para a efusão, e uma pequena piscina onde o fiel possa imergir. É importante que a localização do batistério promova a participação ativa da assembleia e tenha nas suas proximidades ambientes de apoio, como um pequeno vestuário, para o sacerdote e para os fiéis. Além disso, deve-se prever um espaço para o Círio Pascal e para os óleos de unção.

É normal ver em diversas igrejas os batizados sendo feitos com bacias que são trazidas no momento da celebração. Apesar de comum, estas formas improvisadas devem ser evitadas segundo as orientações eclesiais.

Com o objetivo de guardar as hóstias consagradas e servir de espaço para oração pessoal, adoração e recolhimento, a Capela do Santíssimo deve ser um espaço ligado ao corpo da igreja e ter dimensões suficientes para acolher um pequeno grupo de fiéis. Segundo a Instrução Geral do Missal Romano - IGMR (1991, n.º 315): “Em razão do sinal, é mais conveniente que no altar em que se celebra a Missa não haja tabernáculo onde se conserva a Santíssima Eucaristia.”, ao mesmo tempo em que é recomendado que não haja um altar na Capela do Santíssimo. Com isto, é revogada a determinação do Concílio de Trento que obrigava a colocação do tabernáculo sobre o altar.

Quando o tabernáculo não estiver em uma capela própria é orientado que esteja no presbitério em lugar de destaque, mas não no centro, para não concorrer com o altar.

Em casos de igrejas antigas, a CEI orienta que seja preservado o retábulo como patrimônio arquitetônico de uma época, mas que seja criado um novo tabernáculo em uma das naves laterais, quando houver, para acomodar a reserva eucarística. Somente eliminadas todas as possibilidades de transferência do tabernáculo para outro lugar é que o mesmo pode ficar no retábulo antigo e cabe ao dirigente catequizar o povo para perceber a centralidade do altar.

Como uma evolução dos antigos confessionários surge, a partir do CV II, a Capela da Reconciliação. Este espaço é destinado ao Sacramento da Penitência ou às Confissões como é mais conhecido. Ele compõe-se de uma sala de espera onde os fiéis possam fazer suas reflexões pessoais e outra área onde fica o confessionário propriamente dito. Este não mais corresponde a um móvel, mas sim caracteriza-se por uma pequena sala privativa onde ficam apenas o fiel e o sacerdote. Este espaço teve ter isolamento acústico para garantir a privacidade própria do rito.



Figura 24: Capela da Reconciliação da Catedral de Chapecó – SC.
Foto: Acervo do Apostolado Litúrgico, 2006

Os confessionários existentes nas igrejas antigas podem ser utilizados no novo rito da Reconciliação sem necessidade de adaptações neste móvel. Mas, preferencialmente um espaço privativo deve ser destinado para a confissão face a face.

As Capelas Devocionais e da Mãe de Deus são oriundas da nova orientação quanto ao projeto iconográfico das igrejas, ou seja, quanto à disposição de imagens no espaço interno das igrejas. Tema cheio de controvérsias, principalmente no Brasil, devido à força das devoções populares.

Os documentos conciliares ao tratarem da distribuição das imagens nas igrejas, alertam que deve se observar sua qualidade artística e importância devocional, bem como evitar repetições de imagens de mesmo santo para que não promovam uma poluição visual capaz de desviar a atenção do essencial.

Segundo antiqüíssima tradição da Igreja, as imagens do Senhor, da Bem-aventurada Virgem Maria e dos Santos sejam legitimamente apresentadas à veneração dos fiéis nos edifícios sagrados e aí sejam dispostas de modo que conduzam os fiéis aos mistérios da fé que ali se celebram. Por isso, cuide-se que o seu número não aumente desordenadamente e sua disposição se faça na devida ordem, a fim de não desviarem da própria celebração a atenção dos fiéis; normalmente, não haja mais de uma imagem do mesmo santo. De modo geral, procure-se na ornamentação e disposição da igreja, quanto às imagens, favorecer a piedade de toda a comunidade e a beleza e a dignidade das imagens. (IGMR, 1991, no.318)

É coerente, pelo caráter de apenas coadjuvantes no mistério, que as imagens dos santos não ocupem lugar de grande destaque como no presbitério, mas sim possam estar distribuídas ao longo da nave, ou em casos, onde a devoção a um determinado santo é muito forte, cria-se a chamada Capela Devocional que acolherá não somente a imagem, mas também espaços para velas, orações pessoais ou mesmo retribuições de milagres. O mesmo ocorre com a imagem da Virgem Maria. Devido à grande devoção popular à Mãe de Jesus, orienta-se a criação de uma capela dedicada a ela para que o centro do espaço celebrativo não seja desviado.

Outro ponto importante no que diz respeito às imagens no espaço interno das igrejas, está relacionado ao resgate da arte bizantina, em especial, suas características simbólicas como referências a uma nova expressão de arte sacra. O projeto iconográfico deve prever além das esculturas, a criação de pinturas, que colaborem simbolicamente com os espaços projetados.

A Sacristia é outro ambiente que precisa ser pensado nas igrejas. Ele objetiva abrigar os objetos e as alaias utilizadas na celebração. Deve conter um

banheiro para o sacerdote e demais ministros, bem como bancada com pia para a limpeza dos cálices, galhetas e demais objetos utilizados na celebração.

Desta forma, com base no conceito de acolhimento proposto pelo CV II, a fim de promover a participação ativa dos fiéis na celebração, o ambiente da igreja precisa ser um lugar que proporcione conforto térmico, lumínico e acústico, bem como, um ambiente que promova o acesso livre a todos, à socialização e à caridade.

Com a essa reforma litúrgica, a comunicação também passou a ter grande relevância nos ambientes das igrejas, pois com a celebração na língua vernácula, o rito passou a ser dialogado, onde cada parte tem seu momento para interagir e responder. Assim, o ambiente deve estar dotado de recursos que favoreçam esta comunicação e de uma arquitetura que proporcione uma boa inteligibilidade, condicionamento e isolamento acústico. O desafio dos arquitetos é destacado por Menezes (2005a, p.100): “O volume da igreja, na nave especial, é influência fundamental na propagação do som e na ocorrência de reverberação ou eco”. Portanto, a instalação de recursos de áudio deve ser acompanhada de um bom projeto acústico para que os elementos colocados, em vez de ajudar, não enfatizem o problema.

A iluminação também tem papel importante nesta nova concepção de igreja. Necessária para a leitura dos livros e folhetos que ajudam no acompanhamento das ações litúrgicas, os índices de iluminância da nave e do presbitério devem estar coerentes com esta função, além de proporcionar a reflexão e o recolhimento nos momentos fora da missa.

Segundo Schubert (1964, p.13) “É necessário evitar a todo custo as fantasias gratuitas e os efeitos teatrais [...] a iluminação de uma igreja deve, com efeito, se incorporar estreitamente a arquitetura e à sua expressão”. Logo, controlar a iluminação de tal forma que se possa realçar, sutilmente, o espaço do batistério no momento do batismo ou mesmo o ambão no momento da leitura, valoriza o espaço e o acontecimento, sem necessariamente precisar recorrer a efeitos dramáticos ou cores exóticas.



Figura 25: Capela do Seminário Interdiocesano – Viamão.

Nota-se a valorização do espaço com a iluminação do ambão (à esquerda) e do altar. Projeto da arquiteta Maria Inês Lunardini. Fotos: Acervo do Apostolado Litúrgico, 2008.

O conforto térmico é outro aspecto que não deve ser esquecido no projeto de igrejas. Seguindo o mesmo princípio de outros estabelecimentos que exigem concentração e relaxamento, o usuário, em situação de conforto térmico, despreocupa-se com o calor ou com o frio para dedicar-se ao objetivo central da sua atividade naquele ambiente. Portanto, é fundamental o estudo da climatização ativa ou passiva destes ambientes, lembrando-se dos aspectos de manutenção e economia. Nas igrejas da região norte e nordeste do Brasil, o ventilador é peça marcante nas naves, entretanto, é cada vez mais frequente a presença de ar condicionado.

Ao colocar o fiel como protagonista da celebração, o CV II destaca que estes edifícios estejam adaptados ao livre acesso de toda e qualquer pessoa. Neste ponto, todos os preceitos da acessibilidade devem ser atendidos para que os fiéis com deficiência motora possam ter livre trânsito na edificação. Para tanto, se prevê a construção de rampas de acesso à igreja e ao presbitério, banheiros adaptados e áreas entre os bancos para comportar um determinado percentual de cadeirantes.

E por fim, seguindo o mesmo raciocínio de outras edificações, estes prédios devem conter sistemas de segurança e de combate a incêndios, especialmente se tratando de edifícios de valor histórico, além de outros elementos já indispensáveis na arquitetura civil.

Portanto, baseado nas informações acima citadas pode-se construir o programa de necessidades para acomodar este novo rito católico.

| <i>Ambiente</i> | <i>Características</i> |
|------------------------------------|---|
| Presbitério | Espaço composto de altar, ambão e sédia. Deve ser um local de destaque e de livre acesso a todos. |
| Assembleia (nave) | Destinado aos fiéis, deve promover a comunhão de todos. Deve acomodar a <i>Schola cantorum</i> e ter espaço para cadeirantes. Deve ter equipamentos de áudio, iluminação para leitura e, caso necessário, equipamentos de climatização. Os mezaninos são evitados para não comprometer a unidade. |
| Batistério (opcional) | Destinado ao batismo, deve ter uma piscina com fonte de água corrente para o batismo de imersão. Não sendo possível, admite-se uma pia para o batismo por efusão. Pode ser situada próxima a entrada ou ao presbitério, mas no nível da nave. |
| Capela da Reconciliação (opcional) | Destinada às confissões. É composta de uma antessala para a reflexão e uma ou mais salas com uma mesa e duas cadeiras. Deve ser acusticamente isolada para promover a privacidade. |
| Capela Devocional (opcional) | Abriga imagens de Santos para ações devocionais. Deve conter espaço para velas e genuflexórios. Em alguns casos, deve prever espaços para as retribuições de milagres. |
| Capela da Mãe de Deus (opcional) | Abriga imagem da Virgem Maria para atividades devocionais. Deve conter espaço para velas e genuflexórios. Em alguns casos, deve prever espaços para as retribuições de milagres. |
| Capela do Santíssimo (opcional) | Destina-se a abrigar o Tabernáculo. Deve promover a oração pessoal e abrigar um número pequeno de pessoas. |
| Sacristia | Espaço para guardar as alfaias e os objetos utilizados na celebração. Deve conter bancada para limpeza destes objetos e banheiro para o celebrante e demais ministros. |

Quadro 03: Quadro do Programa de Necessidades de uma igreja pós Concílio Vaticano II
Desenvolvido com base em documentos conciliares, pós conciliares, no Missal Romano e de ritos específicos. Fonte: Rogério Lima, 2010.

Para facilitar a compreensão, faz-se necessário uma tabela específica dos elementos do presbitério com as características simbólicas e práticas de cada um.

| <i>Objeto</i> | <i>Aspectos Simbólicos</i> | <i>Aspectos práticos</i> |
|---------------|---|--|
| Altar | Símbolo do Cristo; É ao mesmo tempo o Altar do sacrifício e Mesa da Santa Ceia; Centro simbólico da | Deve ser de pedra ou madeira na forma quadrada, retangular ou circular, evitando-se grandes dimensões. Não deve conter o tabernáculo. Deve ser afastado da parede para promover livre circulação ao redor. Deve haver próximo a ele um |

| | | |
|-------|---|--|
| | celebração. | ponto de microfone e ter iluminação apropriada à leitura. |
| Ambão | Símbolo do Jardim da Ressurreição; Local de onde o Cristo nos fala; Altar da Palavra. | É destinado à proclamação da palavra e para a homilia. Deve ser feito do mesmo material do altar e guardar uma afinidade estética com o mesmo. É proibido que seja utilizado como estante para livros. Deve haver próximo a ele um ponto de microfone e iluminação apropriada à leitura. |
| Sédia | Local de onde o Cristo preside a celebração. | Deve ser destacada das demais cadeiras e guardar afinidade estética e de material com o ambão e altar. Deve haver próximo a ele um ponto de microfone e ter iluminação apropriada à leitura. |

Quadro 04: Quadro resumo dos elementos do presbitério segundo o Concílio Vaticano II e outros documentos pós-conciliares. Fonte: Rogério Lima, 2010.

Baseado nos quadros acima foi possível montar o fluxograma de uma igreja segundo o novo rito católico.

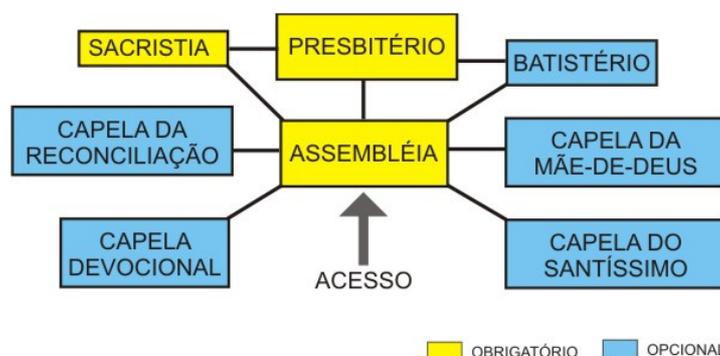


Figura 26: Fluxograma de uma igreja após o Concílio Vaticano II
Desenvolvido com base em documentos conciliares, pós-conciliares, no Missal Romano e de ritos específicos. Fonte: Rogério Lima, 2010.

Quando comparamos o fluxograma tridentino com este, nota-se a mudança dos nomes “Nave” para “Assembleia” e “Capela-mor” para “Presbitério”, isto advém dos documentos acima citados e tem por propósito enfatizar a mudança no aspecto simbólico destes ambientes.

Ainda comparando os dois fluxogramas percebe-se que houve uma preocupação em reforçar a relação entre assembleia e presbitério, organizando as demais atividades em capelas anexas. Assim o ato celebrativo fica protegido de desvios de atenção e interesse, ajudando na participação de todos.

Concluimos parcialmente que este novo rito privilegia a assembleia como protagonista do ato litúrgico, enfatiza aspectos simbólicos cristocêntricos e disciplina as atividades devocionais. Com isto, o espaço que deve ser criado para abrigar este rito tem como característica favorecer o livre acesso a todos os ambientes, ser confortável, limpo de adornos desnecessários para que o foco seja dado ao essencial, deve preconizar a comunhão de todos ao redor do altar, a partir de plantas centradas ou semicirculares e propiciar que cada sacramento tenha seu lugar específico no edifício, assim como os demais objetos de devoção comunitária.

Várias destas características entram em conflito quando colocadas dentro de igrejas construídas sob a ótica do Concílio de Trento. Então, após entendermos a realidade destes dois ritos iremos confrontar, no próximo capítulo deste trabalho, estas duas realidades dentro das igrejas históricas com os olhos na Preservação destas edificações.

3 INTERVENÇÕES ADAPTATIVAS EM IGREJAS HISTÓRICAS

O capítulo a seguir inicia-se com uma breve contextualização histórica quanto à relação da Igreja na preservação dos bens eclesiais, passando pela análise de documentos atuais da Instituição, principalmente no Brasil, que tentam minimizar a descaracterização do patrimônio artístico e histórico, até chegar à apresentação da problemática e, a partir de um estudo de caso, demonstrar algumas soluções realizadas.

A adaptação de espaços para o culto católico acontece desde o início do cristianismo. Os primeiros cristãos adaptaram suas casas à celebração da “fração do pão”, como era chamada a missa, na época. No século IV adaptaram as basílicas romanas e desde então as igrejas passaram por sucessivas reformas, à medida que as práticas litúrgicas eram modificadas, a tecnologia de construção ou mesmo o senso quanto aos aspectos estéticos e decorativos. Em certos casos ocorriam a completa demolição para dar lugar a uma nova edificação, como aconteceu com a Basílica de São Pedro no Vaticano. Em outros casos, apenas complementações ou atualizações às novas normas conciliares.

Como a Igreja sempre esteve próxima às artes, procurando desenvolver, proteger e incentivar o cultivo delas, ao longo da história, pode-se encontrar diversos documentos que retratam a preocupação com o patrimônio histórico. São documentos como: as Constituições Apostólicas do final do século IV sobre os detalhes arquitetônicos; o Concílio Quinisexto ou Trullano II (692) no cânon 82 sobre a pintura; os documentos dos Sumos Pontífices Gregório Magno (590-604) e Gregório II sobre as imagens.

Nos séculos XV e XVI houve a multiplicação de decretos, normas e disposições destinadas a salvaguardar os monumentos artísticos da antiguidade clássica, fase que Choay denomina de *Antiquizante*; entre estes estão: a Constituição Apostólica “*Est in cunctarum*”, de Martinho V (1417-1431); de Pio II (1458-1464), as normas para custódia e conservação dos monumentos antigos, com penas gravíssimas para os infratores de 28 de abril de 1462; de Paulo III (1534-1549), as diretrizes referentes à conservação dos edifícios sagrados e da nomeação de um comissário de Monumentos antigos de 28 de novembro de 1534, dentre outras que foram publicadas nos séculos seguintes.

Entretanto, como demonstra Choay (2001), referindo-se ao *Quattrocento*, “os mesmos agentes que se consideram e se mostram efetivamente tão empenhados na

causa da conservação, participaram com constância, lucidez e alegria da devastação de Roma e suas antiguidades.” E completa que esta ambiguidade se estendia aos eruditos e artistas, em virtude deste comportamento já estar arraigado na prática cotidiana da sociedade da época. A transformação desta consciência levou ainda algum tempo para se concretizar.

Até o século XX, a Igreja manteve-se ausente da discussão sobre o patrimônio enquanto, gradativamente, fora do âmbito religioso, aumentava a preocupação com a preservação e a restauração, mais precisamente a partir de John Ruskin, na Inglaterra e Viollet-le-Duc, na França, seguidos por Camillo Boito e os teóricos italianos - Cesare Brandi e Humberto Baldini - além das Cartas Patrimoniais que aos poucos foram determinando conceitos e diretrizes para o tema e assim moldando o que se entende hoje por Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico.

Motivados pelo Movimento Litúrgico, várias igrejas foram alteradas ou tiveram seus elementos artísticos destruídos. Logo após o CV II, apesar dos documentos oficiais alertarem sobre a preservação, muitas perdas ainda ocorreram. Preocupados com este problema, a Congregação para o Clero da Santa Sé escreveu uma carta, em 1971, destinada aos bispos, alertando quanto aos cuidados que deveriam ter com o Patrimônio Histórico e Artístico da Igreja. Na mesma época, no Brasil, o Conselho Federal de Cultura enviou um documento ao presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, manifestando a preocupação com a frequência de atentados contra as igrejas e os bens artísticos.

Diante destas circunstâncias a Comissão de Liturgia da CNBB publicou o Documento Base sobre a Arte Sacra. Neste documento encontramos orientações gerais para a preservação dos bens históricos e a preocupação quanto à adaptação das igrejas.

A reforma litúrgica, que tanto bem tem feito ao povo cristão quando aplicada com prudência e critério, algumas vezes por atitudes abusivas, tem dado motivo de tristezas: dispor de bens artísticos pela troca ou venda; interpretação não equilibrada, provocando a mudança de espaço arquitetônico original; empobrecimento dos templos antigos com a retirada de objetos de valor artístico, substituídos por uma simplicidade pobre ou de mau gosto. (CNBB 1971, n.1.5)

Neste contexto o documento traça algumas orientações gerais:

Normas para reforma litúrgica:

- a – A reforma litúrgica é compatível com o respeito ao patrimônio artístico;
- b – As novas diretivas litúrgicas merecem uma interpretação equilibrada e prudente;

- c – Nas Igrejas antigas é necessário que o princípio de adaptação seja feito com critério;
- d – Antes de qualquer mudança do espaço arquitetônico original, deve-se consultar a comissão diocesana de Arte Sacra ou o responsável para que se tenha plena consciência das conseqüências, evitando danos irreparáveis. Se a igreja for tombada será indispensável a consulta ao órgão nacional ou estadual de proteção ao patrimônio histórico e artístico;
- e – O espaço arquitetônico das Igrejas antigas, se realmente tem valor histórico-artístico, deve ser respeitado. O que se deve fazer é criar um novo espaço sem afetar o primeiro, a fim de melhor realizar a nova liturgia. (CNBB 1971, n.2.2)

Nota-se que as orientações são extremamente genéricas, não oferecendo nenhum direcionamento mais específico à realidade da arquitetura religiosa brasileira.

Por outro lado, a Comissão Episcopal de Liturgia da Conferência Episcopal Italiana (CEI) desenvolveu, em 1996, um documento denominado “*L'adeguamento delle chiese secondo la riforma litúrgica*”, que trata especificamente da adequação em igrejas históricas. Este documento concluiu a reflexão que iniciou na nota “*La progettazione di nuove chiese*” (1993) e nas orientações publicadas com o nome de “*I beni culturali della Chiesa in Italia*” (1992). Ele propõe uma abordagem estruturada, reafirmando as normas litúrgicas em vigor e procurando estabelecer conexões e aplicações práticas entre elas e a conservação do patrimônio eclesiástico.

As conferências episcopais de outros países também têm estabelecido critérios para tais adaptações, como é o caso da Alemanha que, desde o Movimento Litúrgico, esteve na vanguarda quanto a este tema.

Comparando algumas diretrizes do documento da CEI e do Missal Romano, com as ditas pelas Cartas Patrimoniais pode-se perceber que há compatibilidade entre as duas orientações, tornando assim possível as adaptações sugeridas pelos documentos da Igreja.

| CARTAS PATRIMONIAIS | DOCUMENTOS DA IGREJA |
|--|--|
| As obras de adaptação deverão ser limitadas ao mínimo, conservando escrupulosamente as formas externas e evitando alterações sensíveis das características tipológicas, da organização estrutural e da sequência dos espaços internos. (Carta do Restauro) | A disposição longitudinal do conjunto, que é a mais difundida, não necessariamente deve ser alterada. No entanto, pode-se ajustar de tal forma em que o conjunto possa ficar ao redor do altar, quando a disposição espacial da nave permitir (CEI, 1996). |
| | Nas igrejas onde há um coro de interesse histórico e artístico, situado no balcão ou nas laterais da capela-mor, deve ser preservado e restaurado com grande cuidado, mesmo que, pela norma, sua disposição não seja apta para o serviço do coro (CEI, 1996). |
| | Uma alternativa à capela eucarística que pode ser considerada uma solução aceitável, é identificar uma área dentro da nave (por exemplo, uma capela lateral grande), para adaptá-la com dignidade, decoro e funcionalidade à oração e à adoração [...]. (CEI, 1996). |
| | Em uma igreja de nave única com capelas laterais, a pia |

| | |
|--|--|
| | <p>batismal pode ser colocada em uma dessas capelas, suficientemente ampla, situada perto da entrada, sem outro destino (CEI, 1996).</p> <p>Os confessionários existentes, apesar de terem sido concebidos para um contexto diferente de celebração, são geralmente ainda utilizáveis para o novo Rito da Penitência. Para este efeito, parece ser suficiente para pensar apenas algumas mudanças realmente necessárias, discretas e reversíveis [...] Considere-se também introduzir algumas alterações simples (como iluminação interior e exterior, condições suficientes do aquecimento, refrigeração e sonorização), desde que, no entanto, não altere o caráter e a estrutura do edifício (CEI, 1996).</p> |
| De acordo com as finalidades a que, segundo o artigo 4º. Devem corresponder as operações de salvaguarda e restauração, proibem-se indistintamente para todas as obras de arte [...] remoção, reconstrução ou traslado para locais diferentes dos originais [...](Carta do Restauro) | Contudo, nas igrejas já construídas, quando o altar antigo estiver colocado de tal maneira que torne difícil a participação do povo, nem puder ser transferido sem detrimento de seu valor artístico, construa-se outro altar fixo ou móvel com valor artístico e a ser devidamente dedicado e somente nele se realizem as sagradas celebrações. (IGMR 1991, cap.V, nº 303) |
| A retirada de um conteúdo ao qual o bem deve uma parte de sua significação cultural não pode ser admitida, a menos que represente o único meio de assegurar a salvaguarda e a segurança desse conteúdo. (Carta do Restauro) | <p>Qualquer mobiliário do batistério ou da fonte, como portões de ferro forjado, balaustradas, dossel em madeira, e outros devem ser cuidadosamente preservados, restaurados e, se for caso, adaptados (CEI, 1996).</p> <p>Os balaustres (mesa da comunhão), que eventualmente forem removidos, devem ser preservados com cuidado, não vendidos, e, se for o caso, restaurados e guardados de forma adequada, evitando o destino para outros usos (CEI, 1996).</p> |
| A adoção de novos usos para aqueles edifícios de valor cultural é factível sempre que exista reconhecimento apriorístico do edifício e diagnóstico preciso de quais as intervenções que ele aceita e suporta. Em todos os casos, é fundamental a qualidade da intervenção, e que os novos elementos a serem introduzidos sejam de caráter reversível e se harmonizem com o conjunto. (Carta de Brasília) | <p>A forma e o tamanho do novo altar será diferente daquele altar existente, evitando referências formais e estilísticas com base em mera imitação. (CEI, 1996)</p> <p>Em uma igreja, onde o batistério existente não pode ser utilizado ou alterado, pode-se criar um novo batistério e sua fonte, para ser colocado em um local adequado, que se harmonize com o complexo arquitetônico existente (CEI, 1996).</p> <p>Se for impossível colocar no presbitério um altar, um ambão e uma cadeira da presidência fixa ou “imóvel”, os mesmos podem ser feitos não-fixos ou “móveis” cuidadosamente projetados e definitivos (CEI, 1996).</p> |

Quadro 05: Quadro resumo comparativo entre os documentos da Igreja que tratam de adaptação dos espaços celebrativos e as Cartas Patrimoniais.

Fonte: Rogério Lima, 2010.

Percebe-se a partir do quadro acima que alguns conceitos de preservação já consolidados aparecem nos documentos da Igreja referente a adaptação das igrejas históricas, tais como: reversibilidade, autenticidade, adaptação, harmonia com o conjunto, dentre outros.

Baseados nestes documentos da Igreja, nas diretrizes de preservação do patrimônio e em exemplos de adaptações realizadas em vários países, faz-se a seguir uma análise de cada um dos aspectos ligados ao rito que merecem adaptação, com o foco voltado para a realidade da arquitetura religiosa brasileira.

3.1 A Problemática

Para auxiliar na reflexão sobre o problema e baseando-se nos dois capítulos anteriores deste trabalho, foi possível criar uma tabela contendo as características do rito tridentino e do atual, as soluções arquitetônicas para cada um destes aspectos e poder então confrontá-los.

| Rito Tridentino | | Rito Atual | |
|---|---|---|--|
| <i>Característica</i> | <i>Solução Arquitetônica</i> | <i>Característica</i> | <i>Solução Arquitetônica</i> |
| Ritual para ser contemplado. | Clara separação física entre o local da ação e o local para a plateia. Diferença de níveis: mesa da comunhão e capela-mor semi-enclausurada. | Celebração comunitária e participativa. | Espaços de congregação. Eliminação de barreiras físicas. Todo o ambiente interno é espaço de ação. |
| Protagonismo Clerical | Separação entre espaços sagrados e espaços mundanos. (Capela-mor X Naves) | Protagonismo leigo | Espaços permeáveis e de livre acesso a todos. Inclusão de recursos que promovam o conforto e a acolhida dos fiéis. |
| Hóstia Consagrada como centro da celebração. | Altar mor (altar+ tabernáculo+retábulo) como “cabeça” do espaço. (centro visual) | Comunhão como centro da celebração. | Altar no centro do espaço. Distribuição espacial, onde o foco da ação está no centro do espaço. Criação da Capela do Santíssimo. |
| Rubricismo estático | Poucas variações de soluções espaciais. | Celebração dinâmica | Diversidade de soluções espaciais. Ambientes dinâmicos. |
| Individualismo devocional | Proliferação de altares e de imagens de santos. Utilização excessiva de elementos decorativos. | Cristocêntrico e de Devoção comunitária | Altar único. Foco na imagem do Cristo. Redução do número de imagens dentro da igreja. Criação da Capela Devocional com o santo de devoção da comunidade. |
| Leitura Sagrada feita somente pelo clero em latim. | O altar é alongado para que do lado direito possam ser lidas as epístolas e do esquerdo o evangelho. Construção de púlpitos para explicar a fé. | Leitura Sagrada feita também por leigos e na língua vernacular. | Retorno do ambão com acesso livre a todos os fiéis. Uso de equipamentos de áudio. Exclusão do púlpito. |
| <i>Schola Cantorum</i> composta por membros do clero. | Separação física da área do coro por desnível ou grade. | <i>Schola Cantorum</i> como parte integrante da assembleia. | Fim do coro separado da nave. Cantores situados no mesmo espaço da assembleia. Uso de instrumentos e equipamentos de áudio. |

| | | | |
|---|--|---|---|
| Batismo, preferencialmente, de crianças. Batismo por aspensão. | Pia batismal em uma pequena capela ligada à nave ou ao átrio. Separada por grade. | Batismo de pessoas de diversas idades. Resgate do batismo por imersão e permanência do batismo de efusão. | Piscina ou pia batismal em capela apropriada, ligada à assembleia ou na nave próxima à entrada. |
| Confissões sacramentais privativas e com separação entre o confessor e o penitente. | Confessionários dispostos nas naves laterais, onde o confessor fica separado do penitente por um gradil. | Confissões sacramentais privativas como um diálogo entre confessor e penitente. | Sala fechada com mesa e cadeiras. Capela da Reconciliação. |

Quadro 06: Quadro comparativo entre o rito tridentino e o atual e as soluções arquitetônicas geradas por ambos.

Fonte: Rogério Lima, 2010.

A lista acima demonstra a diferença entre a necessidade dos dois ritos e, portanto, a dificuldade encontrada na adequação das igrejas históricas sem comprometer o patrimônio arquitetônico. Para fazer uma análise melhor do problema passar-se-á por cada item apresentado no quadro resumo acima.

3.1.1 Centralidade do altar e posicionamento do novo presbitério

A inserção do novo presbitério é o início de todo o trabalho de adequação. Neste quesito a CEI aponta para três possibilidades: a integração do novo no antigo, a substituição do antigo, mantendo-se apenas o espaço inalterado e, por fim, a criação de um novo, fora do espaço da antiga capela-mor.

Com base na primeira opção, pode-se fundir os gráficos já apresentados nas figuras 07 e 15 para serem traçadas as consequências desta interação, partindo-se do princípio da preservação total das características arquitetônicas existentes e avaliando os impactos no fluxo, bem como a relação obtida com a assembleia.

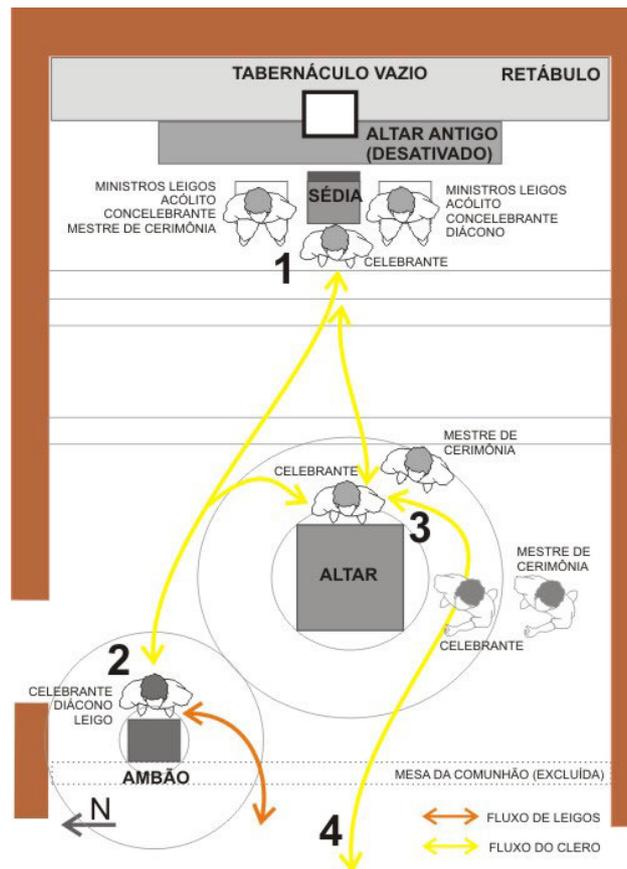


Figura 27: Gráfico do fluxo em um presbitério no rito atual.

Incorporação do fluxo atual em uma capela-mor de igreja tridentina. É importante lembrar que o fluxo do clero - em amarelo - atualmente, também pode ser feito por ministros leigos. Fonte: Rogério Lima, 2010.

No gráfico acima, observa-se que a aplicação do modelo de distribuição dos novos elementos no espaço da capela-mor, atende às exigências de fluxo e utilização do novo presbitério. Obviamente que o sucesso do modelo acima está condicionado às medidas reais da capela e aos desníveis existentes. Entretanto, pela flexibilidade do atual presbitério, dificilmente ela não poderá ser incorporada ao espaço da antiga capela-mor. Talvez esta seja a solução mais cômoda, pois além de nada interferir na edificação, ainda comporta todos os elementos necessários ao rito novo.

Uma aplicação prática desta solução pode ser vista na reforma da Catedral de Valença (RJ) executada em 2004. Percebe-se que a capela-mor acomoda os três novos elementos do presbitério sem necessitar de nenhuma interferência na arquitetura do prédio.



Figura 28: Planta Baixa da Catedral de Valença (séc. XIX) - RJ.
 Destaque em vermelho para as três peças do presbitério na capela-mor, em amarelo.
 Fonte: Acervo do Apostolado Litúrgico Arquitetura, 2004.



Figura 29: Foto interna da Catedral de Valença (séc. XIX) - RJ.
 Na esquerda a capela mor durante a reforma e na direita após a conclusão e colocação das novas peças do presbitério. Fonte: Acervo do Apostolado Litúrgico Arquitetura, 2004.

Um aspecto negativo desta solução refere-se à visualização dos elementos do presbitério. Ficando o altar, o ambão e a sédia, próximos ao retábulo, é muito difícil conseguir que estas peças ganhem maior atenção se comparadas ao retábulo. Neste quesito o tratamento dado às novas peças tendem a minimizar este problema, mas não resolvê-lo.

Por outro lado, em uma capela-mor muito profunda, ao posicionar as peças próximas à assembleia e, portanto, bem distante do retábulo, têm-se um grande espaço inutilizado logo atrás do novo presbitério. Assim, a capela-mor fica com a maior parte de sua área fora do ato litúrgico.

Também os aspectos relacionados à participação ativa dos fiéis ficam completamente comprometidos. A imponência do eixo longitudinal e a sensação de clausura da capela-mor, promovida pelas paredes que a contornam, reduzem o sentimento da assembleia enquanto agente da celebração, pois ela permanece na posição de espectadora distante da ação litúrgica.

A terceira opção apontada pelo documento da CEI propõe o deslocamento do presbitério para o interior da nave central. Neste caso, as disposições entre assembleia e presbitério, explicadas no segundo capítulo deste trabalho (figura 20), quando aplicadas às igrejas de planta longitudinal, conseguem alterar este eixo a partir do uso deste espaço. Isto é, convergem as atenções para o centro sem necessariamente alguma alteração em sua arquitetura. (Figura 30)

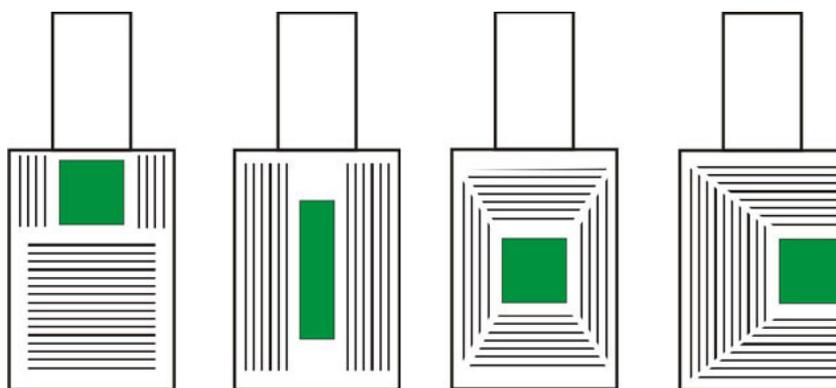


Figura 30: Esquema de soluções quanto à disposição do presbitério novo e da assembleia.

O desenho mostra, de forma esquemática, uma igreja de nave única (retângulo maior) e capela-mor (retângulo menor). O detalhe em verde simboliza o novo presbitério e as linhas paralelas a assembleia.
Desenho: Rogério Lima, 2010.

A seguir exemplos de adaptações que utilizaram algumas das soluções acima.



Figura 31: Igreja de Sankt Anton (1908-1910), Passau - Alemanha.
Projeto de adaptação realizado em 1990. Fonte: Pastro, 2010.



Figura 32: Igreja de São Martinho, Malers - Suíça.
Adaptação realizada em 1977. Fonte: Pastro, 2010.

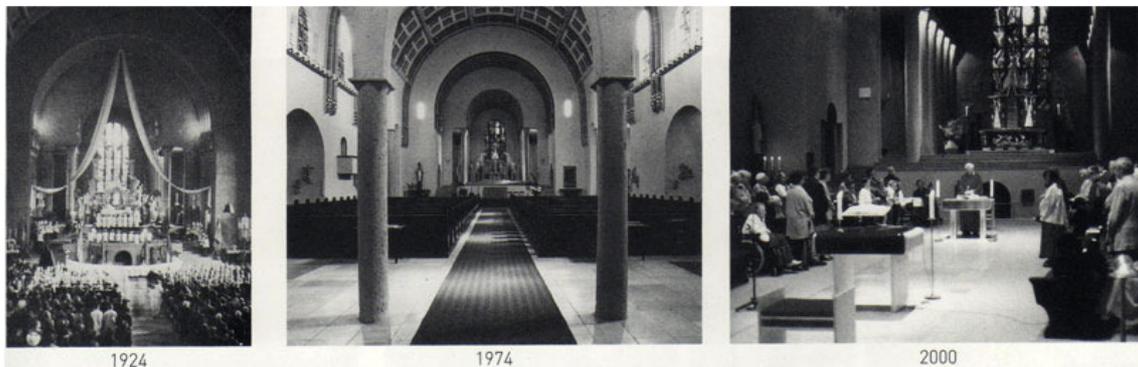


Figura 33: Igreja de São Miguel (1924), Saarbrücker - Alemanha.

A primeira foto mostra o altar- mor em um nível muito superior à nave. Após a adaptação (segunda foto), o altar é transferido para o nível da assembleia, mas o eixo longitudinal permanece. Na terceira já se vê a disposição centralizada do presbitério em relação à assembleia. Fonte: Pastro, 2010.

O exercício projetual portanto, é criar um espaço centrípeto e centralizado, dentro de um espaço originalmente direcional e linear. Conforme os conceitos de espacialidade de Colin (2004, p.58), as igrejas tridentinas são “Direcionais” porque a ação litúrgica é direcionada para o altar-mor existente no final do edifício, tendo toda a assembleia voltada para ele. Ao mesmo tempo, a existência de vários altares laterais dispostos, em série, ao longo da nave, caracteriza um espaço dito Linear, segundo o conceito de organização espacial de Ching (1998, p.198). Isto porque, apesar do altar-mor ter maior importância marcada por sua imponência artística, simbolicamente, ele é igual a todos os outros, por isso era possível “dizer a missa” em qualquer um deles, inclusive simultaneamente.

Na situação atual, com a desativação de todos os altares antigos e a construção de um novo, as atenções voltam-se para este objeto que, mesmo não estando no centro espacial do edifício, torna-se o seu centro simbólico. Colin (2004, p.58)

denomina este modelo de espaço como Centrípeto, ao passo que para os conceitos de organização espacial de Ching (1998, p.190), esta disposição é denominada de Centralizada.

No exemplo da figura 33 é interessante ressaltar dois aspectos da adaptação realizada em 2000. O primeiro diz respeito à retirada de toda barreira física entre a assembleia e o presbitério. A delimitação deste se dá agora apenas pela disposição dos bancos. E o segundo aspecto é a redução da capacidade máxima de fiéis na nave. Esta igreja que foi construída para comportar aproximadamente 1000 pessoas, após as adaptações, reduziu pela metade sua capacidade máxima. Em função deste último aspecto, no Brasil, esta opção costuma ser evitada, dado o grande número de fiéis que ainda frequentam estas igrejas.

3.1.2 A três peças essenciais: altar, ambão e sédia.

A IGMR reconhece a problemática das adaptações nas edificações históricas e orienta que nelas sejam preservados os retábulos e altares existentes, mas estes últimos devem ser “desativados”, pela obrigatoriedade do “*unum altare*” definida no CV II, assim como todas as relíquias devem ser retiradas dos mesmos. Então, para atender o novo rito, um novo altar deve ser construído respeitando o entorno construído.

Contudo, nas igrejas já construídas, quando o altar antigo estiver colocado de tal maneira que torne difícil a participação do povo, nem puder ser transferido sem detrimento de seu valor artístico, construa-se outro altar fixo com valor artístico e a ser devidamente dedicado; e somente nele se realizem as sagradas celebrações. Para não distrair a atenção dos fiéis, do novo altar, o altar antigo não seja ornado de modo especial. (IGMR, 1991, p.64)

Apesar da citação acima falar de “altar fixo”, em outro momento o mesmo documento afirma a possibilidade de criação de um altar móvel, desde que atenda às mesmas indicações dadas ao fixo. Assim, em igrejas históricas, a exemplo da apresentada na figura 29, onde o piso original é em madeira, há a possibilidade de inclusão de um altar móvel em madeira, para que seja mantida a possibilidade de remoção do elemento novo inserido na edificação antiga.

A CEI também orienta que “a forma e o tamanho do novo altar será diferente daqueles altares existentes, evitando referências formais e estilísticas com base

em mera imitação.” Esta afirmação baseia-se e reforça as premissas referentes à contemporaneidade dos objetos novos inseridos no contexto histórico.

O ambão, ao contrário do altar, não acompanhou o desenvolvimento arquitetônico dos séculos que sucederam o Concílio de Trento, pois no século XVI ele, há muito, já havia desaparecido do interior das igrejas. Portanto, a sua inclusão nestes espaços acarreta soluções bastante diversificadas.

A disposição mais comum é a descrita na figura 27, onde o ambão é colocado ao lado do altar e um pouco projetado à frente. Entretanto, existem outras experiências quanto à sua posição em relação à assembleia, como pode ser visto na reforma adaptativa recém realizada na igreja do Beato José de Anchieta, no Pátio do Colégio em São Paulo. O ambão foi deslocado para o centro à esquerda da nave central conforme pode ser constatado na figura 34. Neste caso, percebe-se que as pessoas precisam virar-se para ver o leitor já que os bancos estão voltados para frente da igreja, mas esta medida tem por finalidade reforçar a bipolaridade da celebração.



Figura 34: Interior da igreja do Beato José de Anchieta no Pátio do Colégio – SP.

Adaptação realizada por Cláudio Pastro, em 2010. Vê-se o celebrante fazendo uma leitura no ambão no lado esquerdo da foto. Fonte: http://www.pateodocollegio.com.br/newsite/foto.asp?id=24_2. Acesso em 2010.

Um outro caso interessante pode ser visto na reforma realizada na Catedral de Reggio Emilia (1285-1333), na Itália. No projeto de adequação litúrgica realizado em 2006 foi aproveitado o antigo púlpito transformando-o em ambão. Esta solução baseia-se na orientação da CEI afirmando que nas igrejas onde o púlpito tiver uma grande importância arquitetônica ela pode ser incorporada ao novo rito, desde que seja assegurado o acesso a todos.

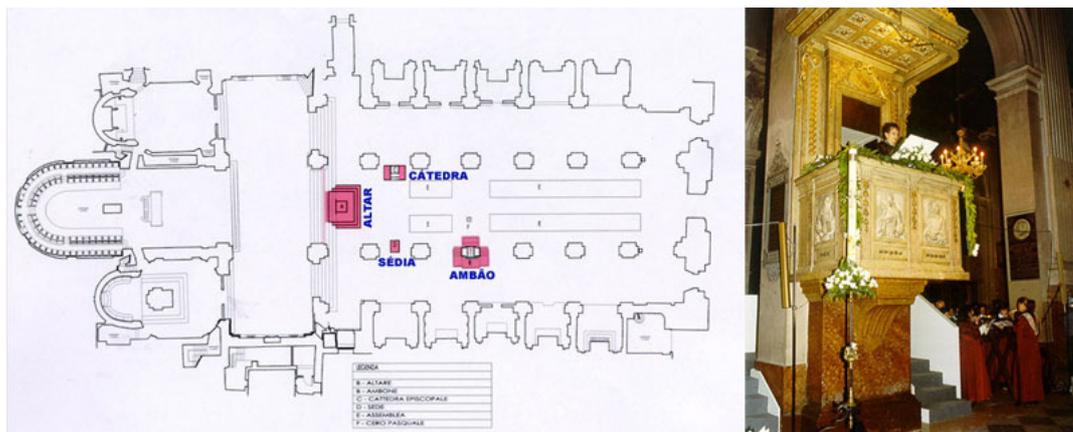


Figura 35: Catedral de Reggio Emilia (1285-1333) – Itália.

Planta Baixa do projeto realizado em 2006 e à direita o púlpito sendo utilizado como ambão.

Fonte: <http://www.fabbricaduomo.re.it>. Acesso em 2010.

Algumas soluções quanto à disposição causa discordância entre os liturgistas. O documento *“L'adeguamento delle chiese secondo la riforma litúrgica”* (1996) afirma que o ambão “não deve ser colocado no eixo com o altar e a sédia, para que seja cumprida a função específica de cada símbolo”. Entretanto, outros afirmam que esta disposição reforça a bipolaridade da celebração que existia nas basílicas do início do cristianismo e que foi resgatado pelo CV II.

Nas adaptações demonstradas nas figuras 36 e 31 podemos ver que o altar e o ambão dispostos um de frente para o outro refletem com mais fidelidade esta bipolaridade.

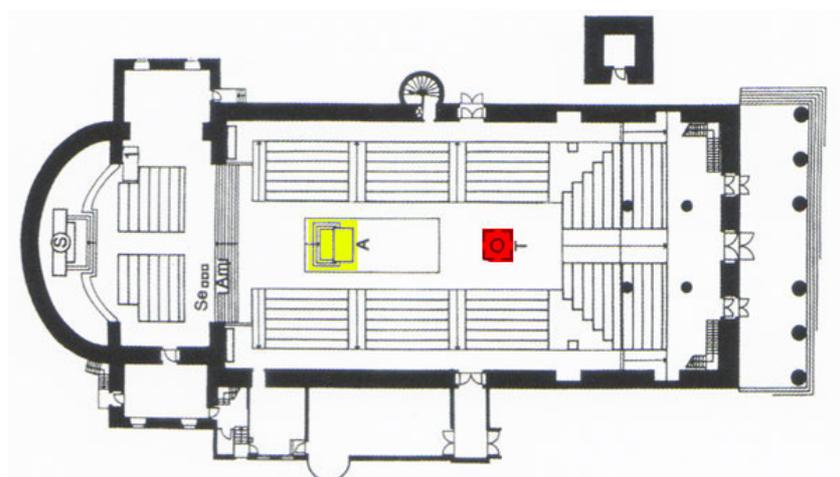


Figura 36: Planta Baixa da Igreja de São Martinho (1839) – Viena, Áustria.

Projeto de adaptação realizado em 1968. Destaque em amarelo para o altar e em vermelho para o ambão.

Fonte: Pastro, 2010.

A sédia também não fazia parte das capelas-mor das igrejas tridentinas, excetuando as Catedrais. Mas, como visto no gráfico da figura 15, ela volta a ser um

elemento importante no rito, sendo o lugar destinado aos ritos iniciais e finais da celebração.

Ao inseri-la na igreja antiga é importante assegurar que seja visível pela assembleia. Por isso, em várias adaptações vê-se a sédia situada próxima ao antigo altar-mor, utilizando assim os desníveis existentes para obter destaque. Entretanto, nas soluções onde há o deslocamento do presbitério para a nave, a posição da sédia é bem diversificada.

No exemplo abaixo, a capela-mor é preservada e os três elementos do presbitério foram inseridos próximos aos fiéis. É interessante notar neste exemplo o destaque dado às três peças, bem como a harmonia encontrada entre elas e a igreja histórica. Ainda nele nota-se a existência da cátedra e da sédia, por se tratar de uma catedral e porque estes dois elementos têm funções distintas.



Figura 37: Interior da Catedral de Alba (séc. XVI) – Itália.

À esquerda vê-se o ambão, ao centro o altar com um baldaquino feito por uma luminária, à esquerda, próximo ao pilar está a sédia e mais à esquerda, a cátedra.

Fonte: <http://ctonia.wordpress.com/tag/adeguamento-liturgico>. Acesso em 2010.

3.1.3 Criação de novos espaços.

Como é possível ver no fluxograma da figura 26, as diretrizes pós-concílio Vaticano II tendem organizar algumas atividades, que antes estavam dispersas nas naves, em capelas próprias. Como por exemplo, as imagens dos Santos na Capela Devocional, as imagens de Maria na Capela da Mãe-de-Deus e as confissões na Capela da Reconciliação. Além de reforçar a necessidade de ambientes próprios para o Batismo e para o Tabernáculo. Esta ênfase em espaços para fins específicos tem um forte apelo

simbólico e didático, uma vez que marca as diferentes dimensões de cada uma destas atividades e transforma o lugar da assembleia e do presbitério em um ambiente puramente cristocêntrico.

Em função desta ampliação no programa de necessidades é comum que as adaptações das igrejas históricas utilizem as naves laterais ou ambientes complementares, isto é, salas que anteriormente seriam para reuniões ou outras atividades não ligadas ao rito, transformam-se nas capelas acima citadas.

3.1.4 A questão das imagens

No que tange as imagens, a situação é mais difícil de ser equalizada. Nas igrejas históricas repletas de retábulos e imagens, promover uma redução das mesmas para que o ambiente se torne mais cristocêntrico é um grande desafio. A CEI orienta que deve ser analisada cada peça individualmente sobre dois aspectos. Primeiro, a sua importância artística e histórica. Constatado o seu valor, a imagem pode ser destinada a um museu e uma réplica pode ser colocada em seu lugar ou pode ficar dentro da igreja desde que seja garantida sua segurança contra degradação e roubo. O segundo ponto a ser analisado trata da sua importância enquanto expressão da devoção daquela comunidade.

Sob esta ótica é possível que existam imagens de grande valor artístico e histórico, mas que não tenham nenhuma importância devocional significativa. Assim, a sua retirada do espaço celebrativo não acarretaria nenhum problema comunitário, enquanto que imagens sem valor histórico, mas de profunda ligação com a comunidade precisam ser mantidas em respeito à atividade devocional desta.

3.1.5 A questão do tabernáculo

Como já visto em grande maioria das igrejas históricas, esta peça era o centro das atenções e, por isso, situava-se no meio do altar-mor. Com a mudança de foco promovida pelo CV II o tabernáculo tem três destinos prováveis: Ele pode ser desativado e um novo é inserido na Capela do Santíssimo ou, quando móvel, ele é transferido para esta capela. Um terceiro caso é quando o presbitério é colocado na nave e a capela-mor é transformada em Capela do Santíssimo, mantendo assim o tabernáculo no mesmo lugar de origem, como demonstra a Figura 37.

Também é importante lembrar que, em função do caráter unitário desta peça, devem ser desativados todos os outros tabernáculos que possam existir nos antigos altares laterais.

3.1.6 A questão do batistério

Como já visto, o batistério é um item comum nas igrejas construídas segundo o rito tridentino. Entretanto, por serem normalmente batismos de crianças, as dimensões destas capelas costumam ser pequenas, pois foram projetadas para comportar apenas o sacerdote, os pais e a criança. Quando o CV II resgata o aspecto comunitário desta celebração e a importância do batismo de adultos, o pouco espaço oferecido pelas capelas dificulta o rito, uma vez que este prevê que toda a assembleia deva participar do sacramento.

Com isso, pode acontecer do batistério ser deslocado para um espaço mais adequado, que promova a participação da assembleia. Normalmente, isso ocorre utilizando espaços complementares da igreja. Entretanto, a solução mais comum é a que mantém a capela no mesmo lugar de origem, apesar do prejuízo ao rito.

No caso da pia batismal, destinada apenas ao batismo por efusão, mesmo com a reintrodução do batismo por imersão, ela costuma ser mantida no batistério, pois o modelo antigo não foi negado e sim complementado. Entretanto, é recorrente nos documentos pós-conciliares a importância dada ao modelo por imersão para que o caráter simbólico do sacramento seja mais forte. Ao mesmo tempo em que insistem na exclusão de medidas improvisadas como o uso de bacias ou baldes na execução do mesmo.

3.1.7 Os confessionários

Caso semelhante acontece com os confessionários. O atual rito da penitência requer espaços adequados para um diálogo face a face entre o penitente e o sacerdote. Para cumprir esta determinação algumas intervenções em igrejas históricas inserem novos confessionários em ambientes anexos à nave ou mesmo nas naves laterais (Figuras 28 e 38).



Figura 38: Nova Capela da Reconciliação da Catedral de Valença - RJ.

Novos confessionários em madeira alocados em uma das salas laterais à nave como pode ser constatado na planta baixa da figura 28. Fonte: Acervo do Apostolado Litúrgico Arquitetura, 2004.

Os antigos confessionários ainda podem ser utilizados como alternativa aos fiéis que assim o quiserem, mas é aconselhável que existam apenas como opção e não como modelo único. Da mesma forma é permitido receber a confissão em qualquer outro lugar da igreja, entretanto, estas práticas enfraquecem o simbolismo do sacramento e não são incentivadas.

3.1.8 Aspectos sócio-ambientais

A dimensão participativa que foi resgatada pelo CV II força as igrejas a terem equipamentos que proporcionem o livre acesso a todos os ambientes da edificação, a interação entre sacerdote e fiéis e a sensação de conforto.

Sobre estes aspectos a problemática não se limita às igrejas, mas se estende a todas as edificações históricas que precisam da instalação de novos equipamentos que devem ser feitos sem o comprometimento da preservação de suas características arquitetônicas.

Em sua maioria as igrejas históricas possuem volumes que proporcionam elevados tempos de reverberação, que eram necessários ao canto gregoriano e ao ambiente de sacralidade que se queria transmitir. A preocupação com a comunicação era ínfima, somente percebida na localização dos púlpitos, próximos da assembleia. Entretanto, hoje se faz necessário um diálogo constante entre celebrante e assembleia, para tanto é necessário um estudo aprofundado para a aplicação de tratamentos acústicos e equipamentos sonoros para corrigir o excesso de reverberação e proporcionar a inteligibilidade.

As questões ligadas à acessibilidade têm especial dificuldade frente posição onde eram edificadas as igrejas. A construção de rampas ou inclusão de plataformas elevatórias, para vencer as grandes escadarias, sempre são ações extremamente complicadas do ponto de vista da preservação do patrimônio. O mesmo pode-se dizer dos sistemas de ar condicionado e segurança.

Para uma análise mais detalhada de todos estes aspectos faremos a seguir três estudos de caso em igrejas no Maranhão, que de certa forma, representam situações típicas e fáceis de serem encontradas em diversos lugares.

3.2. Estudo de Caso

No Maranhão, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, realizou de 1997 a 1999 o Inventário de Bens Móveis e Integrados no Estado do Maranhão, o qual abrangeu o acervo sacro existente nas edificações católicas públicas em 45 municípios do referido Estado. Este trabalho de pesquisa viabilizou alcançar vários produtos dentre eles a publicação "Arquitetura e Arte Religiosa no Estado do Maranhão" em 2008 de autoria de: Stella Regina Soares de Brito, Emanuela Souza Ribeiro e Katia Santos Bogéa. A partir deste trabalho e de visitas *in loco*, o autor pode traçar um panorama das intervenções adaptativas realizadas nas igrejas históricas do Estado do Maranhão e dividi-las em três categorias descritas a seguir:

a) Igrejas que sofreram adaptações antes do CV II.

Estas foram feitas por sacerdotes simpatizantes do Movimento Litúrgico que acreditavam na breve aprovação das reformas pela Santa Sé. Este grupo pode ainda ser subdividido em: Igrejas cujas intervenções descaracterizaram a edificação, nas quais ocorreu demolição de paredes, destruição de retábulos e demais itens históricos e igrejas que sofreram intervenções que preservaram seus elementos artísticos e arquitetônicos.

b) Igrejas que sofreram adaptações após o CV II.

Corresponde a grande maioria. Nestes casos foram feitas também por sacerdotes que as realizaram movidos pela aplicação dos documentos da Santa Sé. Esta categoria pode também ser subdividida como a anterior. Intervenções que, pela falta do conhecimento de preservação do patrimônio, modificaram o bem e a outra subcategoria, nas quais as intervenções se limitam na composição de um presbitério e na retirada da Mesa da Comunhão.

c) Igrejas que sofreram adaptações após o CV II mediante projeto arquitetônico.

Esta categoria corresponde a igrejas que sofreram intervenções sobre adaptações já realizadas. Infelizmente, ainda existem poucos exemplares desta categoria no Estado.

Apesar desta categorização ter sido feita com igrejas do Estado do Maranhão, acredita-se que possa ser estendida para todo o território brasileiro.

A seguir analisaremos um exemplar de cada uma das três categorias. A Igreja de São João Batista se enquadra na primeira categoria, depois a Igreja de Nossa Senhora da Vitória (Catedral Metropolitana) exemplificando a segunda e por último a Igreja de Nosso Senhor do Bonfim como membro da terceira categoria. As duas primeiras na capital, São Luís, e a terceira no município de Grajaú.

Para a referida análise será adotada uma metodologia comparativa do edifício em estudo em duas datas demarcadas. Uma referente à situação da igreja antes do Concílio Vaticano II e outra nos dias atuais. A determinação da primeira data será feita em função da obtenção de informações fotográficas e textuais que permitam uma análise do espaço interno. Destarte, no caso das igrejas de São João Batista e Nossa Senhora da Vitória foi fixada a data de 1908 em função das fotos do Gaudêncio Cunha. E na igreja de Nosso Senhor do Bonfim a data de 1950, em função de um registro fotográfico realizado por um autor desconhecido e obtido no acervo da Diocese de Grajaú.

Fixadas as datas, serão desenvolvidas plantas baixas que indiquem os seguintes itens: situação física do edifício, localização da assembleia, presbitério, altar(es), ambão, sédia, púlpito, pia batismal, confessionário, cadeiras, bancos, tabernáculo, paredes demolidas e altares desativados. Também serão destacados quais destes itens são pontos de interesses primários, secundários e os que o são somente fora da missa. Estes pontos constituem elementos focais do espaço litúrgico definidos pelo autor a partir das diretrizes do rito e de seus aspectos simbólicos. A este aspecto soma-se a indicação do campo de visão que os fiéis têm dos pontos de interesses citados.

Nas plantas baixas também serão marcados os fluxos primários e secundários de fiéis, bem como os fluxos em horários que não está acontecendo a missa. Comparando ao fluxo dos sacerdotes e ministros leigos pode-se avaliar as mudanças na utilização destes espaços, a fluidez ou a existência de barreiras proibitivas.

Para a avaliação das mudanças na relação entre os ambientes, será desenvolvido um fluxograma onde serão indicados os ambientes ligados ou não ao rito e os de acesso livre e restrito.

A partir destes desenhos e fotos pode-se desenvolver uma análise das alterações na utilização do espaço interno destas igrejas, das mudanças na relação dos fieis e clero com os elementos constituintes do espaço celebrativo, bem como, avaliar os impactos em sua arquitetura e o nível de adequação às novas normas litúrgicas.

3.2.1 A igreja de São João Batista

A igreja de São João Batista está localizada no centro histórico da cidade de São Luís do Maranhão em área de tombamento estadual. Sua construção é anterior a invasão holandesa, pois segundo Bettendorf (1699) “estes se aquartelaram em suas cercanias”. Vinte anos após a expulsão dos Holandeses, o governador Ruy Vaz de Siqueira, cavaleiro da Ordem de Cristo, que governou o Maranhão de 1662 até 1667, manda reconstruir a igreja de São João Batista que provavelmente havia sido muito danificada com as batalhas.

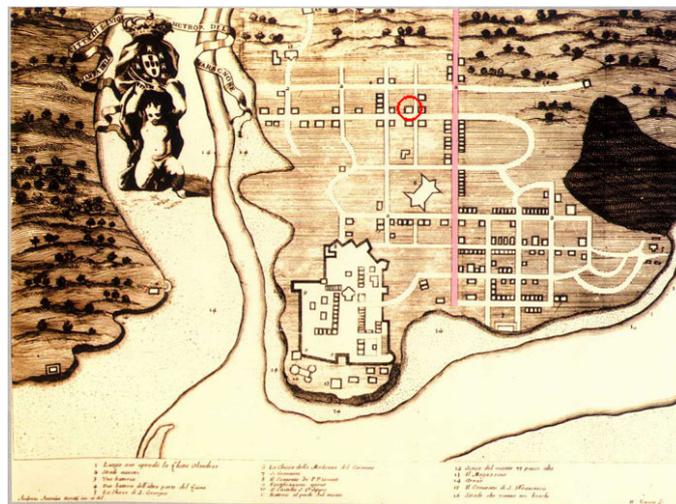


Figura 39: Mapa do núcleo fundacional de São Luís em 1640.

Em destaque a igreja de São João Batista.

Fonte: São Luís - Ilha do Maranhão e Alcântara. Guia da arquitetura e paisagem, 2008.

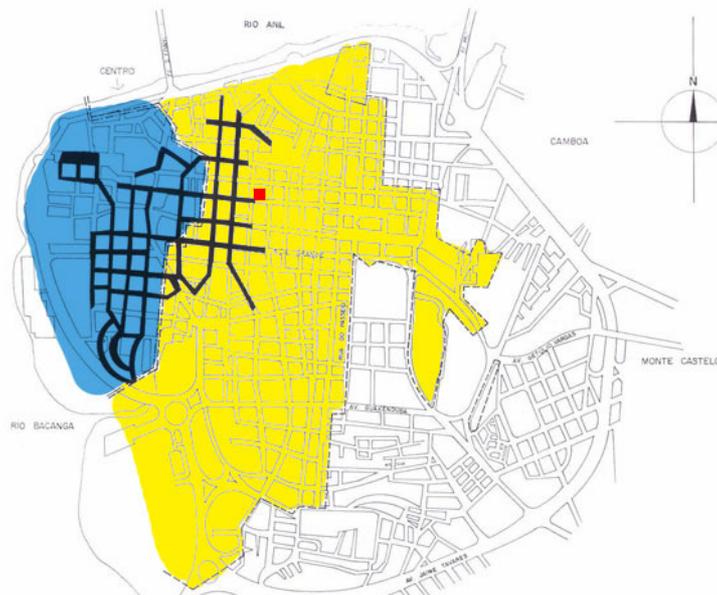


Figura 40: Mapa atual do centro histórico de São Luís.

Em destaque, a região de tombamento federal (em azul), a estadual (áreas em amarelo e azul) e a igreja de São João Batista (em vermelho).

Fonte: São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara. Guia da arquitetura e paisagem, 2008.

Assim como todas as igrejas de São Luís, esta sofrera diversas reformas ao longo dos séculos, sendo a última grande intervenção realizada em 1954. Entretanto, a fachada neoclássica e a disposição interna com uma nave central e duas naves laterais é provavelmente do final do século XIX, pois em fotos tiradas por Gaudêncio Cunha, em 1908, ela já apresentava estas características.

Em 1954, segundo Bogéa, Ribeiro e Brito (2008, p. 120) “sob a direção dos padres canadenses foi restaurado o telhado e aberto dois arcos grandes dando visão para o altar-mor”. É provável que estes arcos mencionados sejam as aberturas que promoveram ampliação das naves laterais, demolindo dois ambientes ao lado da capela-mor (Figura 42). Um dos ambientes demolidos era usado como sacristia e o outro teve várias utilizações. Com isto os dois altares laterais que se vê na foto de Cunha (1908) foram retirados (Figura 41).

Para a análise das adaptações realizadas na igreja em questão, serão fixados dois momentos a serem confrontados: A situação da igreja em 1908, sustentada pela foto de Gaudêncio Cunha e demais fontes históricas e a situação atual levantada *in loco*. A partir destas duas datas foram desenvolvidas plantas baixas e gráficos baseados no rito tridentino e no atual, no intuito de servir de ferramenta para análise das intervenções realizadas.

O primeiro momento destaca-se a situação física da igreja nos dois momentos apontados. Em 1908, já existia uma nave central e duas naves laterais separadas por arcarias. Percebe-se que as naves laterais terminam no alinhamento do arco cruzeiro e que ao final destas, encontra-se um altar lateral de cada lado. Existem já nesta época outros seis altares nas naves laterais de estilos distintos.

Junto ao arco cruzeiro são notados mais dois altares e no final da capela-mor um retábulo neoclássico. Esta área é separada da nave central por desníveis e grade denominada mesa da comunhão. Entre a capela-mor e o arco cruzeiro são vistas poucas cadeiras, provavelmente destinadas às pessoas ilustres ou membros de irmandades e ordens terceiras, a exemplo do Estatuto da Catedral de São Luís, citado por Pachêco (1969), quando relata a reclamação do Cabido do Maranhão ao Príncipe Regente em 1813, por causa da imposição feita pelo governador Paulo José de Silva e Gama.

O Cabido recebeu a 5 de dezembro de 1812 um ofício do atual governador [...] manda colocar despoticamente cadeiras na Capela mor, dentro das grades, para assento dos Ajudantes d'Ordens, dois dos quais são seus filhos, com escandalosa transgressão ao Santuário, o que é expressamente proibido pelos Sagrados Cânones e em especialidade pelos Estatutos da Catedral, pois só aos Governadores e Capitães Gerais era permitida cadeira de espaldar com pequeno estrado, debaixo do arco da Capela mor, dentro das grades, ficando os Ajudantes d'Ordens fora das grades e sem assento algum e a Câmara do arco para baixo, no cruzeiro da igreja. (PACHÊCO, 1969, p.119)

Além disto, vê-se também a presença de um púlpito móvel de madeira e ferro, cadeiras de madeira e nenhuma imagem fixada nas paredes, com exceção de uma situada na direção do púlpito sobre uma bancada.

Não é possível afirmar onde ficavam o confessionário e a pia batismal. Entretanto, é provável que esta estivesse no átrio, em um nicho abaixo da torre norte e o confessionário em uma das naves laterais, seguindo a tradição da época.

Na situação atual da igreja percebe-se a remoção das paredes citadas anteriormente, sendo que no lado esquerdo criou-se a capela do santíssimo e no lado direito um espaço para a assembleia. O presbitério permaneceu com os desníveis originais até a década de 80, quando foi ampliado em forma de um semicírculo.

Foram inseridos neste novo presbitério um novo altar, uma sédia, um ambão e crucifixo em madeira. Percebe-se a retirada do tabernáculo e da mesa da comunhão da capela-mor, além da retirada do púlpito e das cadeiras da nave, sendo estas substituídas por bancos. Nas paredes encontram-se diversas imagens da via sacra, vários cartazes, caixas de som e ventiladores.



Figura 41: Fotos do interior da Igreja de São João Batista.
Fotos: Gaudêncio Cunha, 1908 e Rogério Lima, 2010.

Na nave da direita, próxima a entrada, foi construída com divisórias, uma pequena sala para atendimento dos fiéis que serve também como confessionário. A pia batismal encontra-se na nave da esquerda, embaixo da escada que dá acesso ao coro. Este, por sua vez, está em desuso já que os cantores ocupam parte dos bancos da assembleia no lado direito do altar.



Figura 42: Plantas Baixas da igreja. Desenho: Rogério Lima, 2010

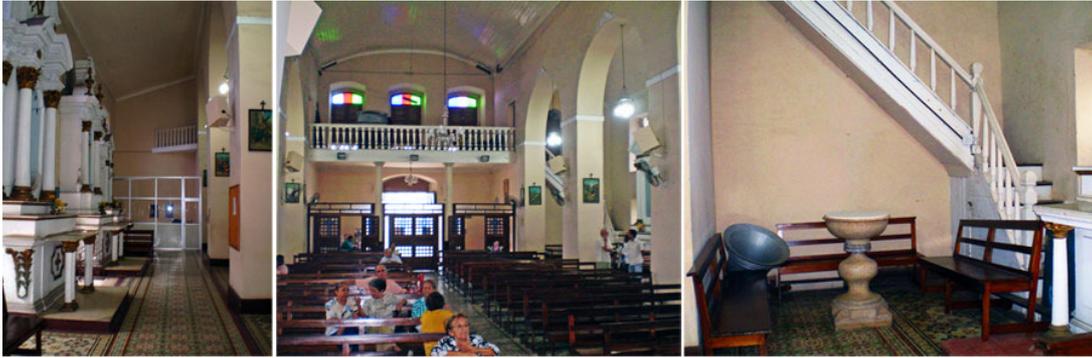


Figura 43: Fotos internas da Igreja de São João Batista tiradas em direção à entrada.
Da esquerda para a direita, vemos a nave lateral direita com a sala de atendimento ao fundo, a nave central com o coro sobre o átrio e a pia batismal embaixo da escada de acesso ao coro.
Fotos: Rogério Lima, 2010.

Nas naves laterais ainda se encontram os seis altares. Entretanto, não são mais utilizados como tal, ficando reservado apenas para a colocação de imagens. Percebe-se que de todos eles foram retiradas as relíquias, pois ainda existe a marcação delas na mesa.

O novo altar situado longe da parede para missas *versus populum* é ornado com detalhes que lembram o antigo retábulo ainda existente na capela-mor (Figura 44). Não há indícios consistentes que comprovem se este novo altar é um recorte do retábulo antigo ou se fora feito intencionalmente imitando seus entalhes.



Figura 44: Novo altar da Igreja de São João Batista.
Fotos: Rogério Lima, 2010.

Com a criação do novo presbitério mais projetado em direção à nave, parte da capela-mor ficou fora da ação litúrgica e foi possível inserir mais bancos na lateral do presbitério, como mostra a figura 45.

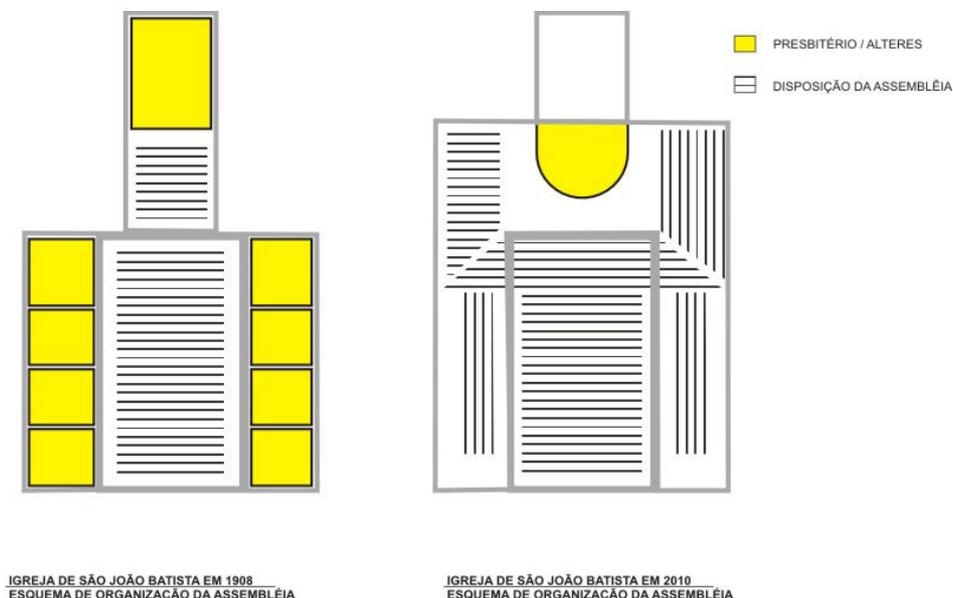
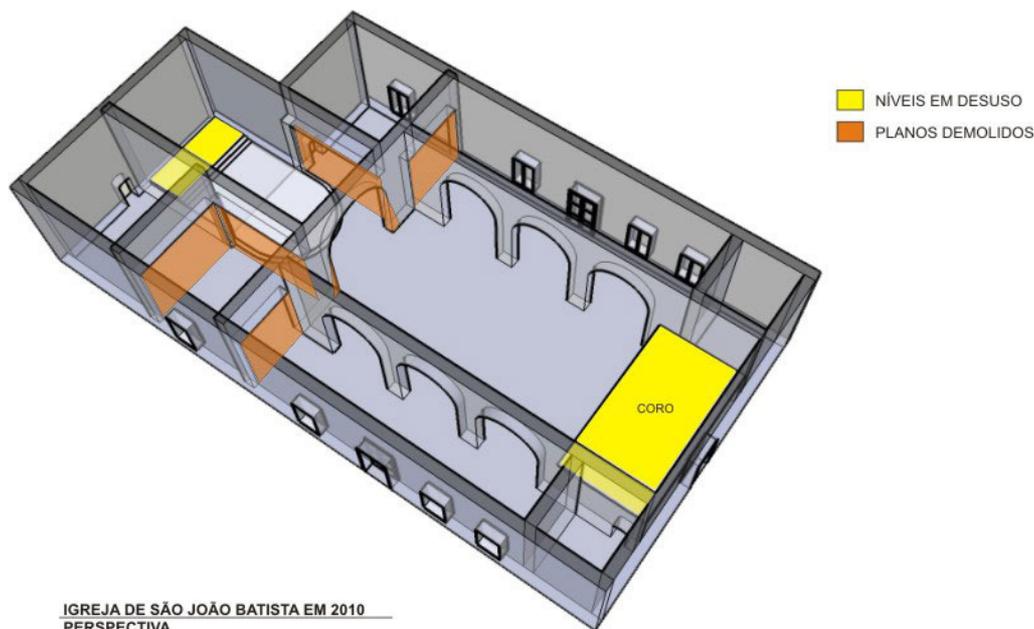


Figura 45: Esquema da disposição entre assembleia e altar.

Desenho: Rogério Lima, 2010.

Na figura 45 percebe-se que, apesar da tentativa de integrar mais a assembleia com o presbitério, a estrutura originária da igreja ainda impõe uma separação espacial muito forte. Alberti (1550 apud Ching, 1998, p.14) afirma que “Na realidade, uma fileira de colunas é uma parede aberta e descontinuada em vários locais” e, portanto, delimita um espaço. Seguindo este raciocínio, os espaços da nave central, naves laterais e presbitério ainda encontram-se fisicamente separados e isto proporciona um distanciamento entre assembleia e altar. O vetor longitudinal originário, nave central e capela-mor, ainda é o mais expressivo. A distinção destes espaços é reforçada pela diferença de alturas do forro e, no caso do presbitério, pelo desnível do piso.



IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA EM 2010
PERSPECTIVA

Figura 46: Perspectiva da Igreja de São João Batista.

Destaque para os níveis existentes - mas em desuso - e os trechos de paredes que foram demolidos.
Desenho: Rogério Lima, 2010.

Esta necessidade de integrar o presbitério e a assembleia corresponde ao principal desafio encontrado pelos profissionais da área quanto à adaptação de igrejas históricas às novas normas litúrgicas. Em especial, nas igrejas que possuem naves estreitas, como é o caso da igreja em questão, que tem apenas 9 metros de largura na nave central. Mas alguns exemplos demonstrados nas figuras 47 e 48 têm sido testemunhos das possibilidades de soluções para este problema.



Figura 47: Igreja da Purificação em Lugnacco - Itália.
Fonte: LA PIEVE.

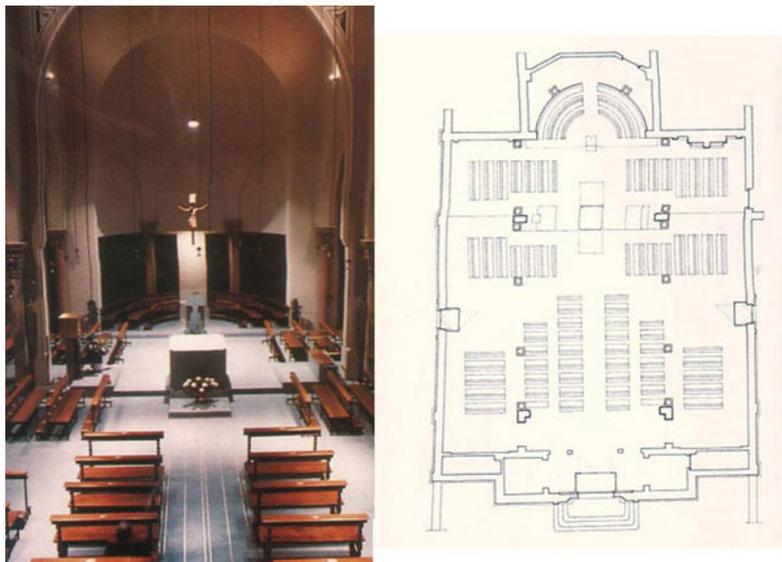


Figura 48: Igreja de Santa Inês em Turim - Itália.
 Projeto de adaptação realizado por Giuseppe Bellezza e Maurizio Momo, em 1983.
 Fonte: Acervo de Laíde Sonda.

Nestes dois exemplos os arquitetos trabalharam a forma e a posição dos bancos para promover a integração desejada entre assembleia e presbitério. Bancos curvos ou mais estreitos possibilitaram uma disposição que diminui as barreiras existentes entre estes espaços. Assim como o pouco desnível ou mesmo nenhum, como é o caso da figura 48, que ajudou a fundi-los.

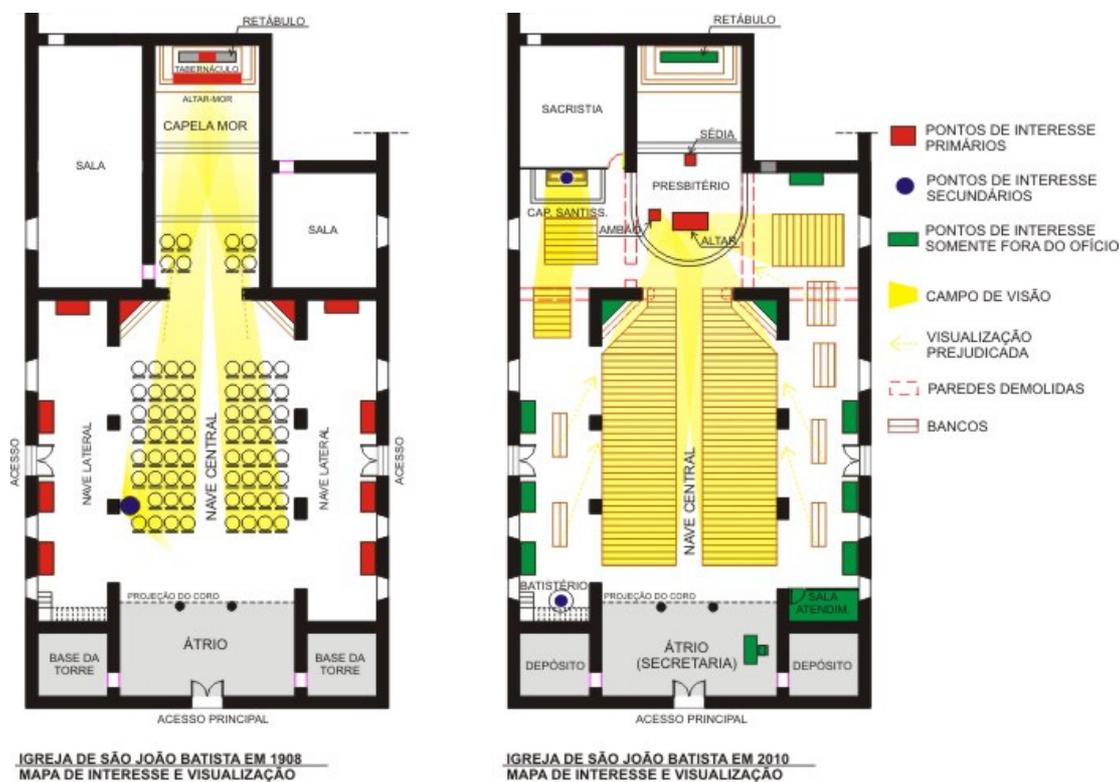


Figura 49: Mapa de interesse e visualização. Desenho: Rogério Lima, 2010.

Na Igreja de São João Batista os bancos são muito largos e sua distribuição só favorece boa visualização do altar nos lugares próximos ao presbitério. No intuito de melhorar esta visualização o arco cruzeiro teve sua base ampliada conforme mostra a figura 50. Os bancos dispostos nas naves laterais têm a visualização comprometida pelos arcos que delimitam a nave (Figura 49).

No lado esquerdo do presbitério nota-se que os bancos estão voltados para o tabernáculo e não para o altar. Isto se deve pela intenção de se criar ali uma Capela do Santíssimo e por isso, quase não são usados durante as celebrações.

Retornando ao novo presbitério, nota-se que o ambão está muito próximo do altar, dificultando a movimentação ao redor dos dois, quando é necessário incensá-los (Figura 50). Este ambão é feito de granito, mas não há nenhuma ligação estética com o novo altar feito em madeira. Pela proximidade com o retábulo ambos - altar e ambão - praticamente não recebem a atenção devida.



Figura 50: Interior da Igreja de São João Batista – São Luís, MA.

Em destaque o ambão (em vermelho), o novo altar (em verde) e a ampliação do arco cruzeiro (em amarelo). Foto: Rogério Lima, 2010.

Nesta igreja a sédia é feita em madeira, também com nenhuma ligação estética com o altar ou mesmo com o ambão. Por ter o espaldar mais alto, difere-se das outras duas cadeiras destinadas aos ministros e aos concelebrantes. Como já visto, esta falta de similaridade compromete o caráter simbólico destas peças.

Percebe-se, portanto, que as peças do presbitério não formam um conjunto harmônico que transpareça a relação simbólica existente entre estes três elementos,

conforme orienta os documentos pós-conciliares. Ao mesmo tempo em que a pouca distância entre eles dificulta o fluxo de sacerdotes e ministros no presbitério.

Com as peças muito próximas umas das outras, as procissões do início das leituras e no início da celebração Eucarística, tornam-se impossíveis. Ao mesmo tempo em que não marca as diferentes fases da celebração. Portanto, apesar do presbitério conter os três objetos essenciais ao rito, os materiais e suas disposições não favorecem o caráter simbólico exigido pelo atual rito, bem como, a participação ativa da assembleia é apenas parcialmente atendida, pois limita-se aos lugares próximos ao presbitério.

Um aspecto interessante de ser comparado é o fluxo dentro da igreja. Percebe-se no gráfico da figura 52 que em 1908, em função do rito tridentino, o fluxo do clero e dos fiéis era bem definido. Da sacristia o sacerdote tinha acesso à capela-mor onde transcorria o rito conforme descrição feita anteriormente.

Por outro lado, na situação atual, o espaço é mais permeável. Os leigos têm acesso a todas as áreas, especialmente, os integrantes da comunidade que passam por uma pequena formação. Estes podem inclusive presidir a Celebração da Palavra na ausência do sacerdote. Em função disto, todas as barreiras ao presbitério foram excluídas.

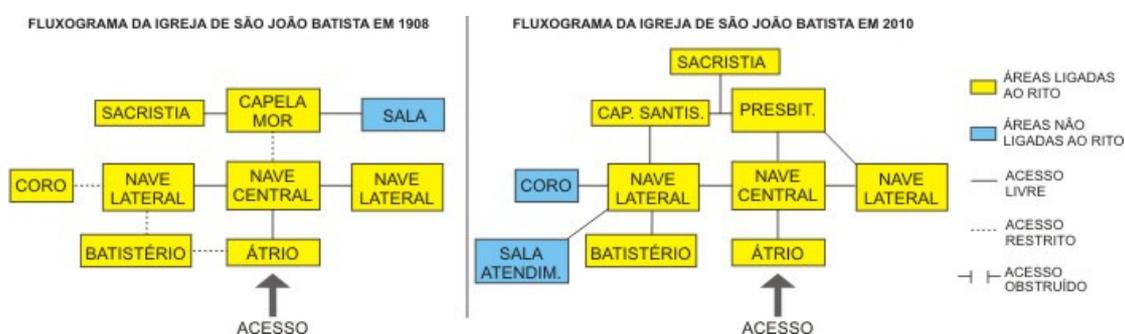


Figura 51: Fluxograma da Igreja de São João Batista.
Desenho: Rogério Lima, 2010.



Figura 52: Mapa de fluxo da Igreja de São João Batista
Desenho: Rogério Lima, 2010.

A Capela do Santíssimo situada no lado esquerdo do presbitério não corresponde efetivamente a uma capela. Por estar muito próxima ao presbitério e à sacristia, o fluxo nestes ambientes compromete o recolhimento necessário para as orações pessoais.

O tabernáculo está situado logo acima de um altar desativado, em um retábulo que contém a imagem do Sagrado Coração de Jesus, inserida no intuito de tornar o espaço mais cristocêntrico. Este conjunto está separado da nave por um gradil de madeira e um degrau que objetiva disciplinar o acesso ao tabernáculo, já que a igreja recebe muitos visitantes ao longo do dia.



Figura 53: Altar lateral da Igreja de São João Batista.
Em destaque, o altar, o tabernáculo e o retábulo propriamente dito. Fotos: Rogério Lima, 2010.

Outro espaço completamente inadequado é o batistério. Localizado abaixo da escada de acesso ao coro, o espaço não proporciona a participação dos fiéis durante o batismo por ser muito estreito. A pia batismal, em pedra, apenas favorece o batismo por efusão e já fora mudada de lugar várias vezes somente nos últimos dez anos. Portanto, pode-se afirmar que este espaço corresponde apenas a um improvisado sem nenhuma funcionalidade ligada ao rito do batismo.

Não há mais indícios do antigo confessional da igreja em questão. Hoje as confissões são recebidas pelo sacerdote em uma sala construída na nave lateral direita, como já exposto anteriormente. A sala serve para atendimentos diversos. Nela o pároco conversa com os fiéis, efetua pagamentos, estuda etc. É, portanto, uma sala de trabalho. Apesar de conter uma mesa, cadeiras e dar privacidade aos penitentes, esta sala não corresponde a uma Capela da Reconciliação, nem mesmo a um Confessionário, pois para isto seria necessário que fosse destinada exclusivamente a este fim.

Outro item refere-se à distribuição das imagens. Nota-se que, com exceção de dois retábulos, todos os demais foram mantidos sem grandes alterações. Cada um contém uma imagem e estão em um bom estado de conservação. Entretanto, ao longo da nave central existem várias outras imagens que provocam uma poluição visual no lugar.

E por fim os equipamentos eletrônicos. Em função da necessidade do atual rito a igreja é dotada de sistema de som com microfones no presbitério e na área onde ficam os cantores, além de caixas de som distribuídas na assembleia. Nos momentos fora da missa a administração da paróquia mantém o som ligado tocando músicas religiosas.

Em função do clima da região, praticamente todas as igrejas são dotadas de ventiladores e a São João não é diferente. Estes equipamentos aliados aos diversos cartazes intensificam a poluição visual mencionada. Não há nenhum equipamento de segurança, tais como câmeras de vídeo ou alarmes, apesar de possuir imagens de grande valor histórico.

Diante do exposto, podemos concluir que a Igreja de São João Batista sofreu intervenções que descaracterizaram seus espaços internos com o objetivo de adaptar o lugar para um novo rito católico, motivado pelo Movimento Litúrgico. Contudo, o resultado destas alterações atendeu apenas parcialmente estas diretrizes, pois o presbitério é pequeno para as três peças e sua visualização é comprometida, bem como a da Capela do Santíssimo. Além disto, o batismo e as confissões são feitas em locais não

apropriados e o excesso de equipamentos e imagens na nave central retira a atenção do essencial.

3.2.2 Igreja de Nossa Senhora da Vitória (Catedral Metropolitana)

A Igreja de Nossa Senhora da Vitória, tombada isoladamente pelo governo estadual em 1986, é parte integrante do Conjunto arquitetônico e Paisagístico da cidade de São Luís, tombado pelo governo federal desde 1974 e inscrito na lista como patrimônio da humanidade desde 1997. Pertencia inicialmente a Companhia de Jesus sob o orago de Nossa Senhora da Luz e após sua expulsão do Maranhão, em 1760, passou a ser a sede do bispado local.

Desde sua construção no século XVII, a Catedral passou por inúmeras reformas que alteraram sua arquitetura original. Em 1908, data que utilizaremos para nossa análise, ela já possuía boa parte das características internas que vemos nos dias de hoje.

Ela é composta de planta em cruz latina, com nave única e capela-mor profunda. Possui também sacristia, quatro altares laterais na nave, quatro no transepto, coro em madeira sobre o átrio e salas que praticamente envolvem todo este conjunto. Hoje, a maioria delas é alugada para terceiros.

A partir da foto de Cunha (1908) e demais registros históricos, percebe-se que foram feitas poucas intervenções nos espaços internos desde 1908, exceto pela retirada da grade de madeira, a troca do piso de madeira por ladrilho hidráulico e, nesta ocasião, o nivelamento de toda a nave, transferindo a diferença de nível para o átrio. Já os degraus dos altares laterais e da capela-mor foram mantidos.

Na capela-mor, próxima ao arco cruzeiro, foi criado o novo presbitério a partir da inclusão de um tablado de madeira onde, sobre este, foi colocado o novo altar e a sédia, ambos em madeira. Fora deste tablado está o novo ambão, também em madeira. Toda a área da capela-mor que vai desde o novo presbitério até o retábulo, não é mais utilizada no rito. Neste espaço estão dois antigos confessionários, a cátedra, o altar-mor e o coro. Todos estes elementos não são mais utilizados nos ritos e permanecem na igreja apenas como registro histórico.



Figura 54: Fotos internas da Igreja de N. Sra. da Vitória em 1908 e em 2010.
Fotos: Gaudêncio Cunha, 1908 e Rogério Lima, 2010.



Figura 55: Plantas Baixas da igreja em 1908 e em 2010.
Desenho: Rogério Lima, 2010.

O tabernáculo, que em 1908 estava ainda no altar-mor conforme orientação do rito tridentino, após o CV II, foi transferido para o retábulo da capela à direita do transepto. Destarte, este espaço configurou-se como uma Capela do Santíssimo. Apesar de ainda existir um gradil que anteriormente protegia esta capela, as portas permanecem

sempre abertas para o livre acesso dos fiéis. Possui dois genuflexórios individuais, mas a pequena distância da nave principal não concede recolhimento suficiente para as orações pessoais.

Seguindo as determinações do CV II todos os altares laterais foram desativados, as relíquias foram removidas e os retábulos hoje servem somente para acolher as imagens dos santos.

No lado esquerdo do átrio encontra-se o batistério, um nicho com a pia batismal, separado do átrio por um degrau e uma grade de ferro. Esta pia batismal também permanece neste local como registro histórico, não sendo mais utilizada para o batismo. Quando acontece este sacramento ele é feito de forma improvisada no transepto utilizando uma bacia de inox.

Ainda no átrio, no lado direito, tem-se outro nicho com a imagem de Nossa Senhora de Fátima protegida por grade e redoma de vidro, embora não tenha nenhum valor histórico ou artístico. Esta inclusão foi feita há poucos anos por um sacerdote que tinha muita devoção por esta imagem, portanto não se deu por uma prática devocional nesta igreja.

Nota-se na foto de 1908 pouquíssimos assentos para os fiéis, enquanto que hoje existem quatro fileiras de bancos que dificultam o fluxo nas laterais da nave. Ainda assim não comportam toda a assembleia em missas solenes.

O gráfico da Figura 56 demonstra as mudanças ocorridas quanto à visualização e aos pontos de interesse decorrentes da reforma litúrgica.

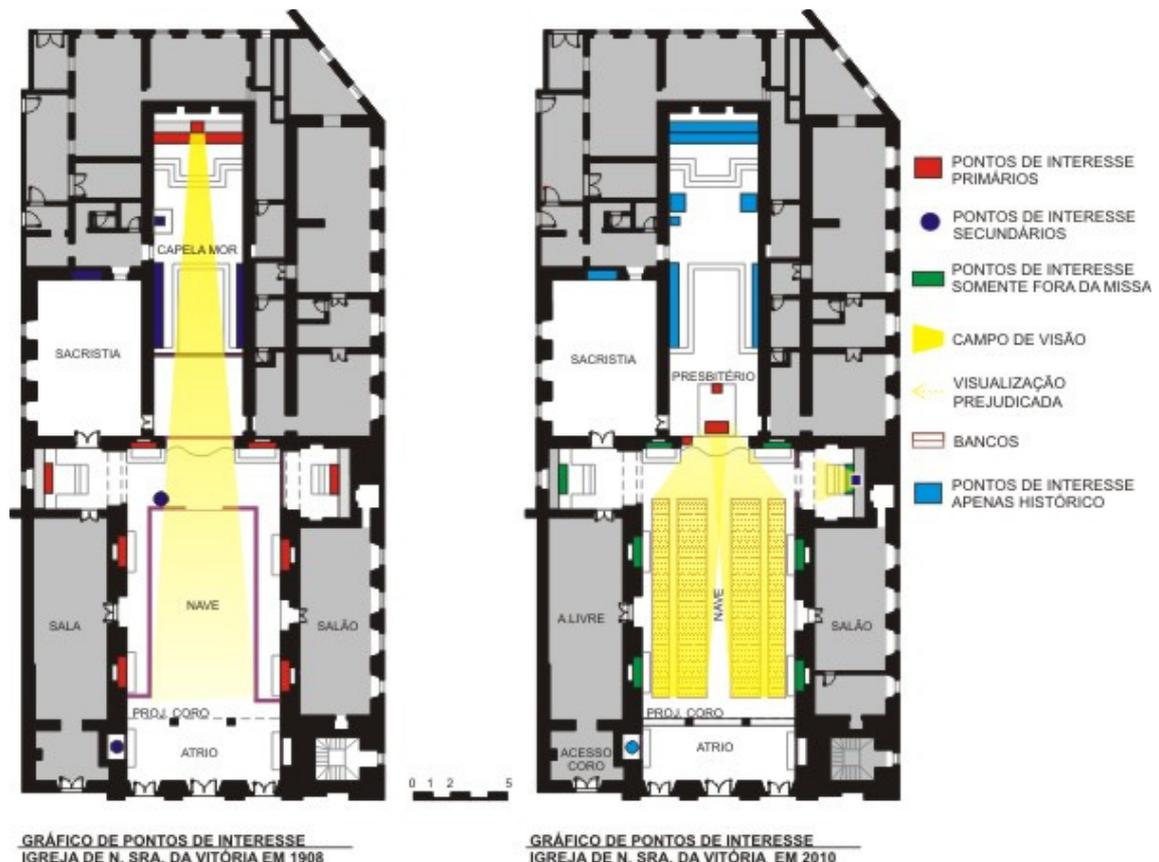


Figura 56: Gráfico de pontos de interesses e visualização.
Desenho: Rogério Lima, 2010.

Nota-se que, em 1908, todos os altares laterais correspondiam a pontos de interesse primário, pois era permitida a celebração da missa em qualquer um deles. Portanto, tratava-se de um espaço linear e direcionado, com forte eixo longitudinal, enfatizado pela grande profundidade da capela-mor. As dimensões desta capela estavam em consonância com o caráter solene das celebrações típicas de uma Catedral. Durante estas celebrações participavam diversos sacerdotes e diáconos, bem como, autoridades locais, justificando assim seu tamanho.

Com o a inclusão do novo altar, próximo ao transepto, o espaço destinado ao presbitério ficou bastante reduzido. As missas solenes que normalmente contam com vários concelebrantes e procissões ficam comprometidas com o pouco espaço de circulação. A disposição das três peças não proporciona a marcação das fases do rito, por estarem muito próximas, assim como compromete o fluxo entre elas (Figura 57).



Figura 57: Interior da Igreja de N. Sra. da Vitória.

Da esquerda para direita: o novo presbitério; a área da capela-mor em desuso com o coro, a cátedra e os confessionários ao fundo; e a Capela do Santíssimo. Foto: Rogério Lima, 2010.

A relação entre assembleia e presbitério ficou inalterada, isto é, foi mantido o eixo longitudinal original. O arco cruzeiro ainda emoldura a ação litúrgica, apesar da redução da distância do altar em relação aos fiéis.

Como já afirmado anteriormente, encontramos na igreja em questão, vários itens que serviam ao rito, mas que hoje estão mantidos apenas por registro histórico. Este ponto sintetiza toda a situação atual da Catedral. É nítido que a intenção foi preservar os bens históricos, entretanto os aspectos litúrgicos, isto é, de uso do lugar, não foram contemplados em sua totalidade.

A cátedra, por exemplo, está em desuso, contudo a sédia que foi incluída no presbitério novo ficou contemplando as funções. É ao mesmo tempo cátedra e sédia.

No caso dos confessionários, embora não sejam mais adequados ao novo rito como já afirmamos, nenhum outro foi edificado para que fosse possível a realização do sacramento da penitência. Hoje quando os fiéis desejam confessar são recebidos na sacristia ou em qualquer banco da assembleia, portanto sem nenhuma privacidade e com total prejuízo aos aspectos simbólicos do rito.

O mesmo ocorre com a pia batismal, que foi mantida no lugar original, mas, como dito anteriormente, não é utilizada para o sacramento do batismo. O espaço onde ela se encontra é pequeno, suficiente apenas para o sacerdote, os pais e a criança. Assim, quando há necessidade de vários batizados na mesma celebração e de pessoas de diferentes idades a posição e o tamanho dificulta a participação efetiva da assembleia no rito.



Figura 58: Batistério no átrio

Nota-se que o espaço corresponde a apenas um nicho que atendia as prescrições tridentinas de batismo de crianças. Foto: Rogério Lima, 2010.

De certo que a proibição de uso de determinados objetos tem por objetivo sua preservação, mas como já foi abordado anteriormente, é possível que seja inserido uma nova peça a fim de que o rito não seja prejudicado. Neste caso, a igreja em questão dispõe de salas ligadas à nave que poderiam ser transformadas em ambientes ligados ao rito.



Figura 59: Gráfico de fluxo na Igreja de N. Sra. da Vitória em 1908 e em 2010.
Traçado feito com base no rito tridentino e no atual. Desenho: Rogério Lima, 2010.

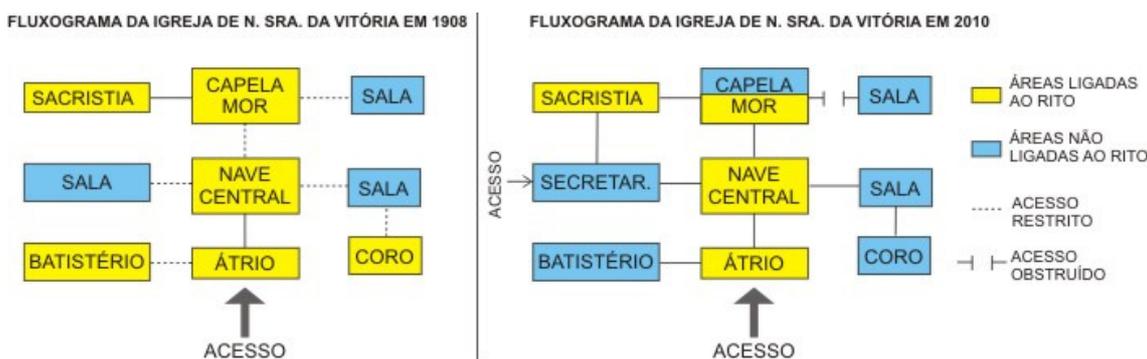


Figura 60: Fluxograma da igreja em 1908 e em 2010
Desenho: Rogério Lima, 2010

A sacristia está no mesmo lugar que estava no início do século XIX. Possui armário, um retábulo e uma pia de água benta. Todos estão em bom estado de conservação, sendo que o armário ainda é utilizado para guardar as alfaias e objetos litúrgicos.

Diante do exposto, conclui-se que a Igreja de Nossa Senhora da Vitória encontra-se em um bom estado de conservação de suas características arquitetônicas referentes ao espaço interno, porém os aspectos litúrgicos não atendem às necessidades próprias de uma Catedral. As poucas adaptações litúrgicas realizadas limitam-se a atender as celebrações dominicais. Todos os demais ritos: o batismo, a penitência e as cerimônias solenes não possuem espaços adequados para sua realização.

3.2.3 Igreja de Nosso Senhor do Bonfim

A história da igreja do Nosso Senhor do Bonfim é mais recente que as duas anteriores, no entanto as diretrizes que a originou foram ainda determinadas em Trento e por isso se justifica estar em nosso estudo.

Construída de 1938 a 1941 pelos frades capuchinhos lombardos, com projetos do milanês Caetano Ciuccarelli Colvanni, a igreja de estilo românico do Norte da Itália, possuía em sua inauguração uma nave central e capelas laterais comunicantes. Nestas capelas foram edificados oito altares laterais nos anos que sucederam à sua inauguração. No transepto da planta em cruz latina encontrava-se o altar-mor, mais dois altares laterais e dois púlpitos no arco cruzeiro. Diferentemente das anteriores, ela não possuía capela-mor enclausurada. Próximo ao átrio, estava o batistério, com pia batismal em pedra e sobre o mesmo átrio, um coro.

Em 1966 a capela-mor foi adaptada às normas litúrgicas do CV II. O altar-mor em alvenaria foi demolido e outro, com o mesmo material, foi feito afastado da parede para a realização de missas *versus populum*. Foram retirados os dois púlpitos e o tabernáculo foi transferido para uma das salas próximas a sacristia. Todos os demais ambientes permaneceram inalterados.

Em 2005 a igreja passou por nova reforma, agora mediante um projeto de um outro arquiteto milanês especializado em arquitetura religiosa e arte sacra. Este projeto remodelou as peças do presbitério, os confessionários, a pia batismal e todos os outros ambientes da igreja. Portanto, para a análise que se segue, far-se-á o confronto desta situação atual com a configuração existente em 1950, esta anterior às adaptações de 1966.



Figura 61: Interior da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim em 1950 e em 2007.
Fotos: Acervo da Diocese de Grajaú.



Figura 62: Planta Baixa da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim em 1950 e em 2010.
Desenho: Rogério Lima, 2010.

Iniciando pelo presbitério, verifica-se que foram retiradas todas as grades que o cercavam e que apenas os três primeiros degraus foram mantidos, tanto para facilitar o acesso das pessoas, quanto para proporcionar boa visualização dos que estiverem sentados nos últimos lugares.

Percebe-se que as dimensões do presbitério e o posicionamento das peças permitem uma boa visualização destes elementos e uma boa marcação dos vários momentos do rito. As três são feitas de bronze e observa-se uma forte ligação estética entre elas.

Nota-se também que o novo altar foi colocado exatamente no centro do presbitério, o que lhe concede uma posição de destaque, apesar do forte vetor longitudinal ainda presente na igreja. Também para reforçar a centralidade deste altar, foram acrescentados bancos no transepto.

Não houve nenhuma interferência na estrutura do prédio no que diz respeito à retirada ou acréscimo de paredes, lajes ou telhados, a ponto de descaracterizá-la. Apenas houve a remoção das grades que ficavam nas arcadas e o recuo do desnível para

permitir uma melhor circulação entre a nave central e as laterais. Deste modo, ao reduzir as barreiras laterais, a atual forma da igreja pode ser considerada como planta em cruz latina de três naves com capelas laterais.



Figura 63: Interior da igreja em 2004 e em 2007.

Na foto de 2004 (à esquerda) ainda é possível ver das grades e os desníveis originais, enquanto que, após a reforma (foto da direita) percebe-se a retirada das grades e o recuo dos degraus, reduzindo o tamanho das capelas. Fotos: Acervo da Diocese de Grajaú.

Os velhos altares laterais, que não tinham valor artístico e histórico, foram substituídos por um simples apoio em alvenaria para a colocação das imagens, além de um espaço para velas. Como estão recuadas em relação à nave central, não concorrem com o altar em termos de atenção. Ainda na foto anterior nota-se que as imagens da Via Sacra foram remanejadas para as laterais com o objetivo de tornar a nave central mais limpa de elementos.

Próximos a entrada principal, na lateral direita, vê-se os confessionários novos e, à esquerda, o batistério. No caso do sacramento da penitência, as dimensões da nave lateral não possibilitaram a criação de uma capela com ante-sala, mas os novos confessionários comportam uma mesa com duas cadeiras para o diálogo face a face. Além de promover a privacidade que o sacramento necessita, este espaço é utilizado apenas para este fim, concedendo-lhe muita força simbólica.

Quanto ao batistério, nota-se que a antiga pia batismal em pedra, foi removida e em seu lugar foi inserida uma nova, com dimensões menores, para que o espaço pudesse acolher um maior número de pessoas. Ficou mantido então, o batismo por efusão, pois o tamanho do batistério não comportaria uma piscina batismal. Também foram retiradas as grades de proteção para facilitar o fluxo.

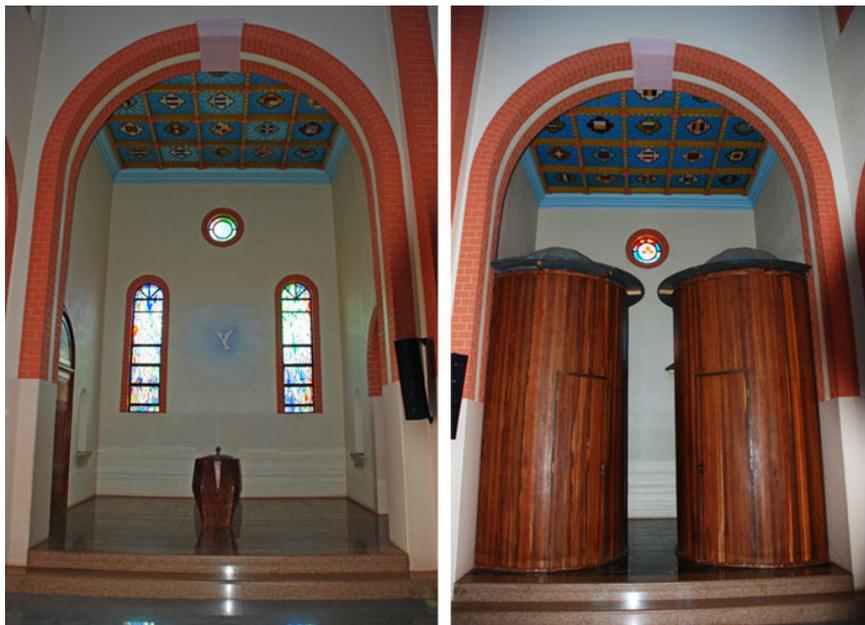


Figura 64: Batistério (à esquerda) e confessionários (à direita).

Fotos: Acervo da Diocese de Grajaú, 2010

A Capela do Santíssimo está localizada em uma sala próxima ao presbitério. É composta do tabernáculo e de alguns bancos para a oração individual. Por sua localização o ambiente proporciona o recolhimento e a reflexão necessários para este lugar. Em um espaço que era utilizado como passagem à sacristia, encontra-se a Capela Devocional com as relíquias dos frades Dom Emiliano José Lonati, Fr. Francisco e Fr. Alberto.

Entre estas duas capelas, no seu lugar de origem, está a Sacristia. Com espaço suficiente para acolher vários sacerdotes e ministros, possui armários para as alfaias e objetos litúrgicos, bem como pia para a limpeza dos mesmos.

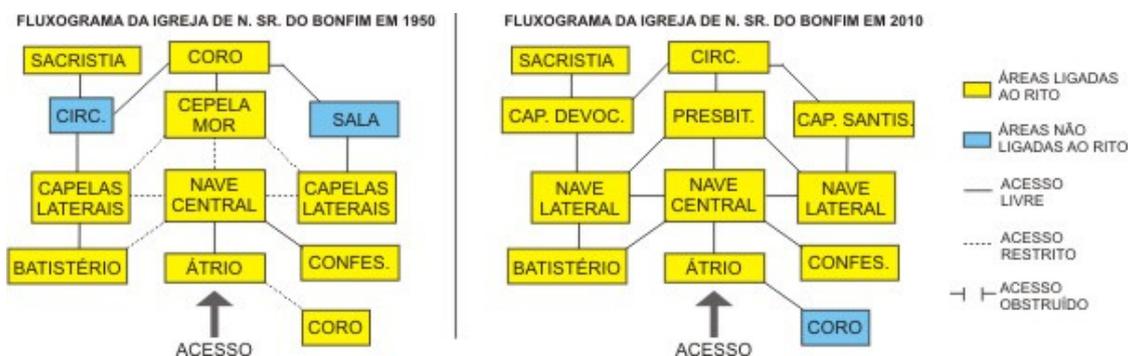


Figura 65: Fluxograma da Igreja de N. Sr. do Bonfim em 1950 e em 2010.

Desenho: Rogério Lima, 2010.

Percebe-se na figura acima o fluxograma geral da igreja nas duas datas. Em 1950 ainda haviam várias conexões restritas ao acesso de leigos, assim como um coro

próximo a capela-mor destinado ao clero e sala de apoio. Após a reforma todos os ambientes que não estavam diretamente ligados ao rito passaram a acomodar novas atividades: o coro dos frades foi transformando em circulação e o coro acima do átrio foi desativado. Além da divisão mais clara dos ambientes nota-se a eliminação das restrições de fluxo com a retirada de grade e desníveis.

Diante disto, conclui-se que a Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, embora não sendo de grande importância histórica, com as reformas realizadas, foi possível adaptá-la para atender às necessidades litúrgicas da atualidade sem descaracterizar excessivamente seu espaço interno e o equilíbrio tipológico-estrutural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas três igrejas analisadas nota-se que, as tentativas de adaptação do espaço às normas litúrgicas contemporâneas encontram diversas dificuldades na sua implementação e, portanto, não correspondem a modelos de excelência na área, mas sim exemplos passíveis de análise, pois comportam características presentes em diversas igrejas históricas no país.

Nos dois primeiros casos, a igreja de São João Batista e de Nossa Senhora da Vitória, há o tombamento oficial da edificação e de seus bens integrados. O mesmo não ocorre com a igreja de Nosso Senhor do Bonfim. Tal fato poderia ter proporcionado ao arquiteto autor da reforma desta, uma liberdade muito maior de soluções que poderiam ter alterado drasticamente os espaços internos, como aconteceu na igreja de São João Batista, pois as reformas realizadas foram anteriores ao tombamento. Contrariando esta idéia, as alterações em Nosso Senhor do Bonfim tiveram um impacto pequeno na edificação, destaca-se aqui a retirada do desnível entre a nave central e as capelas laterais e a ampliação do presbitério. Todos os demais elementos retirados, tais como, altar principal e pedestais dos santos não correspondiam a peças de valor histórico, cultural ou de expressão litúrgica. O mesmo não pode-se dizer da igreja de São João Batista, onde paredes foram demolidas, arcos foram substituídos por vigas de concreto ou tiveram suas medidas alteradas. Sobre este ponto de vista o autor do projeto de reforma da igreja de Nosso Senhor do Bonfim segue a lógica das orientações da CEI ao realizar a intervenção e, portanto, direciona-se por um conjunto de diretrizes adotado na Itália para edifícios tombados.

Notam-se nos exemplos apresentados de igrejas brasileiras que sofreram reformas realizadas por profissionais brasileiros, tais como a Catedral de Valença e a igreja de Nossa Senhora da Vitória, que as intervenções tendem a ser muito mais restritas. Ainda comparando estas duas igrejas, percebe-se que, apesar de poucas interferências na edificação, a Catedral de Valença consegue atender muito mais às normas litúrgicas. Isto pode ser facilmente identificado com a criação das novas peças do presbitério atendendo a similaridade plástica que o símbolo sugere, a implantação do confessionário em uma das alas laterais e na transferência do tabernáculo para uma das capelas laterais, transformando-a em Capela do Santíssimo. Tais itens são de fácil implantação, removíveis e perfeitamente adaptados a edificação existente.

Abaixo encontra-se um quadro resumo com as intervenções realizadas nas últimas reformas nas igrejas estudadas e as adaptações das mesmas às novas normas litúrgicas. A partir dele pode avaliar a relação entre o nível das intervenções e os resultados obtidos no âmbito litúrgico.

| <i>Igrejas</i> | <i>Intervenções Arquitetônicas</i> | <i>Adaptações às normas litúrgicas contemporâneas</i> |
|--------------------------|---|---|
| São João Batista | <ul style="list-style-type: none"> • Retirada das paredes de duas salas laterais à capela-mor para ampliar as naves laterais; • Inclusão de viga de concreto onde existiam as paredes acima citadas; • Alargamento da base do arco cruzeiro; • Inclusão de divisórias para criação da sala do pároco; • Mudança dos níveis da capela-mor para criação do novo presbitério. | <ul style="list-style-type: none"> • Criação de novas peças para o presbitério; • Redistribuição dos bancos nas naves; • Criação da Capela do Santíssimo na nave lateral; |
| Nossa Senhora da Vitória | <ul style="list-style-type: none"> • Praticamente não tiveram mudanças físicas na edificação visando adaptações litúrgicas, apenas ações de restauro e preservação do existente. | <ul style="list-style-type: none"> • Criação de novas peças para o novo presbitério situado próximo ao arco cruzeiro; • Transferência do sacrário para um altar lateral; |
| Nosso Senhor do Bonfim | <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do presbitério; • Retirada do desnível existente entre a nave e as capelas laterais; • Retirada dos pedestais dos santos existentes nas naves laterais; • Retirada do portão que dividia | <ul style="list-style-type: none"> • Inclusão de novas peças para o presbitério; • Criação da Capela do Santíssimo e da Capela Devocional em salas já existentes ao lado da sacristia; • Criação de dois |

| | | |
|--|--|---|
| | a nave do batistério; • Retirada do retábulo e altar construído na década de 50. | Confessionários; • Inclusão de nova pia batismal. |
|--|--|---|

Quadro 07: Quadro resumo das intervenções e adaptações realizadas nas igrejas estudadas.

Fonte: Rogério Lima

A partir dos exemplos apresentados, percebe-se que algumas tentativas de adaptação foram limitadas a inclusão do altar *versus populus*, do ambão e da sédia. Enquanto outras causaram danos irreparáveis ao edifício na ânsia de criar novos espaços. Mas felizmente, existem exemplos onde as intervenções mesclam-se perfeitamente ao edifício existente ao mesmo tempo em que atendem aos requisitos do novo rito. Tais exemplos demonstram que falta para a prática da preservação deste patrimônio, um conhecimento maior sobre as necessidades litúrgicas contemporâneas, ao mesmo tempo em que falta a alguns sacerdotes, administradores destas igrejas, o entendimento sobre a preservação do bem histórico. Felizmente a fiscalização cada vez maior, feita pelos órgãos competentes nos sítios históricos, tem reduzido em muito as intervenções predatórias.

Portanto, embora ainda seja forte o conceito que vê as igrejas históricas como obras paradas no tempo, a comparação dos documentos eclesiásticos sobre adaptação com os documentos técnicos de intervenções em bens históricos, demonstra que é perfeitamente possível a renovação do uso do espaço celebrativo sem que haja prejuízo a edificação. E melhor, a adaptação ajuda na preservação quando potencializa o uso adequado do imóvel e resgata o seu valor pela sociedade.

Para que isto ocorra é importante que os profissionais envolvidos tenham uma leitura da edificação não apenas do ponto de vista da história dos elementos arquitetônicos, mas que entendam a íntima relação entre os símbolos religiosos e a arquitetura. Seja compreendendo a montagem alegórica compilada por Borromeo, onde a igreja assemelha-se a uma nau, ladeada pelo testemunho dos santos e dotada por vários significados em suas medidas, níveis, ordens etc. Seja no resgate aos símbolos e práticas paleocristãs feitas pelo CV II, o qual olha para a origem, mas utiliza o repertório arquitetônico contemporâneo.

Com isto afirma-se a importância de um aprofundamento maior nesta temática para que estas igrejas possam ser adaptadas sem prejuízo ao patrimônio arquitetônico religioso. Para tanto espera-se que este trabalho possa servir de direcionamento para futuras intervenções e pesquisas nesta área.

REFERÊNCIAS

ALBERIGO, Giuseppe (ed). **Storia dei concili ecumenici**. Brescia: Editrice Queriniana, 1990.

ALVAREZ, Anacleto. **La Liturgia, momento nella storia della salvezza**. Turim: Marietti Editori, 1974.

ÁLVAREZ, Jesus. **Arqueologia Cristiana**. Madrid: BAC, 1998.

ALVIM, Sandra. **Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro**. Volume II: plantas, fachadas e volumes. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

AUGÉ, Matias. **Liturgia: história, celebração, teologia e espiritualidade**. São Paulo: Ed. Ave Maria, 2004.

BOGÉA, Kátia Santos; RIBEIRO, Emanuela Sousa; BRITO, Stella Regina Soares de. **Arquitetura e arte religiosa no Maranhão**. São Luís: 3ª. Superintendência Regional/IPHAN, 2008.

BLUNT, Anthony. **Teoria artística na Itália 1450-1600**. São Paulo: Cosac & Naify edições, 2001.

BORROMEO, Carlo. **Instructiones Fabricae Et Supellectilis Ecclesiasticae**. Traduzido e editado por Massimo Marinelli. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2000.

BOTTE, Bernard. **O Movimento Litúrgico**. São Paulo: Paulinas, 1976.

BOUYER, L. **Architettura e Liturgia**, Comunità di Bose Magnano: Edizioni Qiqajon, 1994.

CAMPELO, Glauco de Oliveira. **O brilho da simplicidade**: dois estudos sobre arquitetura religiosa no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Ed. Casa da Palavra, Departamento Nacional do Livro, 2001.

CHING, Francis D. K. **Arquitectura: forma, espacio y orden**. México: G. Gili. 1998.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

COLIN, Silvio. **Uma introdução à arquitetura.** Rio de Janeiro: UAPÊ, 2000.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB. **Missal Romano.** São Paulo: Paulus, 1991

CONFERENZA EPISCOPALE ITALIANA - CEI. **L'adeguamento delle chiese secondo la riforma liturgica.** Roma, Itália: 1996.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB, **Código de Direito Canônico.** São Paulo: Loyola, 2001.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, CELAM. **Manual de Liturgia II.** A celebração do ministério Pascal, fundamentos teológicos e elementos constitutivos. São Paulo: Paulus, 2005.

CUNHA, Gaudêncio. **Maranhão 1908; álbum fotográfico.** 2ª.ed. São Luís: Edições AML, 2008.

CURY, Isabelle (org.) **Cartas Patrimoniais.** 3ªed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

FLETCHER'S, Sir. Banister. **A History of Architecture.** London: Architectural Press, Twentieth Edition, 1996.

FRADE, Gabriel. **Arquitetura Sagrada no Brasil.** Sua evolução até as vésperas do Concílio Vaticano II. São Paulo: Loyola, 2007.

GALVÃO, Ramiz. **Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro:** abbadia nullius de N. S. de Monserrat. O histórico desde a fundação até 1927. Traços biográficos dos monges falecidos. Rio de Janeiro: Papelaria Ribeiro, 1927.

GATTI, Vincenzo. **Liturgia e arte.** Bologna: Centro Edizionale Dehoniano, 2001.

HEINZ-MOHR, Gerd. **Dicionário dos símbolos:** imagens e sinais da arte cristã. São Paulo: Paulus, 1994.

JANSON, H. W. **História geral da arte:** renascimento e barroco. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

JANSON, H. W. **História geral da arte: o mundo antigo e a idade média.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

JUNGAMNN, J.A. **El sacrificio de la misa.** Madrid: BAC, 1963

LUTZ, Gregório. **Liturgia ontem e hoje.** São Paulo: Paulus, 1995.

MENEZES, Ivo Porto de. **Arquitetura sagrada.** São Paulo: Loyola. 2006.

_____, Ivo Porto de. **Bens culturais da Igreja.** São Paulo: Loyola. 2006.

NEUNHEUSER, Burkhard, OSB. **História da liturgia através das épocas culturais.** São Paulo: Loyola, 2007.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **O Rococó no Brasil e seus antecedentes europeus.** São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

PACHÊCO, D. Felipe Condurú. **História Eclesial do Maranhão.** São Luís: SENEC, Departamento de Cultura do Estado do Maranhão, 1968.

PASTRO, Cláudio. **Guia do Espaço Litúrgico.** São Paulo: Loyola, 1999.

_____, Cláudio. **Arte Sacra - O espaço Sagrado hoje.** São Paulo: Fotolito Grafa, 1993 a.

_____, Cláudio. **Arte Sacra - O espaço Sagrado hoje.** São Paulo: Fotolito Grafa, 1993 b.

_____, Cláudio. **A arte no cristianismo: fundamentos, linguagem e espaço.** São Paulo: Paulus, 2010.

ROCHA, Dom Mateus Ramalho. **O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro (1590-1990).** Rio de Janeiro: 1990.

SACRA CONGREGAÇÃO DOS RITOS. **Missale Romanum.** Roma: Typica, 1962.

SARTORE, Domenico; TRIACCA, Achille M. **Dicionário de Liturgia.** São Paulo: Paulus, 1992.

SANTA SÉ. **Sacrosanctum concilium.** Roma: 1964.

SILVA, José Arioaldo. **O Movimento Litúrgico no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.

THE BUILDING COMMISSION OF THE DIOCESE OF LONDON. **Guidelines For Building A New Church by**. Ontario, Canadá: 1990.

VIDE, D. Sebastião Monteyro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Coimbra: 1707.

GLOSSÁRIO

Acólito: É aquele que acompanha e serve o presidente da missa.

Altar: Lugar onde é realizado o sacrifício eucarístico.

Ambão: Lugar a partir do qual são proclamadas as leituras bíblicas.

Assembleia: Lugar destinado aos fiéis que participam da celebração litúrgica;

Batismo por efusão: modo de batismo onde a água é derramada sobre a cabeça do fiel.

Batismo por imersão: modo de batismo onde o fiel é mergulhado na água.

Capela Devocional: Lugar destinado a devoção do Santo padroeiro de uma comunidade;

Capela da Mãe de Deus: Lugar destinado aos atos de devoção mariana;

Capela da Reconciliação: Lugar para o sacramento da reconciliação, mais conhecido com confissões. É composto de sala de espera e confessionário;

Capela do Santíssimo: Lugar onde fica o sacrário ou tabernáculo;

Círio Pascal: Vela grande que simboliza a Luz de Cristo;

Comungar ou Receber a Comunhão: é o nome dado ao ato pelo qual o fiel recebe a hóstia consagrada acompanhada ou não do vinho consagrado.

Consagração: é o nome dado, na liturgia católica, ao momento central da celebração, em que pão e vinho se tornam Corpo e Sangue de Jesus.

Credencia: Pequena mesa situada próximo ao altar onde são colocadas as galhetas, o cálice e os demais objetos utilizados na celebração da missa;

Cruz Processional: cruz de metal ou madeira colocada próximo ao altar e que é levada a frente das procissões;

Deambulatório: espaço de circulação que rodeia o coro e interliga capelas existentes na abside das igrejas góticas;

Faldistório: cadeira colocada ao lado do altar e utilizada pelo bispo em algumas celebrações especiais, tais como ordenações e crisma.

Fonte Batismal: objeto destinado à celebração do batismo, formado por um ponto de água corrente e um lugar de recepção desta água. Pode ser pequena para batismos por efusão ou grandes para permitir batismos por imersão, neste caso é chamada de Piscina Batismal;

Genuflexório: Móvel destinado a apoiar os joelhos no ato de ajoelhar-se;

Igreja: termo inicialmente utilizado para nomear um conjunto de fieis cristãos. Depois passou a ser utilizado para identificar o edifício onde estes cristãos se reuniam. Alguns teólogos contemporâneos utilizam o termo “Casa da Igreja” para identificar esta edificação e resgatar o sentido original do termo igreja.

Liturgia: celebração religiosa oficial e pública que segue as prescrições de uma religião com o objetivo de adorar a Deus. No catolicismo a Liturgia é a celebração que torna presente a entrega e sacrifício de Cristo para a salvação dos homens. É comumente chamada de Missa;

Mesa da Comunhão: balaustrada situada entre a capela-mor e a nave das igrejas tridentinas, onde os fieis recebiam as hóstias consagradas.

Óleos de Unção ou Santos óleos: é uma mistura de óleo de oliva com bálsamo. A mistura é abençoada na Quinta-feira Santa e utilizada durante o ano em algumas celebrações, tais como batismo, crisma, unção dos enfermos e ordenações.

Presbitério: Lugar composto pelas três peças principais da celebração, o altar, o ambão e a sédia;

Relíquia: no âmbito religioso, é um objeto preservado para efeito de veneração relacionado a uma história ou a um personagem religioso. Podem ser objetos pessoais ou partes do corpo do personagem.

Sacrário: Lugar onde são guardadas as hóstias consagradas;

Sacristia: Lugar onde são guardados os vasos e paramentos da igreja, e onde os padres oficiantes tomam as vestes do culto;

Santíssimo Sacramento: pão e vinho transformados em Corpo de Cristo e Sangue de Cristo.

Sédia: Lugar a partir do qual o sacerdote preside a celebração. Também é chamado de sede ou mesmo cátedra quando se trata de uma sédia do bispo.

Templo: Embora ainda seja utilizado para designar a edificação onde ocorrem atos religiosos, para a teologia católica o Templo é o local onde habita o Espírito Santo, isto é o próprio fiel batizado;